

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

ALINE RIBEIRO

**TRABALHO E SAÚDE DOCENTE : peculiaridades de uma
instituição pública de ensino superior do campo tecnológico**

Uberaba – MG
2015

ALINE RIBEIRO

TRABALHO E SAÚDE DOCENTE: peculiaridades de uma instituição pública de ensino superior do campo tecnológico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba, para obtenção do título de mestre, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sálua Cecílio.

Uberaba – MG
2015

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

R354t Ribeiro, Aline.
Trabalho e saúde docente: peculiaridades de uma instituição pública de ensino superior do campo tecnológico / Aline Ribeiro. – Uberaba, 2015.

153 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2015.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sálua Cecílio.

1. Professores universitários. 2. Saúde e trabalho. 3. Subjetividade. 4. Tecnologia. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 378.12

ALINE RIBEIRO

**TRABALHO E SAÚDE DOCENTE: PECULIARIDADES DE UMA
INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR DO CAMPO
TECNOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 31/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Sálua Cecílio (Orientadora)
UNIUBE-Universidade de Uberaba

Prof. Dr. Evaldo Piolli
UNICAMP – Universidade Estadual de
Campinas

Prof.ª Dr.ª Marilene Ribeiro Resende
UNIUBE-Universidade de Uberaba

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe e ao meu esposo, pelo amor e suporte sempre a mim conferidos.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sálua Cecílio, que me instruiu da melhor forma possível para chegar até aqui, pelo apoio no dia a dia deste trabalho e pelas palavras de incentivo.

À Prof.^a Dr.^a Marilene Ribeiro Resende e à Prof.^a Dr.^a Vania Maria de Oliveira Vieira, por participarem da banca examinadora do relatório de qualificação.

Ao Prof. Dr. Evaldo Piolli, por aceitar participar da banca de defesa.

Aos professores participantes da pesquisa, pelo aceite e disponibilidade.

À direção e à administração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET) de Araxá, MG, pelos auxílios prestados.

*Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de
diversas maneiras; o que importa é modificá-lo.*

— KARL MARX

RESUMO

RIBEIRO, Aline. **Trabalho e saúde docente:** peculiaridades de uma instituição pública de ensino superior do campo tecnológico. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Uberaba, Uberaba.

A necessidade empresarial de mão de obra qualificada torna o professor refém das oscilações econômicas, com reflexos na valorização dos cursos de sua área de atuação e na garantia de seu emprego. Nesse processo, o atual cenário capitalista repercute sobre as cobranças aos docentes do campo tecnológico, que, ante os desafios desse contexto, sentem fortemente o desgaste mental ante as exigências. É para esse quadro que converge este estudo, cujo problema de pesquisa se delinea nesta questão: como as condições de trabalho de professores de um curso superior público em tecnologia interferem na saúde deles e quais ações podem ser viabilizadas para melhorá-la e preservá-la? A investigação se vincula à linha de pesquisa “Desenvolvimento profissional, trabalho docente e processo ensino-aprendizagem” e integra o projeto de pesquisa temático denominado “Organização do trabalho docente, subjetividade e saúde de professores universitários no capitalismo flexível”. O objetivo foi compreender os reflexos da prática docente na saúde dos profissionais de uma instituição de ensino público do campo tecnológico em Araxá, MG, tendo em vista a elaboração de ações voltadas à melhoria do ambiente profissional e à preservação da saúde docente. Para tal, abordam-se o trabalho docente, as exigências que se lhe impõem, os fatores desencadeadores de doenças mentais e o reflexo do perfil profissional na percepção das necessidades dos professores. O referencial teórico sobre as relações entre trabalho e saúde advém de autores como Alves (2008; 2009; 2011), Braverman (1987), Codo, Sampaio e Hitomi (1993), Dejourn (1992), Harvey (1989), Lazzarato e Negri (2001) e Marx (1985). A investigação é quantitativa e qualitativa. A metodologia incluiu levantamento eletrônico de artigos na base de dados *on-line* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e de pesquisa empírica com entrevista episódica (FLICK, 2009), que trata das lembranças de professores de uma instituição de ensino tecnológico sobre suas expectativas e condições laborais. O material foi submetido à análise temática de conteúdo, segundo Minayo (2007). Os resultados obtidos mostram como as transformações no mundo do trabalho influenciam as atividades docentes, as políticas de expansão do ensino, os progressos no reconhecimento da necessidade de uma legislação destinada à saúde mental e discutem propostas de ações para melhorar as condições de trabalho docente, considerando a individualidade do professor. Espera-se que este estudo, ao lado de outros, contribua para fortalecer tanto as reflexões sobre formas de realizar as atividades docentes que não prejudiquem a saúde docente, quanto a importância da qualidade de vida, também, no contexto profissional.

Palavras-chave: Condições de trabalho. Trabalho docente. Expectativas profissionais. Preservação da saúde docente.

ABSTRACT

RIBEIRO, Aline. **Teaching work and professors' health: peculiarities of a public institution of technological education field.** 2015. 153 pp. Dissertation (Master of Education) — University of Uberaba, Uberaba.

Companies' demands for skilled workforce tends to let Brazilian teachers and professors tied to economic fluctuations which reverberates in their consideration of the importance of their educational background and in the assurance of employment. In this process, the current capitalist scenario has negative effects. For instance, professionally, technological field's teachers are charged more intensely. Given challenges in such context, s/he feels strongly the mental strain on the face of charges. This study deals with these issues; and is starting point — the research problem — is outlined in this question: do working conditions of professors in a public institution for higher education in technology interfere with their health? If so, then what can be made to improve it and preserve it? The research underlying this dissertation is linked to "Professional development, teaching and teaching-learning process" research line and integrates the thematic research project "Teaching organization, subjectivity and health of university teachers in flexible capitalism". It aimed to understand teaching practice's effects in the health of professors who teaches technological field subjects at a public education institution in the city of Araxá, Minas Gerais. The final research work was step to conceive actions to improve their working environment and preserve their health. For that, it was addressed the teaching profession, requirements imposed to professors, factors that trigger mental illness, and the professional profile influence on professors' perception of their labor needs. The theoretical framework on the relationship between work and health, among others, comes from theoreticians such as Marx (1985), scholars such as Harvey (1989) and Dejours (1992), authors such as Braverman (1987), and researchers such as Alves (2008; 2009; 2011), Codo, Sampaio and Hitomi (1993), Lazzarato and Negri (2001). As a quantitative and qualitative research, its methodology included electronic survey on academic papers in the online database of Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPEs (coordination for higher education personnel improvement) and empirical research with episodic interview (FLICK, 2009), which deals with memories of teachers from a technological educational institution on their expectations and working conditions. Data were given a thematic analytical treatment in light of content analysis as Minayo (2007) conceives it. Results show how changes in labor market influence teaching activities, educational policies, and progress in the recognition of the need for legislation to mental health. In addition, they open a gap for discussing proposals to improve professional teaching conditions considering the singularity of each professor. It is hoped that this study, along with other studies, may help strengthening both the thought on ways of carrying out teaching activities that do not harm professors' health and the importance of good living conditions in the professional context as well.

Keywords: Labor conditions. Teaching. Professional expectations. Professors' health preservation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Ramos industriais.....	37
QUADRO 2	Perfil geral dos entrevistados.....	83
QUADRO 3	Perfil profissional dos entrevistados.....	84
QUADRO 4	Expectativas para o ingresso na docência.....	88
QUADRO 5	Benefícios no trabalho docente.....	92
QUADRO 6	Desafios no trabalho docente.....	95
QUADRO 7	Percepções sobre o papel do professor na educação.....	98
QUADRO 8	Tecnologias e formas de uso.....	103
QUADRO 9	Atendimento às necessidades docentes quanto à estrutura institucional.....	106
QUADRO 10	Participação política dos professores.....	110
QUADRO 11	Expressões do relacionamento profissional.....	113
QUADRO 12	Relacionamento aluno e professor.....	114
QUADRO 13	Prevenção e cuidados com a saúde docente.....	118

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	1	Classificação das doenças segundo sua relação com o trabalho.....	52
FIGURA	2	Número de auxílios-doença decorrentes de transtornos mentais e comportamentais.....	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Artigos sobre “saúde docente” de 2005 a 2013.....	59
TABELA 2	Artigos sobre “doenças relacionadas ao trabalho” de 2005 a 2013.....	60
TABELA 3	Artigos sobre “trabalho docente e promoção da saúde” de 2005 a 2013.....	61
TABELA 4	Artigos sobre “condições de trabalho docente” de 2005 a 2013.....	62
TABELA 5	Artigos sobre “natureza do trabalho docente” de 2005 a 2013.....	63
TABELA 6	Quantidade e área de formação dos autores dos artigos sobre trabalho e saúde docente de 2005 a 2013.....	64
TABELA 7	Número dos autores de artigos sobre trabalho e saúde docente de 2005 a 2013.....	65
TABELA 8	Autores de artigos sobre trabalho e saúde docente de 2005 a 2013.....	66
TABELA 9	As revistas destaques em publicação relativa às categorias de classificação dos artigos pesquisados de 2005 a 2013 2005 a 2013.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIC Júnior	Bolsa de iniciação científica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBMM	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CDEFI	Conferência de Diretores de Escolas e Formação de Engenheiros da França
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CID 10	Classificação internacional de doenças
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
EAD	Educação à distância
FIES	Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
IFES	Instituições Federais De Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
LDBEN	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NASA	Administração nacional da aeronáutica e do espaço nos Estados Unidos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional de Educação
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação das Universidades Federais
SciELO	Scientific Electronic Library Online
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido

UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada em Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
Uniaraxá	Centro Universitário do Planalto de Araxá
WIPO	Organização Mundial de Propriedade Intelectual

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
1 REESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL.....	24
1.1 Desenvolvimento dos meios de produção em resposta às crises do capitalismo do século XX.....	24
1.2 Educação superior e formação de profissionais para o desenvolvimento econômico.....	33
1.3 Políticas de expansão universitária e seus reflexos sobre o trabalho docente.....	40
2 DIRECIONAMENTOS DA SAÚDE DOCENTE NO TRABALHO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO: ASPECTOS LEGAIS.....	49
2.1 Legislação sobre saúde física e mental no trabalho: conteúdos e mudanças nas últimas décadas.....	49
2.2 As condições de trabalho docente pesquisadas pelos profissionais da saúde.....	57
2.3 Saúde mental de professores da rede pública no contexto capitalista.....	68
3 CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATUAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL DO CEFET DE ARAXÁ, MG.....	76
3.1 Condições de trabalho docente na ótica dos professores: metodologia de pesquisa.....	76
3.1.1 <i>O estudo do contexto dos entrevistados.....</i>	77
3.1.2 <i>Universo de pesquisa e coleta de dados.....</i>	79

3.1.3	<i>Coleta de dados empíricos.....</i>	80
3.1.4	<i>Forma de agregação e análise dos dados empíricos.....</i>	81
3.2	Finalidades da profissão e expectativas profissionais na ótica dos entrevistados.....	82
3.2.1	<i>Análise do perfil e contexto dos entrevistados.....</i>	83
3.2.2	<i>Expectativas para o ingresso na docência.....</i>	87
3.2.3	<i>Trabalho docente e seus benefícios.....</i>	92
3.2.4	<i>Desafios na carreira docente.....</i>	94
3.2.5	<i>Percepções docentes sobre as mudanças na educação.....</i>	98
3.3	Condições de trabalho e preservação da saúde na lógica dos professores....	102
3.3.1	<i>Inovações tecnológicas voltadas para o ensino.....</i>	103
3.3.2	<i>Condições estruturais de trabalho.....</i>	106
3.3.3	<i>Participação docente nas decisões políticas e pedagógicas.....</i>	109
3.3.4	<i>Relacionamento profissional entre professores.....</i>	112
3.3.5	<i>Relacionamento entre professores e alunos.....</i>	113
3.3.6	<i>Preservação e cuidados com a saúde docente.....</i>	118
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	147
	APÊNDICE B – PARTE ESTRUTURADA DA ENTREVISTA.....	149

APRESENTAÇÃO

Omestrado em educação me fez ver com outros olhos a condição dos professores e seu trabalho no ensino superior. Minha atuação como técnica em enfermagem e minha formação na área educacional despertaram o interesse para a pesquisa sobre as relações entre trabalho e saúde em uma instituição pública de ensino tecnológico de Minas Gerais. Nos atendimentos de enfermagem, os docentes dessa escola relatavam dores musculares, problemas na voz e fadiga, relacionando parte das queixas com as atividades profissionais. Suas falas evidenciavam o modo de enfrentamento de seus problemas e suas motivações e frustrações referentes à carreira. Esse contato com fatos cotidianos da saúde docente abriu perspectivas de investigar sistematicamente as relações entre prática docente profissional e saúde do professor no ensino tecnológico. Por isso, pretendi que a pesquisa aqui descrita contribuísse para a construção de sugestões úteis à melhoria das condições laborais tendo em vista a preservação da saúde do docente. Tal pretensão se apoiou — e adveio — dos conhecimentos teóricos que construí em minha graduação (na área da educação) e dos saberes práticos que acumulei na atuação profissional como técnica em enfermagem em um CEFET de Minas Gerais.

Orientada pelos referenciais teóricos de Dejours (1992) sobre as atividades laborais em um contexto das organizações, a pesquisa aqui relatada tratou do ritmo, da intensidade e da carga horária da jornada laboral e seus efeitos na saúde. Discutiu-se como os anseios lucrativos do patronato sobre o trabalho podem ter consequências sociais e individuais como as dificuldades na estrutura familiar, social, física e mental dos trabalhadores. Outro aspecto abordado foi a análise do mundo trabalhista e suas reestruturações no contexto capitalista na perspectiva dialética materialista, com base em Marx (1985), Harvey (1989) e Braverman (1987). Completaram a análise estudos sobre a imaterialidade do trabalho, como os Lazarrato e Negri (2001); os de subjetividade no trabalho, conforme Alves (2011); e os referentes ao contexto globalizado, de acordo com Antunes (2008; 2009) — que destacou as mudanças no mercado trabalhista enriquecendo a discussão com reflexões sobre o aumento das exigências intelectuais no mundo trabalhista.

A leitura de artigos sobre trabalho e saúde docente disponíveis no banco de dados *on-line* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e publicados entre 2005 e 2013 mostrou os direcionamentos da produção científica sobre a temática na atualidade.

A expectativa é que as abordagens desses autores e as entrevistas aos profissionais do ensino do campo tecnológico lancem mais luzes sobre a temática da satisfação docente no ambiente profissional.

INTRODUÇÃO

O trabalho constitui uma atividade vital e central na vida das pessoas. Tem a função de construir e dignificar o ser humano, desenvolver riquezas, como também realizar serviços de utilidade pública. Contudo, muitas vezes, pode ser um instrumento de escravidão, exploração, sofrimento físico e mental. Em todos os documentos da história da humanidade há registros sobre a capacidade do homem de reinventar seus instrumentos laborais com a finalidade de tornar o trabalho mais fácil, não só para o atendimento de suas necessidades básicas ou supérfluas, como também para servir à sua realização pessoal e profissional. Resta saber se, na atualidade, o trabalho serve ou não à humanização de quem o desenvolve e se existe preocupação com as condições em que é feito, isto é, com a manutenção da integridade física e psicológica do trabalhador.

É para esse contexto que convergiu a pesquisa aqui descrita, cujo objeto de estudo são as condições de trabalho docente no ensino superior público da área tecnológica e sua repercussão sobre a saúde de professores. Começamos pela história do trabalho e voltamos no tempo para compreender sua evolução e seus retrocessos. Algumas vezes e de forma comparativa, buscamos períodos anteriores à Revolução Industrial até os dias de hoje, como, também, a preocupação com a saúde de trabalhadores, em especial os tidos como responsáveis pela formação de outros trabalhadores. São eles, em parte, os docentes que atuam em instituições de ensino formalmente constituídas e organizadas.

As exigências de qualificação de mão de obra no contexto capitalista estão ligadas a um mercado de trabalho competitivo, voltado à lucratividade empresarial. Tais exigências remontam aos tempos do labor artesanal, em que, segundo Marx (1985), a divisão social capitalista tornou os artesãos desvinculados da concepção de produção das mercadorias, com desempenho restrito às atividades previamente decididas por outrem. Ao refletir sobre essa fragmentação laboral tratada por Marx (1985), entendemos que o trabalho humano no capitalismo tem, no valor de troca monetária, sua existência. Dessa forma, o objetivo do detentor dos meios de produção é lucrar. Acrescente-se que a concorrência empresarial levava os setores produtivos à tentativa de redução do valor da mercadoria, tornando-a mais atrativa ao mercado consumidor.

A consequência disso para o trabalhador consistia, segundo Marx (1985), na indiferença às condições laborais quanto à diminuição do valor salarial, à intensificação do ritmo, ao aumento da jornada e ao acréscimo do maquinário, resultando em demissões. Cada vez mais, no sistema capitalista o desenvolvimento tecnológico constante — com melhorias

para o comércio e a eficiência dos meios de produção — repercute no crescimento das exigências intelectuais no trabalho, impondo aos trabalhadores ritmos elevados de produção.

Modelo produtivo mais recente, o toyotismo foi tratado por Alves (2011) como um meio de produção flexível ou “enxuta” e se refere ao controle da produção industrial em relação ao mercado consumidor, a fim de não haver acúmulo da mercadoria estocada, a menos que previamente planejado. Esse sistema demanda mão de obra mais capacitada para suprir a necessidade de renovação do mercado consumidor com novos produtos e estimular os avanços tecnológicos na produção com o objetivo de superar a concorrência empresarial.

As transformações na mão de obra qualificada nas empresas, sobretudo as do campo tecnológico, repercutem sobre as exigências impostas aos professores dessa área. Elas se elevam quanto ao seu conhecimento e atualização referente aos avanços científicos em constantes mudanças. Além disso, outros fatores conjunturais nesse sistema como a dualidade entre os interesses dos empresários e os dos trabalhadores provocam oscilações no mercado trabalhista que se refletem na exigência de formação e no valor da produção. Além disso, traz implicações para a saúde dos sujeitos. Provenientes do capitalismo, os problemas de saúde acarretados nesse processo aos docentes do ensino superior devido às condições laborais são discutidos aqui em relação às suas consequências não apenas em uma esfera mental e física, mas também psicológica. De acordo com Dejours (1992), alguns aspectos psicológicos no envolvimento com atividades profissionais se relacionam com a pressão psicológica no trabalho, tornando o indivíduo mais vulnerável ao desgaste do corpo e da mente. Na educação, sobretudo nas áreas tecnológicas, são necessários professores com tempo e disposição para atualização constante de seus conhecimentos. Contudo, o excesso de atribuições para um docente comprometido com uma formação satisfatória dos alunos e em grande quantidade será sempre desgastante.

Nas últimas décadas, os reflexos desse cenário sobre as condições trabalhistas encontram-se ligados ao aumento das doenças de natureza mental, psíquica de um número maior de profissionais. Ainda para Dejours (1992), os efeitos negativos da ampliação das profissões intelectualizadas são cada vez mais observados e reconhecidos. Desse modo, seus estudos passam a influenciar na elaboração de leis direcionadas às adequações laborais com vistas à preservação da saúde mental do trabalhador. Muitas das exigências de qualificação profissional no campo tecnológico foram intensificadas em virtude dos avanços na área. Os impactos incidiram no crescimento urbano e nas melhorias de infraestrutura das cidades com a centralização do mercado consumidor. O desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes aumentou a possibilidade de explorar novos mercados de consumo. Portanto, as

empresas detentoras de maior capital, investimentos em maquinários e atualizações tecnológicas tiveram oportunidades melhores de escoar sua produção.

Codo (1999) entende que, em um trabalho tratado como mercadoria, a frustração do funcionário estaria relacionada com o que ele não consegue realizar. O estímulo à produtividade tem o propósito de aumentar a lucratividade sobre o trabalho. Nesse sistema, não só se almejam mudanças nos meios de produção em busca de maior eficiência, mas também começa a se impor a necessidade do controle da qualidade, da distribuição e da aceitação do produto no mercado local, assim como dos lucros obtidos por meio de mercados consumidores estrangeiros. A luta por mercados nacionais e internacionais aumenta a competição entre as empresas por conta do desenvolvimento e da adequação dos meios de produção.

As discussões aqui estabelecidas tomam como referência os efeitos do capitalismo nas condições de trabalho tendo em vista suas ligações com as mudanças econômicas redesenhadas pela reestruturação produtiva e pela globalização. No campo trabalhista, está o âmbito do ensino superior tecnológico; no campo dos efeitos, estão os reflexos na saúde do professorado desse ensino. No Brasil, os avanços tecnológicos após a década de 1970 têm-se mostrado atrelados aos moldes da reestruturação dos meios de produção e das exigências atuais do mercado, propiciados pela implantação da automação industrial. Essa evolução do processo industrial, em virtude da necessidade de mão de obra qualificada, também passa a influenciar o setor público de ensino tecnológico por meio de novos critérios para atuação do profissional da educação superior. O direcionamento de recursos financeiros públicos a cursos com mais potencial de empregabilidade se torna ligado às áreas de pesquisas de maior interesse empresarial. E as pesquisas são, em parte, vinculadas ao aumento da eficiência do setor produtivo proveniente das oscilações das necessidades do mercado consumidor, em muito induzidas e fortalecidas pela mídia. Os docentes dos cursos tecnológicos — ligados às melhorias dos meios de produção — são obrigados a acompanhar essas mudanças, por meio de constantes atualizações de seus estudos.

A educação deveria ser desvinculada da produtividade em face do desenvolvimento econômico. A qualidade do ensino não pode se associar à quantidade de títulos fornecidos aos alunos nem ser representada pela quantidade de alunos formados. Ela diz respeito ao aprendizado real desses discentes. Daí que o trabalho docente não poderia ser tratado como mercadoria; afinal, constitui um processo que envolve formação humana que demanda tempo de aprendizado, desenvolvimento do pensamento crítico e nível de interesse do aprendiz.

Segundo Cunha (2007), na Conferência de Diretores de Escolas e Formação de Engenheiros da França (CDEFI), em 2005, o então presidente da CAPES Jorge Almeida Guimarães defendeu o aumento dos cursos de engenharia com o argumento da necessidade desse profissional para um desenvolvimento econômico efetivo. Essa política, de acordo com Moreno e Fajardo (2013), em reportagem do jornal on-line *GI*, resultou em aumento de 51% nas matrículas em cursos tecnológicos entre 2009 e 2012. Portanto, a educação de nível superior se torna vinculada às exigências do mercado de trabalho, o que resulta na necessidade de investimentos na área de ciências exatas desse nível de ensino.

A atenção à educação em países emergentes se torna evidente na Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no Banco Mundial (BM), na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e na Organização das Nações Unidas (ONU) com o estabelecimento de metas para o ensino; metas discutidas na Conferência de Jomtien, em 1990. Nesse evento, destacou-se a necessidade de qualificação profissional na área tecnológica para a promoção do desenvolvimento econômico. O Brasil, portanto, ocupa espaço nos debates de âmbito mundial por instituições que, conforme Antunes (2009), têm como base a garantia da capacidade dos países emergentes de pagar juros de sua dívida externa.

Eis por que selecionamos professores do curso de Engenharia de Automação Industrial do CEFET em sua unidade de Araxá, MG, implantado em 2005. Por se tratar de um curso público da área tecnológica, vislumbramos a possibilidade de encontrar respostas satisfatórias para as inquietações da pesquisa aqui referida tendo em vista os resultados dos investimentos na educação e as possíveis melhorias das condições de trabalho docente para a preservação de sua saúde. Encontramos estudos no *website* da CAPES onde se destacaram as condições laborais que debilitam as atividades dos profissionais do ensino. Com isso, pudemos refletir sobre as possíveis contribuições de uma equipe de saúde multiprofissional implantada em uma instituição de ensino público. Foram consultados dados estatísticos — segundo o tratamento que lhes deram Lima e Lima-Filho (2009) e Gasparini, Barreto e Assunção (2005) — sobre os tipos de doenças e sintomas de aspectos mentais e físicos mais comuns que se vinculam às más condições da prática docente profissional atual.

Após a reestruturação produtiva mais recente, as modificações ocorridas no trabalho industrializado repercutiram sobre os métodos de ensino das instituições responsáveis pela formação de trabalhadores para o setor. A qualidade do ensino torna-se questionável ante a crescente demanda por mão de obra capacitada, ante a redução do tempo para formação e ante

um contexto em que as condições laborais do professor passam a constituir objeto de estudo, assim como agenda de preocupação de pesquisadores e trabalhadores docentes.

Com efeito, buscamos compreender como, no sistema de produção contemporâneo, a saúde dos professores é afetada pela quantidade diária de trabalho, pela insatisfação com atividades de ensino, pela maneira como as tecnologias digitais são usadas, pelos relacionamentos profissionais e pelo modo como se sentem quanto à valorização de sua atividade. Nesse sentido, o problema da pesquisa se delineou neste questionamento: como as condições de trabalho de docentes de um curso superior público em tecnologia interferem na saúde deles e quais ações podem ser viabilizadas para melhorá-la e preservá-la? Em acordo com esse problema, nortearam a investigação as seguintes indagações: quais são as razões dos entraves orçamentários à melhoria das condições laborais do docente? Como as demandas profissionais apresentadas por empresas de ramos tecnológicos diversos podem influenciar a prática docente profissional no ensino superior tecnológico? Quais são os reflexos das políticas de expansão do ensino sobre o trabalho docente? Como têm sido legalmente reconhecidos os problemas de saúde mental dos professores dos cursos superiores da área tecnológica? Como as condições e relações trabalhistas em um curso superior do ensino público da área tecnológica atendem às expectativas dos docentes? Qual é a importância da satisfação profissional para a preservação da saúde física e mental dos docentes?

Destacamos o reconhecimento da importância da preservação da saúde mental e física no trabalho em alguns de seus termos legais e fatos históricos. Com isso, esperamos que o estudo possa contribuir para uma conscientização quanto às influências da reestruturação dos meios de produção industrial, das atualizações tecnológicas, da competitividade empresarial, das relações comerciais, do mercado e das políticas públicas educacionais sobre as atividades profissionais dos professores. Salientamos a necessidade de considerar aspectos subjetivos do trabalhador que interferem em sua satisfação profissional e a pertinência da elaboração de sugestões para melhorar as condições laborais tendo em vista a preservação da saúde dos profissionais do ensino e sua realização pessoal. A pesquisa buscou saber se os docentes estão satisfeitos e contam com condições adequadas para lecionar que lhes permitam preservar sua saúde. Procuramos entender algumas exigências na educação devido às inovações tecnológicas das últimas décadas e como têm afetado a prática docente no ensino superior em face das atividades profissionais diárias e das perspectivas do mercado profissional.

Dito isso, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as peculiaridades e percepções dos professores sobre seu trabalho de modo a explicar suas condições e necessidades individuais

e, assim, contribuir com propostas de melhoramento do ambiente profissional e de preservação da saúde. Como objetivos específicos, buscamos:

- distinguir as mudanças no mundo do trabalho que interferem nas exigências profissionais postas aos docentes, especialmente quanto às suas atividades laborais;
- entender o contexto econômico globalizado e sua relação com a destinação de recursos para melhorias nas condições de trabalho do professor;
- analisar como as políticas de expansão do ensino afetam o trabalho docente;
- averiguar o reconhecimento e o progresso das leis em proteção aos problemas de saúde que podem afetar os docentes em decorrência de suas atividades;
- explicar os reflexos do contexto capitalista sobre a saúde mental dos professores;
- expor a importância de uma equipe de saúde composta por médico(a), enfermeiro(a), fisioterapeuta, psicólogo(a), fonoaudiólogo(a) e nutricionista com o intuito de efetivar propostas de ações destinadas às melhorias nas condições do trabalho docente;
- propor soluções para os problemas que afetam as condições do trabalho docente identificadas no CEFET de Araxá considerando as peculiaridades dos profissionais da docência.

Na primeira seção deste estudo, esclarecemos fatos que vemos como relevantes dos cursos tecnológicos no Brasil. Buscamos explicações para as exigências que se impõem à atividade docente atual e os problemas de natureza orçamentária que dificultam as melhorias das condições laborais nos cursos superiores de tecnologia. A evolução dos meios de produção na indústria trouxe a necessidade de uma mão de obra mais qualificada com reflexos sobre o professor dos cursos tecnológicos, uma vez que os recursos financeiros se tornam mais direcionados às áreas de ensino de maior interesse empresarial. Dessa forma, analisamos o trabalho docente no contexto econômico e como o mercado influencia as exigências e destinação de recursos financeiros para as atividades docentes de um curso do ensino superior público da área tecnológica. As exigências aos docentes das áreas tecnológicas relativas à qualidade do ensino e à quantidade de alunos atendidos gerariam sofrimento pelas pressões constantes em sua prática profissional, e eles teriam a saúde afetada nesse processo.

Na segunda seção, por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e quantitativa, identificamos os problemas que provocam insatisfação nos docentes como

possíveis fatores de risco para o aparecimento ou agravamento de doença mental ou física. Foram localizados no banco de dados *on-line* da CAPES e utilizados artigos pertinentes ao recorte temporal 2005–13 para a pesquisa quantitativa sobre saúde docente no Brasil. O termo descritor estabelecido nessa seção foi “saúde docente”, a partir das categorias de análise definidas no decorrer da pesquisa, conforme os assuntos encontrados. A seleção e análise dos textos recuperados se deu a partir das categorias: doenças relacionadas com o trabalho docente, trabalho docente sobre a saúde, condições de trabalho docente e natureza do trabalho docente. O objetivo foi compreender como algumas especialidades profissionais da área da saúde podem contribuir com ações de melhoria das condições trabalhistas do docente com vistas à preservação da saúde. Com base em estudos desenvolvidos por profissionais de áreas variadas da saúde nos últimos anos, buscamos entender o potencial de contribuição de uma equipe multiprofissional com assistência contínua para a preservação da saúde docente.

Os resultados dessas seções serviram de base para a elaboração e análise das entrevistas – instrumento utilizado na parte empírica da pesquisa –, a partir de categorias preestabelecidas e em conformidade com a literatura, cujos estudos são referentes: ao impacto do mercado trabalhista sobre as exigências aos docentes dos cursos superiores em tecnologia do ensino público federal, ao conhecimento das possíveis patologias que podem afetar o docente no decorrer de sua carreira e ao reconhecimento da individualidade humana mediante suas necessidades profissionais. Para sugestão de ações voltadas à melhoria das condições laborais, consideramos a percepção dos professores sobre suas expectativas profissionais, sobre tais condições e sobre a necessidade de informação acerca da saúde. Com o propósito de compreender como os docentes do curso de Engenharia de Automação Industrial acima referido se sentem em relação à sua profissão e às funções que exercem, procuramos averiguar as dificuldades diárias no desenvolvimento de suas atividades. Buscamos descobrir a existência de insatisfação com as atividades do seu trabalho. A intenção foi detectar informações e dados sobre a organização e as condições trabalhistas docente no ensino superior e as relações com a satisfação e expectativa profissional dos professores.

A terceira seção corresponde à parte empírica da pesquisa, constituída de uma entrevista, dividida em uma parte estruturada para obtenção de dados de identificação dos participantes e outra semiestruturada com entrevista narrativo-episódica baseada em Flick (2009). Essa entrevista refere-se ao relato de fatos concretos ocorridos com relevância pontual ao tema estudado. Esse instrumento de pesquisa permitiu ao entrevistado a escolha de relatar suas lembranças de acordo com a relevância da situação e, segundo sua subjetividade, indicar a percepção do ambiente social em que vive e o modo como o afeta. Recorrendo às entrevistas

episódicas, buscamos, por meio das lembranças dos problemas enfrentados por esses docentes no desenvolvimento de suas atividades profissionais, averiguar a predominância de situações e condições laborais insatisfatórias, sua razão de existência e as formas possíveis de eliminá-las ou amenizá-las. Essas questões da entrevista relacionadas com a parte semiestruturada tratam dos aspectos subjetivos da atuação do professor, tais como a expectativa quanto à sua formação profissional, a satisfação na realização de suas atividades, as condições de seu trabalho e os cuidados com a sua saúde. A partir desses aspectos foram elaboradas as questões do roteiro da entrevista.

A análise temática do conteúdo da parte empírica deste estudo baseou-se em Minayo (2004; 2007) e se dirige ao trabalho docente quanto à forma de aproveitamento de recursos existentes na instituição. Elaboramos sugestões de ações para a resolução de problemas que podem comprometer a realização de suas atividades cotidianas com base nos estudos da primeira e segunda seção deste estudo. Em termos práticos e institucionais, procuramos analisar as dificuldades relatadas pelos docentes sobre as peculiaridades e exigências da instituição e as causas dos problemas orçamentários, a exemplo de entraves para as melhorias necessárias à qualidade de vida no trabalho. Abordamos a necessidade de estratégias de preservação da saúde referentes aos meios de informação e conhecimento sobre os prejuízos causados pelos hábitos negativos de vida. Para isso, foi necessário compreender algumas formas de prevenção pelo conhecimento de sintomas das doenças físicas e mentais passíveis de ocorrência ou agravamento pelo exercício da profissão docente. Assim, esperamos contribuir para a criação de soluções viáveis e constatações fundadas sobre condições laborais desses professores. A perspectiva é de que, a partir desses estudos, possamos agregar contribuições à educação superior da unidade do CEFET de Araxá. Esperamos, ainda, que a pesquisa seja base para melhorar tais condições e prevenir doenças profissionais como algo dirigido a outros professores de cursos superiores em tecnologia com vistas à preservação da saúde no trabalho.

1 REESTRUTURAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

A possibilidade de expansão dos mercados consumidores leva as empresas estrangeiras a investir capital em regiões com potencial comercial, implantando suas tecnologias em países de industrialização tardia como o Brasil. O uso dessas tecnologias estimula o investimento no ensino, em áreas de tecnologias mais complexas e interfere no padrão de expectativas em relação ao trabalho dos professores. Exemplo disso estaria na existência do curso de Engenharia de Automação Industrial atrelada à última reestruturação produtiva iniciada em países pioneiros em inovações tecnológicas industriais. Com o objetivo de entender a influência desse contexto econômico na atividade docente profissional na área tecnológica, nesta seção analisamos o contexto social e econômico que influencia o papel dos docentes de um curso superior público em Engenharia de Automação Industrial. Buscamos compreender os reflexos das políticas públicas educacionais, das exigências profissionais e dos estímulos à capacitação do professor, destacando os anseios e interesses do sistema capitalista quanto ao desempenho e às razões governamentais no direcionamento de recursos orçamentários para a educação.

1.1 Desenvolvimento dos meios de produção em resposta às crises do capitalismo do século XX

Para entendermos o progresso econômico promovido pelas reestruturações produtivas em alguns países no século XX e a importância do conhecimento científico e dos avanços tecnológicos nesse processo, discutimos o contexto histórico do mercado mundial e sua expansão. Aqui, tomamos como suporte contribuições de teóricos como Marx (1985) e estudiosos como Harvey (1989), Meszáros (2011), Braverman (1987), Antunes (2008; 2009; 2013) e Alves (2011). Todos discutem as reestruturações produtivas e seu papel na superação de crises econômicas: seja pelo aumento da capacidade produtiva industrial, pela redução da margem de lucro dos produtos e sua relação com os salários, pelas estratégias de marketing sobre consumo e planejamento da produção da matéria-prima ou pelas fontes de energia disponíveis. Seus estudos apresentam reflexões sobre as consequências geradas pela mecanização e automatização das empresas, sobre as exigências intelectuais para a empregabilidade no campo tecnológico e sobre as condições de trabalho impostas por um mercado profissional competitivo.

Com base nesse referencial, esta subseção apresenta uma análise das consequências dos investimentos pontuais no ensino superior tecnológico voltados ao mercado. Ou seja,

apresenta um estudo breve da educação tecnológica no Brasil tendo em vista o cenário econômico globalizado e realçando a influência dos anseios e interesses do sistema capitalista quanto à formação discente e à prática docente profissional. Mostram-se a necessidade do conhecimento voltado para a tecnologia e a repercussão do fator competitividade no desenvolvimento econômico. Toma-se como base a ascensão da economia dos Estados Unidos, país pioneiro em tecnologias industriais no século XX e politicamente influente em países de industrialização tardia. Ao discutirmos a economia desse país e suas contribuições para modificar as formas de produção e consumo, procuramos evidenciar a participação da ciência. A intenção é mostrar como os avanços nas formas de produção incidem sobre a competitividade empresarial e norteiam as exigências referentes à formação de profissionais do campo tecnológico. O ponto de partida, em termos cronológicos, são as crises históricas que levaram ao desenvolvimento das reestruturações dos meios de produção. O foco é o poder competitivo das indústrias tendo em vista a análise do papel dos investimentos financeiros em conhecimentos científicos no progresso econômico brasileiro.

Conforme Aquino (2007), a guerra entre o sul e o norte dos Estados Unidos (1861–5) foi causada pela disputa entre os latifundiários e os empresários; afora os desacordos quanto à continuidade da escravidão. Enquanto o Sul recorria à mão de obra escrava para colher algodão, o norte — mais industrializado — almejava à libertação dos escravos para que houvesse aumento do seu mercado consumidor. A vantagem desta região sobre aquele era seu desenvolvimento industrial maior ante um sistema fundado no latifúndio e na escravidão, superado, em parte, por causa da péssima distribuição de renda. O desenvolvimento industrial e de infraestrutura tornava o Norte mais forte para a guerra em quesitos como o telégrafo e os meios de transporte, assim como a fabricação maciça de armas e a produção de gêneros alimentícios em larga escala. Prevaleceria a vitória dos ideais nortistas: menos utopia, mais trabalho, mais educação e mais liberdade econômica.

Com o progresso da indústria, grandes economistas passavam a defender a gerência científica do tempo na produção. Segundo Braverman (1987), Frederick Taylor, ainda em 1910, apoiava o investimento técnico-científico em métodos de produção da indústria manufatureira, assim como o apoiavam os economistas Alfred Marshall e Thornstein Veblen. Ele, então, propôs formas de obter o controle do tempo laboral operário dispensado à produção. De acordo com o método de Taylor, as máquinas responsáveis pelas etapas da produção eram operadas pelos trabalhadores de forma individualizada e fragmentada. Logo, o trabalhador se especializava apenas em sua etapa da produção com a redução do tempo de fabricação da mercadoria. O crescimento da produção evidenciou o sucesso desse método,

resultando num sistema próprio de organização trabalhista conhecido como taylorismo, em que as etapas do processo eram cronometradas.

Os estudos sobre essa lógica de produção se tornaram conhecidos como cinociclografia e contribuíram para classificar os movimentos básicos do corpo no controle do seu ritmo no trabalho. A aplicação dos estudos no processo industrial permitia o aumento da produtividade operária com a introdução da cronometragem do tempo do trabalhador e o controle do seu corpo nas etapas de produção. De fato, o taylorismo é menos competitivo nos dias atuais devido ao aumento dos custos da mão de obra promovido pelo cumprimento das leis trabalhistas, mas muitas empresas, por não necessitarem de mão de obra especializada, ainda usam esse modelo de produção quando existe demanda de consumo. Exemplo disso são empresas de gênero alimentício como as lanchonetes McDonald's, cuja fabricação de hambúrgueres é dividida em tarefas isoladas, com vários funcionários encarregados por etapas distintas da produção. Em parte, identificam-se com o método taylorista de produção.

Conforme Braverman (1987), enquanto fatores como matéria-prima e potencial energético estivessem equilibrados e se somassem à estabilidade econômica para a expansão das fábricas, o mercado consumidor inexplorado em outros países garantiria a comercialização da produção segundo o método taylorista. Não por acaso, o taylorismo foi de grande inspiração para Henry Ford (BRAVERMAN, 1987), que seguia seus princípios de padronização e simplificação. Como os avanços tecnológicos permitiram mudar técnicas tayloristas de produção, aperfeiçoou a linha de montagem de automóveis com a implantação de esteiras rolantes que se moviam enquanto o funcionário permanecia em seu posto na realização de sua tarefa. Dessa maneira, era eliminado o deslocamento inútil do operário para a busca de peças. Com a gerência científica agindo sobre a relação entre tempo e movimento, o ritmo do trabalho dos funcionários se mantinha sob controle.

Esse incremento de Ford aos métodos produtivos de Taylor se denominou fordismo. Nele, um operário era responsável por uma única etapa da produção, o que eliminava a necessidade de capacitação. Porém, tratava-se de uma atividade repetitiva tendendo à alienação do funcionário no que respeita ao restante da produção e ao seu desgaste físico, mediante o aumento do ritmo do trabalho.

Conforme Aquino (2007), com a Primeira Guerra Mundial (1914–8), começava a corrida armamentista entre Reino Unido e Alemanha. Suas indústrias se dedicavam à produção de equipamentos bélicos. Com o passar do tempo, a Europa passou a necessitar de alimentos e armas. Os Estados Unidos permaneciam neutros na guerra. Além disso, dada sua capacidade de produção, conseguiam exportar produtos necessários às nações aliadas ao

Reino Unido, bem como suprir outros mercados mundiais com produtos antes comercializados pela Europa. Em 6 de abril de 1917, declararam guerra à Alemanha e aos aliados; com volume relevante de recursos disponíveis, a vitória estadunidense foi assegurada. Após guerra, a expansão de seu comércio propiciava a evolução dos meios de produção.

Nos anos 1920, diz Aquino (2007), o método de produção fordista estabelecia a ampliação da produção mediante o controle maior do ritmo de trabalho dos operários em relação ao método de Taylor. Com as inovações, Ford conseguiu criar um mercado de automóveis destinado à população em massa. Daí que passou a introduzir no mercado milhões de carros ao ano. Essa prosperidade se verificava em outros setores da economia, tais como o têxtil, o siderúrgico e o petrolífero. Outros investimentos referentes à construção de rodovias resultaram na facilidade do transporte das mercadorias com consequências à expansão do comércio interno.

A entrada de seus produtos em mercados externos fomentou uma produção variada de mercadorias em larga escala nos Estados Unidos, que conseguiram agregar um volume de capital expressivo durante a Primeira Guerra Mundial. Com um desenvolvimento econômico satisfatório, a população poderia desfrutar do crescimento no setor de empregos e do aumento de seu poder aquisitivo. Segundo Pinho (2008), a prosperidade era promovida pelo consumismo incentivado pelo crédito concedido pelo governo, o que garantia a criação de empregos para a população e a existência de grande produção agrícola.

Entretanto, conforme Aquino (2007), em 1928, com a estabilização da economia da Europa e a conseqüente redução das exportações, faltaram compradores para os produtos dos Estados Unidos, os preços e a produção caíram, e a crise de empregabilidade se impôs. A diminuição da produção e dos lucros resultou na queda das ações da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Era uma crise relacionada com a superprodução fordista. Em 1930, como medida de proteção do mercado interno, as tarifas alfandegárias (PINHO, 2008) foram aumentaram. Numa reação imediata, alguns países aprovaram medidas alfandegárias semelhantes às dos Estados Unidos, o que afetou negativamente suas exportações. Logo, os resultados das medidas de proteção do mercado interno estadunidense acarretaram a queda da produção e o aumento do desemprego.

Após a perda de parte do potencial do mercado externo dos Estados Unidos, seus economistas tentaram estabelecer o consumo interno por meio do crédito como tentativa de manter empregos criados durante a Primeira Grande Guerra. Porém, o aumento de crédito no mercado interno não garantiu o consumo da produção por muito tempo. Daí que a crise resultava do acúmulo de mercadorias que não se transformavam em capital, redundando na

inviabilidade de manter os empregos nas áreas produtivas. Como não contavam com a reação do mercado externo à estratégia de aumentar as tarifas alfandegárias — ou seja, a reação de países com os quais EUA mantinham relações comerciais —, essa nação se tornava cada vez mais dependente das exportações ante um mercado interno enfraquecido pelo aumento do desemprego.

De acordo com Fausto (2005), o Brasil exportava café para os Estados Unidos. Por consequência da crise de 1929, houve redução da exportação, ou seja, aumento de estoque. O governo interveio: passou a comprar e queimar o excedente para evitar desvalorização do produto e a falência de agricultores; uma vez que o café era o produto principal de exportação. Em contraposição, os cafeicultores passaram a investir grande parte de seu capital na industrialização; com isso, a maioria expressiva dos investimentos financeiros na industrialização proveio da monocultura cafeeira. A medida de proteção aos cafeicultores promovida pelo Estado causou impacto na indústria. Mas a decisão do governo federal não fazia justiça à maioria da população fonte geradora desses recursos financeiros, por meio do pagamento de impostos.

Segundo Limonic (2003), em luta contra os efeitos da crise, o então presidente dos Estados Unidos Delano Roosevelt, a partir de 1933, passou a aprovar leis com o objetivo de garantir ajuda social às famílias atingidas pela crise em seu país. Esse conjunto de leis foi nomeado de New Deal (o novo acordo, em tradução literal). Em parceria com o governo, as empresas passaram a restabelecer os empregos mediante a reforma do sistema econômico. Em 1933, os estados passaram a se recuperar da crise com a redução das tarifas alfandegárias, somadas ao estímulo do consumo e ao fortalecimento do dólar. Graças à intervenção do governo houve uma redução relativa do desemprego.

Os efeitos da Grande Depressão sobre a produção industrial e as taxas de desemprego seriam praticamente extintos após a Segunda Guerra Mundial (1939–45). Durante esse conflito, a recuperação da economia dos Estados Unidos contou com medidas de crédito, intervenção estatal e dependência do mercado externo. Essas políticas não se mostraram sustentáveis, e o governo passou a se preocupar com estratégias para garantir algum tipo de regulamentação do mercado externo devido às experiências anteriores em relação às crises econômicas referentes à baixa exportação. De tal modo, no fim da guerra os Estados Unidos ainda temiam outras crises monetárias como a dos anos 30, relacionadas com as taxas alfandegárias.

Conforme abordado por Kilsztajn (1989), os Estados Unidos e mais 44 países aliados assinaram, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, a proposição de uma

série de regras para o controle das relações financeiras entre vários países industrializados. Tais medidas foram denominadas de “Acordo de Bretton Woods”, por meio do qual se pretendia controlar a taxa de câmbio de suas moedas com um valor anexado ao dólar que estava ligado ao valor do ouro. Após esse acordo, foi criado, em 1944, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Em 1946, o Bird foi dividido em Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Ambos destinam recursos financeiros aos países que necessitam de capital para o seu desenvolvimento econômico; mas o FMI é responsável pelas formas de pagamento dos empréstimos. Em sua maior parte, estes se destinam a países de industrialização tardia. Com isso, obtêm resultados no fortalecimento das relações diplomáticas e na influência política de forma a garantir o pagamento das dívidas. Todas essas medidas passam a ser suporte para as relações comerciais entre várias nações. Porém, não foram suficientes para estabelecer grandes períodos de estabilidade econômica.

Segundo Aquino (2007), o fordismo nos Estados Unidos permaneceu forte da Primeira Guerra Mundial até a década de 70. No início da década de 60, o sistema de produção era baseado no fordismo, com mercadorias padronizadas que atendiam ao caráter conservador da sociedade. No fim da década de 60, conforme Harvey (1989), os métodos fordistas de produção começaram a ruir ante as crises econômicas que acometiam o mercado: crise da superprodução e crise da acumulação de mercadorias, que já não se transformavam com facilidade em capital. O excesso causou a queda da margem de lucro devido à necessidade de diminuir os preços das mercadorias; e isso abriu margem para aumentar drasticamente a competitividade entre os países industrializados. As empresas automobilísticas não conseguiram acompanhar a concorrência da Europa e do Japão, de tal modo que os Estados Unidos perderiam mercados para os japoneses. A crise do petróleo de 1973, a alta da inflação e o alto índice de desemprego deram fim de vez aos anos prósperos do fordismo. Ou seja, as escolhas pelos métodos de produção passaram a ser mais bem analisadas em acordo com a capacidade e interesse de consumo da população. Era superação do fordismo nas grandes empresas.

Com efeito, no fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão já havia criado um modelo de produção conhecido como toyotismo. Conforme relata Sarmiento (2010), foi iniciado nas fábricas automobilísticas da Toyota e elaborado pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno. O toyotismo no contexto japonês contava com matéria-prima escassa, mercado consumidor pequeno e uma manufatura enxuta. Daí que se apostou na diversificação e produção de pequenos bens de consumo, mais viável ante a crise do petróleo — a falta no mercado e a supervalorização. Segundo W. Júnior (1992), a produção de carros da Toyota voltou-se para o

mercado externo, com a diversificação de forma e cores dos veículos na tentativa de suprir o mercado consumidor.

No toyotismo, foram colocadas à disposição do comércio quantidades pequenas de um produto, mas com mais variedades para satisfazer a um sistema conhecido como *just in time* — em tradução literal, hora certa —, que consiste em produzir conforme as necessidades e preferências do consumidor. Esse espírito de diversificação da produção passava a ser verificado na exportação de grande variedade de produtos manufaturados. Ainda conforme W. Júnior (1992), a informatização das linhas de produção conhecida como revolução tecnológica aumentou a flexibilidade das empresas quanto à agilidade da produção. O modelo toyotista possibilitou maior produtividade às fábricas automobilísticas japonesas e passou a ser considerado um modelo adaptado ao sistema produtivo flexível. Com a informatização da produção, foi necessário o investimento em qualificação e capacitação da mão de obra para o controle e a manutenção das máquinas. Como efeito colateral da informatização das linhas de produção, ocorreu um aumento do desemprego e do labor informal.

De fato, o sistema de produção flexível toyotista exige, muitas vezes, escolaridade maior por causa da informatização das empresas e fábricas, assim como por conta das estratégias de incentivo à promoção. Porém, produz instabilidade do vínculo empregatício. Nos períodos de baixa demanda de consumo, a necessidade de corte com gastos trabalhistas aumentaria o número de demissões. Conforme Antunes (2011), para diminuir gastos com a produção, a estratégia seria uma legislação abrandada no referente aos direitos do trabalhador que permitisse contratos temporários ou terceirização de parte das atividades da empresa.

Em relação às últimas reestruturações produtivas que vieram em resposta à crise de acumulação de mercadorias, Mészáros (2011) explica que a reprodução ampliada, consequência da intensa mecanização, pode ser capaz de diminuir a taxa de lucro. Essa estratégia visa aumentar a acumulação do capital, desde que se aumente a comercialização do produto com o estabelecimento do menor valor da mercadoria imposto pela concorrência. Portanto, para vencer a crise da produção era preciso efetivar a capacidade de expansão da comercialização em regiões pouco exploradas.

No entanto, não é um método sustentável; a menos que a incrementação dos produtos estimule novamente os consumidores. Além disso, há consequências para o trabalhador, que, de acordo com Antunes (2008), salientam-se na alienação e fragmentação do trabalho dos métodos taylorista e fordista de produção. O controle do movimento cronometrado, estudado e proposto por Taylor e os métodos para acelerar o ritmo de produção, elaborados por Ford, alienam e fragmentam o trabalho humano. Ainda conforme Antunes (2008), o sistema fordista

não se extinguiu. Essa estrutura produtiva persiste nos países emergentes com a denominação de neofordismo ou novo fordismo, por estar presente na atualidade. Contudo, encontra-se uma preocupação maior com a estabilidade do emprego no antigo fordismo em relação ao fordismo moderno.

As exigências do taylorismo e do fordismo modernos mantiveram suas características quanto ao tempo e ritmo de trabalho que, dentre outros efeitos e consequências, levam o trabalhador ao esgotamento físico. As diferenças entre o fordismo e o neofordismo referentes à força sindical dos trabalhadores são claras. O desemprego causado pela mecanização e automação da produção enfraqueceu a força operária na luta por seus direitos trabalhistas.

A mudança estrutural da produção, denominada acumulação flexível, segundo Harvey (1989 apud ANTUNES, 2011, p. 28), caracteriza-se

[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...].

O setor improdutivo relacionado com os empregos não ligados diretamente à indústria não consegue absorver o excedente profissional causado pela demissão do setor produtivo com a introdução das máquinas. Disso se efetiva um grande mercado de reserva. Em tal situação, as atividades laborais dessas empresas se tornaram, em maior parte, intelectualizadas e tenderam a exigir do funcionário aperfeiçoamento permanente em concordância às atualizações do mercado. Por essas razões, observamos o aumento da informalidade daqueles que não cumprem as exigências dos setores empresariais e da necessidade de profissionais criativos focados na inovação dos produtos industrializados. De fato, nos modelos taylorista e fordista de produção a mão de obra não necessita de muito treinamento; porém, países com encargos trabalhistas elevados optaram por automatizar sua produção. Daí que a importância da formação profissional qualificada e capacitada se tornou relevante para a manutenção e operação eficiente das máquinas industriais, bem como para o planejamento da produção.

Dado esse quadro, percebemos os reflexos significativas para a educação e as profissões ligadas à indústria e à automação, afetadas pelos avanços tecnológicos. Os investimentos no setor ligado às áreas tecnológicas seriam, portanto, estratégicos para a

expansão comercial. Com efeito, segundo Cá (2010), as medidas que promovem o aligeiramento da formação do aluno, com reflexos nas formas de reprodução do trabalho docente, estão de acordo com as necessidades do desenvolvimento econômico. Entendemos que a intensificação do labor intelectual de um novo perfil de trabalhador altamente qualificado reflete-se nas atualizações de produtos para a renovação do mercado consumidor; como também na obtenção de maneiras de diminuir os custos na produção com o aperfeiçoamento da mecanização e automação nas indústrias.

A desregulamentação trabalhista, aliada às normas internacionais de avaliação educacional, provocou efeitos observados no Brasil após a década de 1990. O crescimento econômico com enxugamento de gastos públicos fez com que apenas os setores que desenvolvem a economia tivessem mais recursos, com repercussões sobre o aumento de vagas em algumas áreas de formação. Outra forma de diminuir os custos da formação superior são os cortes de gastos com a contratação de professores por tempo determinado e com remuneração menor que a dos efetivados. Esses profissionais de contratação temporária não possuem benefícios como plano de saúde ou o direito de realizar exames periódicos. A burocracia nas instituições para atender às solicitações relativas a melhorias das condições laborais dos professores é outro fator de queixas.

Em atendimento às demandas econômicas, há destinação orçamentária para o aumento de quantidade vagas no ensino superior público, em cursos superiores estratégicos ligados às áreas tecnológicas, conforme reconhece o presidente da CAPES, Jorge Guimarães, na Conferência de Diretores de Escolas e Formação de Engenheiros da França, em 2005. Dado tal contexto, as universidades públicas buscam a eficiência do setor de ensino privado quanto à formação dos alunos, mesmo diante das adversidades enfrentadas ante as políticas de expansão do ensino superior.

No Brasil, a formação do perfil do trabalhador voltado ao mercado de profissões confere aptidões consideradas imprescindíveis a sua formação, muitas vezes em dependência do grau de tecnologia dos setores empresariais. Porém, direcionando a graduação ao desenvolvimento de um perfil apenas profissional, são menosprezados investimentos em aptidões que contribuem para a inovação, mecanização e automação industrial, com prejuízos em longo prazo para o desenvolvimento empresarial e econômico. Portanto, para entender os objetivos e as razões das cobranças impostas ao ensino superior nas áreas tecnológicas no Brasil, é importante conhecermos as aptidões profissionais exigidas pelo setor empresarial.

1.2 Educação superior e formação de profissionais para o desenvolvimento econômico no Brasil

Ao enfrentar as necessidades do mercado de trabalho, os profissionais da educação das áreas tecnológicas têm se deparado com aumento da exigência de atualização de conhecimentos. Percebemos certa proporcionalidade na exigência de aptidões profissionais nas empresas quanto à multifuncionalidade do funcionário para dar respostas aos problemas cotidianos por ele enfrentados. Conforme Filho (2008, p. 103), “[...] novos métodos de organização da produção requerem maior capacidade de abstração, o exercício do discernimento e certas qualidades comportamentais relacionadas à confiança e à cooperação”. Esse conceito se aplicaria não apenas aos operários das fábricas que se modernizaram, como também aos funcionários dos setores de planejamento no que se refere ao controle da informação. Por exemplo, entender as necessidades do mercado consumidor e o seu contexto pressupõe uma análise segundo vários aspectos: o político, o econômico, o ideológico e o cultural. Portanto, os profissionais das áreas de tecnologia nessa contextualização estariam em aprendizagem e adaptação constantes.

De acordo com Alves (2011), à medida que aumenta a complexidade das atividades a ser realizadas nas empresas e indústrias ocorre a redução do labor mental repetitivo pela possibilidade da programação. Portanto, o trabalho humano teria o seu foco em funções mais direcionadas ao comando. Nesse contexto, o mercado para essas atividades complexas se refletiria sobre as políticas do ensino superior, com necessidade de novas estratégias de combate ao desemprego e obtenção de mão de obra suficiente para o crescimento econômico. Com base no que poderia ser priorizado para o estabelecimento de um perfil profissional, são levantadas discussões sobre a formação destinada ao mercado. Em relação ao ensino superior, Saviani (2008, p. 151) reconhece que

[...] os educadores têm oscilado ao considerar a educação apenas em termos gerais, com ou sem referências à formação vocacional e profissional, ou propondo um sistema dualista com a formação geral desvinculada da formação profissional ou, ainda, concebendo uma escola única que pretenderia articular educação geral e formação profissional.

Nesse sentido, para que eficiência e bons resultados sejam obtidos no campo educacional, importa considerar a vocação do indivíduo, e não somente os requisitos referentes à formação de mão de obra para empresas.

Concordamos que os profissionais da educação tecnológica se deparam com o ritmo acelerado das mudanças da realidade, o que resulta na necessidade de novos modelos relativos

à formação dos trabalhadores para as empresas, modelos marcados pela flexibilidade do mercado, pelas inovações e pelas atualizações das máquinas. Porém, algumas questões pertinentes ao resultado do desenvolvimento econômico requerem discussão, de modo a considerar que o sucesso econômico traria condições de vida mais favoráveis à população e garantiria a preservação do meio ambiente.

Em resposta positiva a questões como esta é que se confirmaria o objetivo social da educação. Isso porque o ensino com vistas à eficiência no trabalho destinado ao acúmulo do capital transformaria o aluno em um bom funcionário, mas com prejuízo do seu senso crítico quanto à sua atuação em seu meio social. Daí a necessidade de uma educação voltada ao aprimoramento de aptidões profissionais quanto ao conhecimento em áreas de desenvolvimento tecnológico em consonância com as necessidades de mão de obra nas empresas consolidadas segundo o espírito toyotista. Verificamos, conforme Machado (2008), Hirata (2008), Assis (2008), Kuenzer (2000) e Pacheco (2009), a hipótese de uma forte intervenção empresarial nos critérios de investimentos em educação no Brasil e sobre as críticas ao ensino voltado apenas às necessidades econômicas de uma nação.

A capacidade de compreensão da diversidade de informações pertinentes a um profissional com habilidades decorrentes de um sistema educacional, que qualifica ou muito capacita, tornou-se critério de empregabilidade em muitas empresas que se modernizaram. Para Antunes (2009), com as mudanças ocorridas após a última reestruturação produtiva toyotista, houve transformações no perfil do funcionário de muitos setores profissionais e atividades variadas, antes determinadas por um ritmo estipulado, a exemplo das linhas de montagem automobilísticas na época do fordismo. A reestruturação produtiva segundo o modelo toyotista tornava relevantes os aspectos profissionais intelectualizados para a maioria dos trabalhadores dessas empresas modernizadas, conforme as mudanças resultantes de novas necessidades industriais.

Machado (2008, p. 181) aponta a educação geral ainda não focada em especializações como critério para o desenvolvimento de aptidões necessárias ao trabalho de manutenção de equipamentos.

A atividade de manutenção vem exigindo, também, um perfil mais amplo e qualificado do trabalhador, pois requer que este compreenda para poder exercer sua função, o processo que orientou a concepção do equipamento, no qual intervêm diversas áreas do conhecimento.

Para Machado (2008, p. 182), são qualidades indispensáveis a um funcionário das áreas tecnológicas atuais, “[...] de um lado ter abertura, criatividade, motivação, iniciativa,

curiosidade, vontade de aprender e de buscar soluções, de outro, deve demonstrar cooperação, responsabilidade, organização, equilíbrio, disciplina, concentração e assiduidade”. Afirma ainda que a criatividade, a curiosidade e a cooperação poderiam assim ser compreendidas: a criatividade na capacidade de resolver problemas, curiosidade para entender as mudanças em seu redor, cooperação como o trabalho em equipe. Porém, outros requisitos como responsabilidade, organização, equilíbrio, disciplina e assiduidade são apenas citados por ele. Mas se subentende que a iniciativa dos funcionários quanto à resolução dos problemas traz consigo a necessidade de uma postura de compromisso com a empresa.

Ainda conforme o modelo toyotista de produção, as qualidades profissionais e as mudanças trabalhistas se vinculam a um “[...] funcionamento fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas de fabricação, de manutenção, de controle de qualidade e de gestão da produção” (HIRATA, 2008, p. 130). Nesse sentido e à luz de Hirata (2008), o profissional teria que ter capacidade para discernir, intervir ou propor soluções para as questões de seu labor diário. As responsabilidades sobre tarefas da fabricação, da manutenção e do controle da produção poderiam ser desenvolvidas com base em uma boa formação do potencial cognitivo; isso agregaria às aptidões capacidade de resolução de problemas, flexibilidade mediante as mudanças e bom relacionamento com a equipe. Assis (2008) defende como qualidade necessária para se tornar um bom profissional das áreas tecnológicas a capacidade de aprender, resolver problemas e elucidar situações de raciocínio lógico. Mas a formação dessas aptidões demandaria tempo. Poderiam ser estimuladas ainda no ensino superior da área tecnológica, com as demais habilidades para uma formação mais abrangente e generalista.

Para Kuenzer (2008), a capacidade e habilidade para o desempenho funcional satisfatório estariam no “saber-conhecer” e “saber-fazer”, o que resultaria na união entre teoria e prática. Outro atributo, o “saber-ser” estaria relacionado com a facilidade de comunicação e flexibilidade diante das mudanças, como desenvolvimento eficiente de ações em equipe. É importante também o “saber-agir”, relativo às respostas aos problemas enfrentados pelo funcionário, que precisa tomar decisões e lidar com a diversidade. O desenvolvimento das capacidades cognitivas que facilitam o aprendizado poderia ser a resposta de uma forma econômica de obter trabalhadores com potencial de eficiência quando se trata de empresas com tecnologias modernas.

Hirata (2008) afirma que a capacidade do funcionário de realizar tarefas da fabricação, da manutenção e do controle da produção poderia ser desenvolvida pela boa formação cognitiva, que garantiria a aquisição de aptidões de resolução de problemas, de flexibilidade para lidar com mudanças e de bom relacionamento com a equipe. Como o

crescimento econômico no Brasil não é homogêneo, muitas indústrias e empresas, como também setores terciários, não sentiram a necessidade de mudar sua estrutura produtiva ou de manipulação de informações. Nesse caso, as empresas que não se modernizaram podem se valer de processos de capacitação para atividades profissionais rotineiras.

Propor capacitações de curto prazo como requisito da formação de um funcionário multiprofissional — apto a resolver problemas e ser flexível ante as mudanças — exige vários cursos de capacitação dirigidos para a resolução de problemas específicos da empresa para que ele começasse a entender o processo geral e o papel de sua atividade na finalização do serviço ou produto. Esse sistema educativo talvez resultasse no aumento de sua flexibilidade na empresa, mas os custos de sua formação seriam maiores que os de um funcionário qualificado na educação formal, específica de sua área de atuação.

Pacheco (2009) identifica a qualificação com a finalidade de conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais como exigência do mercado atual. A capacitação seria a aplicação de conhecimento em suas atividades para o desenvolvimento de sua autonomia e autoconfiança. Reconhecemos que a qualificação seria necessária para que o trabalhador fosse inserido no mercado, enquanto a capacitação trataria da eficiência do trabalhador na empresa depois de empregado.

As características não automatizáveis transformam-se em atributos especificamente humanos (por exemplo: “gerenciar a incerteza”). Em compensação, o que é automatizável parece desvalorizado. A máquina e seus limites tornaram visíveis qualidades insuspeitas e banalizaram saberes. (STROOBANTS, 1997, p. 143).

As mudanças derivadas das novas complexidades do trabalho mudam o papel humano, seja em suas responsabilidades, seja nos resultados de sua atuação. Portanto, caberia ser elaborados novos programas de capacitação dos funcionários sempre que houvesse mudanças tecnológicas e administrativas relevantes. Conforme Assis (2008), a difusão das novas tecnologias cria ocupações por causa das necessidades de manutenção ou do domínio do uso de equipamentos complexos. Antes, havia apenas um padrão repetitivo que sofreu impactos em vários ramos industriais após a implementação das tecnologias digitais que permitiram a automação dos processos mecanizados e mentais. Como resultado de tal processo, algumas áreas ou campos de trabalho foram pouco afetados, enquanto outras mudaram totalmente as exigências quanto ao perfil profissional do funcionário.

Para obter resultados de estudos recentes sobre a necessidade de qualificação e capacitação nas empresas, pesquisamos artigos sobre diversos setores empresariais no *website*

de periódicos da CAPES com a delimitação do recorte temporal correspondente ao período 2005–13. Os termos descritores *desenvolvimento tecnológico industrial* e *mercado trabalho tecnologia* foram definidos com base em estudos de autores que tratam do contexto econômico como Alves (2011), Antunes (2008; 2009; 2013), Braverman (1987), Harvey (1989), Marx (1985) e Mészáros (2011). Por meio dos termos descritores, encontramos artigos relativos ao setor industrial e empresarial dos quais selecionamos, por meio de seus resumos, o total de oito (QUADRO 1). Esses artigos foram escolhidos porque enfocam o perfil profissional exigido em empresas de ramos empresariais variados.

AUTORES	DATA	RAMO
Gomes e Kruglianskas	2009	Informação e tecnologia
Tondolo e W. Júnior	2011	Cadeia produtiva da maçã
Pereira e W. Júnior	2013	Setor planejamento industrial
Aguiar, Cândido e Araújo	2008	Exportação setor confecções
Cruz e Pedrozo	2008	Competitividade telefonia móvel Brasil
Gava e Vidal	2009	Mercado brasileiro de telecomunicações
Vedovello e Figueiredo	2005	Microempresa, projeto incubadora, uso de tecnologia
Anjos, Caldas e Hirai	2010	Produtores familiares, mecanização no campo

QUADRO 1. Ramos industriais
Fonte: CAPES, 2014.

Após a leitura desses estudos, diferenciamos as aptidões adquiridas por meio de duas formas de aprendizagem: a qualificação e a capacitação. A capacitação define-se como conhecimento que prepara o funcionário em seu cotidiano para um desempenho mais eficiente e satisfatório de seu trabalho; a qualificação, como ensino formal adquirido na graduação, em especial da área tecnológica, necessária ao desenvolvimento cognitivo voltado para a aprendizagem e capaz de facilitar a busca de respostas para problemas das atividades profissionais. As aptidões profissionais obtidas na capacitação ou na qualificação podem ser classificadas e associadas com as aptidões profissionais requisitadas nos ramos empresariais, conforme análise dos artigos selecionados.

Na capacitação, algumas aptidões podem ser formadas, tais como: habilidade para a realização das atividades diárias, prática em relação ao serviço repetitivo realizado em menor tempo, eficiência no trabalho diário quanto à produtividade e qualidade na execução das tarefas, conforme o padrão exigido pela empresa e foco em conhecimentos que facilitem as atividades exercidas em seu cotidiano.

Na qualificação, as aptidões que podem ser formadas são: flexibilidade das mudanças da empresa quanto ao meio exterior de trabalho, capacidade de lidar com as

diversificações que necessitam aprendizagem rápida, trabalhar em equipe e ter facilidade de comunicação dentro e fora da empresa.

Sobre os ramos empresariais referidos pelos artigos estudados, consideramos que todas as aptidões profissionais são necessárias para a competitividade empresarial. As indústrias analisadas nos artigos de Gomes et al. (2009), Pereira e W. Júnior (2013), Cruz e Pedrozo (2008), Gava e Vidal (2009), Vedovello e Figueiredo (2005), em sua maioria, priorizam as aptidões normalmente adquiridas na qualificação. Esses estudos mostram que muitos ramos empresariais têm modernizado suas tecnologias no que se refere à comunicação, gestão e inovação. Com base na literatura, constatamos que as empresas com perfil de profissionais com a maior parte das aptidões voltada para a capacitação estão em desenvolvimento, adequando-se ao mercado, ou são do setor agrícola. Na agricultura, notamos um caminho inverso quanto à flexibilidade da produção para obter resultado maior pela introdução da monocultura. Porém, embora haja demanda do mercado no setor agrícola, a taxa de lucro dos produtos é baixa, como constatado no artigo de Anjos, Caldas e Hirai (2010). Nesse caso, a competitividade do mercado fez com que houvesse mudanças no maquinário sem que houvesse novas estratégias voltadas para o mercado consumidor.

Com relação à empresa de vestuário, mesmo com uma quantidade considerável de funcionários, não houve a incidência da aptidão profissional prática em relação ao serviço repetitivo realizado em menor tempo. Percebemos que, devido às mudanças constantes da moda, há alterações no serviço diário. Dessa forma, prevalecem: a presença das aptidões profissionais, a flexibilidade das mudanças da empresa quanto ao meio exterior de trabalho, a lida com as diversificações trabalhistas que necessitam de aprendizagem rápida e a facilidade de comunicação dentro e fora da empresa. As aptidões de gestão — quais se somam a aptidões como habilidade para realizar atividades diárias, eficiência na prática profissional diária quanto à produtividade e qualidade na execução das tarefas conforme o padrão exigido pela empresa e foco em conhecimentos — facilitam as atividades exercidas em seu cotidiano; afinal, são essenciais na cadeia produtiva desse tipo de empresa. Por fim, fica evidente que a maioria dessas empresas destina parte de seu potencial econômico às tecnologias de informação e ao cadastro dos consumidores.

A procura das empresas por um perfil profissional mais qualificado leva as universidades tecnológicas a se preocuparem em desenvolver nos alunos muitas aptidões profissionais. O crescimento empresarial necessita, em quantidade, de funcionários eficientes e capazes de resolver os problemas enfrentados por essas empresas. Sguissardi (2000, p. 40) ironiza a democratização do ensino e a diversificação de cursos:

O modelo humboldtiano de universidade que alia ensino e pesquisa deve ser substituído por outro que possibilite a máxima expansão das chances de quantos queiram alcançar o “olimpico meritocrático” de um curso “pós-médio”, seqüencial que seja com as mil combinações de saberes/mercadorias garantidoras dos títulos/menus nos *self-services* ao terceiro grau.

Nos modelos de educação voltados apenas para o mercado de profissões, muitas vezes não são efetuadas políticas de estímulo a pesquisas. Estas são importantes não apenas para o desenvolvimento econômico e social, mas também para a realização pessoal dos docentes. O mercado, ao definir o perfil profissional, impõe a abertura de cursos com maior potencial empregatício. Portanto, a democratização desses cursos deverá priorizar a necessidade do aluno de se iniciar profissionalmente. Existe ainda uma competitividade elevada no mercado devido ao desemprego que resulta da queda no setor produtivo quando o setor terciário não consegue absorver toda a mão de obra excedente. Dessa forma, o professor torna-se alvo de um mercado sujeito às influências e oscilações do cenário econômico que o obriga, também, a se preocupar com a capacitação profissional constante.

Ao se desenvolverem só as aptidões destinadas a atender ao mercado, valoriza-se não o perfil pesquisador do profissional, mas seu potencial eficiente e produtivo. Os cursos tecnológicos que visam ao fator empregabilidade podem se dar ao luxo de não destinarem recursos financeiros a “ensino e pesquisa”. Diante disso, resta a constante importação de inovações tecnológicas dos países com uma estrutura universitária mais completa, preocupada com investimentos em pesquisas. Mas, conforme as mudanças no cenário econômico, as empresas se preocupam com a formação de indivíduos capazes de perceber de forma crítica o seu ambiente.

O mercado de trabalho almeja um profissional capaz de fundamentar o espírito crítico, fundamentado pelo conhecimento científico e realizador de ações que oportunizem soluções de problemas via realização da integração entre o conhecimento científico a sua aplicação prática. (REIS; REIS, 2012, p. 103).

Os cursos superiores em tecnologia precisam fornecer mais do que a aplicação prática do conhecimento. Podem oferecer sua base científica e teórica. Podemos concluir que os investimentos e incentivos governamentais para o ensino superior tecnológico e o desenvolvimento de pesquisas que se traduzem em um progresso real ante as novas teorias ou invenções são de grande importância para qualquer país. Os investimentos governamentais

relativos à educação, a melhorias dos métodos de ensino e das condições de trabalho docente requerem consideração.

1.3 Políticas de expansão universitária e seus reflexos sobre o trabalho docente

No atual contexto capitalista, em que o trabalho docente é de extrema importância para a formação de mão de obra qualificada destinada ao atendimento do mercado trabalhista, verificamos as exigências da carreira docente quanto à formação do alunado. Para essa afirmação, partimos do precedente de que as cobranças relativas ao ensino em muito se vinculam às mudanças propiciadas pelo desenvolvimento econômico ligado à competição industrial. Esse desenvolvimento proveniente do aumento da eficiência produtiva foi, em parte, atribuído aos saltos tecnológicos dos últimos séculos. Podemos, assim, reconhecer que a globalização se tornava possível graças às melhorias estruturais, permitindo uma expansão comercial mais eficaz de países pioneiros em tecnologias de produção industrial.

Outra questão discutida seria a necessidade de mão de obra especializada em um contexto social alcançado com a mecanização do labor braçal e a informatização de parte das atividades mentais humanas. Assim, o incentivo ao ensino foi estabelecido em um discurso utópico: forma de atenuar as consequências negativas do cenário da modernização industrial pós-fordista como o desemprego. Esse debate levaria a educação a ser, em parte, a solução desse problema; e seu ápice seriam as propostas de políticas assistencialistas e abrangentes sobre o ensino superior.

Com efeito, para Mészáros (2011, p.68), o desemprego se mostra presente em escala mundial.

[...] a tendência da “modernização” capitalista e o deslocamento de uma grande quantidade de trabalho não qualificado, em favor de uma quantidade bem menor de trabalho qualificado, implicavam em última análise a reversão da própria tendência: ou seja, o colapso da “modernização” articulado a um desemprego maciço.

De início, mesmo que se verifique o trabalho vinculado à qualificação profissional, a existência de um sistema maciço e acelerado de formação abasteceria o mercado, ainda que tendesse a promover a concorrência pelo emprego, resultando na desvalorização salarial. Porém, pode-se dizer que há interesse municipal, estadual e federal em manter ou atrair empresas. Portanto, o foco dos investimentos na educação pública estaria ligado a algumas áreas temáticas do ensino, em detrimento de outras áreas menos requeridas pelo setor empresarial.

As reformas no ensino universitário se direcionam sobre as políticas neoliberais as quais se intensificam, a partir da década de 1950, com debates sobre a privatização do ensino.

A partir da década de 50, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente as várias transformações que ocorrem, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, surge, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo na segunda metade dos anos 50, com a discussão em torno da questão escola pública versus escola privada. (FÁVERO, 2006, p. 29).

Os debates na década de 1950 se acentuavam na sociedade. No início dos anos 1960, os movimentos estudantis defendiam uma reforma universitária mais democrática. Conforme Fávero (1994), essa reforma abordava itens como a ampliação de ofertas de vagas nas escolas públicas, autonomia universitária, participação dos docentes de forma administrativa nas universidades, regime de trabalho de tempo integral para professores e flexibilidade na organização curricular. Porém, segundo Fávero (2006), as regulamentações da reforma universitária ficaram estagnadas devido ao golpe militar, de 1964. Conforme Fausto (2005), o resultado da ditadura sobre os estudantes foi a repressão, com a implantação do ato institucional 5, de 1968; as punições em forma de sanções disciplinares impostas a alunos e professores passaram a ser mais severas.

No período de ditadura, mesmo com a repressão, ainda em 1968 os estudantes manifestaram-se contra a indiferença do governo aos problemas da educação. Nesse mesmo ano, como resposta às crises na educação, foi criado o decreto 62.937, direcionado ao ensino superior e que “Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências”. De acordo com Rothen (2008), o grupo era formado por conselheiros do Conselho Federal de Educação que ficaram responsáveis por formular um relatório com estudos dirigidos à reforma universitária. Entendemos que o presidente da República, general Arthur da Costa e Silva, defendia os interesses militares. Ao compor o grupo, 13 membros foram convocados, como consta no relatório do grupo do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1983, p. 2). Em sua nota explicativa, lê-se que

Professor António Moreira Couceiro, Padre Fernando Bastos de Ávila, Reitor João Lyra Filho, Doutor João Paulo dos Reis Velloso, Doutor Fernando Ribeiro do Vai, Professor Roque Spencer Maciel de Barros,

Professor Newton Sucupira, Professor Valmir Chagas, além de dois estudantes universitários os quais, entretanto, embora convocados, preferiram abster-se de dar a sua colaboração.

O Conselho Federal de Educação não contava com a participação estudantil — mesmo que a existência desse órgão viesse em resposta às reivindicações discentes. Contudo, esse relatório abordava critérios para incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento da educação, estimulava a implantação do regime de tempo integral aos docentes do ensino superior federal e fixava normas para a expansão do ensino superior, sobretudo quanto à assistência financeira e à elaboração de estatísticas com dados sobre o ensino. Existia um forte discurso relativo ao progresso do país e às necessidades de qualificação de mão de obra para suprir as demandas do mercado.

O que, pois, se propõe como política a seguir é a fixação de currículos, em níveis nacional e regional, que se ajustem às condições locais e às flutuações do mercado de trabalho. O Conselho estabelecerá os mínimos a exigir não só para as profissões já reguladas em leis como para outras que tenham por necessárias ao desenvolvimento do País. As universidades, por sua vez, planejarão cursos novos para atender a características de sua programação específica ou a exigências observadas em âmbito regional. Os diplomas daí resultantes, uma vez aprovados regularmente os cursos respectivos, serão registrados no Ministério da Educação e Cultura e darão direito ao exercício profissional nas áreas abrangidas pelos respectivos currículos, com validade em todo o território nacional. (BRASIL, 1968, p. 32).

Portanto, houve acréscimo do número de cursos relativos às necessidades e especificidades do campo tecnológico. Como meta para o grupo do trabalho, foram indicadas a elaboração de propostas para ampliar o número de matrículas do ensino superior em 110 mil até 1969 e a exigência de definição das demais metas até 1975. O excedente de mão obra profissional gerado era discutido direcionando-se os incentivos financeiros a certas áreas do ensino.

Levando em conta a importância de evitar a continuação do problema de “excedentes”, concentrar o aumento de vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, notadamente em quatro áreas: professores de nível médio, a área de maior déficit, atualmente; medicina e outras profissões da saúde (enfermagem, bioquímica, odontologia); engenharia (principalmente engenharia de operação) e outras profissões da área tecnológica (engenharia química, química industrial); técnicos intermediários (carreiras curtas de nível superior). (BRASIL, 1968, p. 50).

A meta era acompanhar o mercado e tentar corrigir as distorções da falta de vagas do ensino superior ante a procura elevada por esse nível educacional em meio aos estudantes

secundaristas. Uma das soluções estabelecidas foi “A criação de carreira curtas, principalmente para as áreas da indústria e saúde, permitirá substancial economia de tempo e recursos na preparação de profissionais de nível” (BRASIL, 1968, p. 54). Dessa forma, os cursos de menor duração, como os técnicos, foram incentivados. Entre o fim da década de 1960 e os anos 1980, surgem discussões sobre a reforma universitária que aludem a acréscimos e modificações. Porém, percebemos o fator empresarial como foco das políticas relativas ao ensino voltado ao mercado.

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República (1995–2000), a reforma do Estado se traduziu, também, em reforma da educação superior; e ambas seguiram preceitos neoliberais como centralização política e privatização da esfera pública.

Teve início com o Fernando Collor de Mello o desmonte do aparato científico-tecnológico, como processo vertiginoso de empresariamento da Educação Superior, a partir dos anos de 1990; com várias tentativas dos Governos Fernando Henrique Cardoso de reestruturação das instituições federais de ensino, ou mesmo o emprego sutil ou intermitente de políticas governamentais de privatização das instituições públicas da Educação Superior, com tentativas de implantar o projeto neoliberal de Educação Superior proposto pelos organismos internacionais do capital para a América Latina. (BORGES; AQUINO, 2012, p. 119).

De acordo com Mészáros (2011), vários países nas últimas décadas têm como entrave aos recursos destinados ao ensino suas políticas educacionais, que são influenciadas — e muitas vezes determinadas — por órgãos internacionais como BM, FMI e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Enquanto a educação começou a passar por reformas com cortes de gastos, o BM e a UNESCO, em contrapartida, reconhecem a necessidade do ensino superior para minimizar as diferenças entre países ricos e pobres (SGUISSARDI, 2000). Além disso, em meio às crises econômicas de acúmulo de produção, os países mais industrializados compreenderam que a estabilidade da economia não depende apenas do desenvolvimento produtivo, mas também do potencial de mercado. Na busca por uma maior abrangência comercial, a influência dessas nações sobre a política de outros países refletiu-se sobre as normas de exportação, tais como o controle de taxas cambiais, alfandegárias, dos juros de dívida externa e das inovações tecnológicas voltadas à eficiência produtiva. Essas estratégias têm sido promissoras para superar a concorrência industrial. Mais: contribuem para a existência de uma oligarquia empresarial com maior possibilidade de expansão e reflexos sobre o mercado de trabalho e a educação profissional.

O crescimento dessas empresas e indústrias propicia a sua implantação em outros países com menor industrialização e, portanto, com menor concorrência para suas mercadorias. Porém, a mão de obra não preparada para a fabricação e venda dessa produção se torna obstáculo à ampliação empresarial em novas localidades. Empresas estrangeiras detentoras de grande capital e tecnologia moderna têm sido instaladas no Brasil com imposição direta ou indireta de um perfil profissional que gera a competição empresarial e resulta em novas exigências de qualificação e capacitação (vide subseção 1.2). Tal afirmação referente à formação apenas voltada para o mercado ainda pode ser constatada na fala do presidente da CAPES em 2005, Jorge Almeida Guimarães, ao mencionar a falta de engenheiros para o crescimento econômico e a necessidade de investimento destinado a sua formação.

O reconhecimento das necessidades do desenvolvimento econômico com base no investimento na formação profissional de áreas de interesse empresarial não diminui os problemas referentes à contenção de gastos devido à dívida externa. Dessa forma, uma das estratégias para propiciar o desenvolvimento econômico e o corte de gastos públicos é direcionar os investimentos financeiros do Estado à educação tecnológica e às demais áreas de interesse empresarial. Exemplo disso está na criação de instituições de ensino tecnológico apenas. A falta de diversidade de cursos gratuitos pode levar muitos alunos a frequentar os tecnológicos por comodidade, e não por vocação. Fatores como permanência na cidade natal e horário do curso em conformidade com o expediente profissional se tornam persuasivos para a escolha de uma graduação.

Contudo, conforme os estudos da subseção 1.1, o grande contingente de profissionais formados na área tecnológica aumenta a concorrência por vagas e pode provocar uma desvalorização profissional com impacto severo nos valores salariais. Com efeito,

As orientações da Reforma do Aparelho do Estado — no âmbito do Ministério da Administração Federal e da Reforma (Mare) — e as propostas do Banco Mundial consistem em: maior diferenciação institucional e privatização; diversificação de fontes de financiamento e vinculação do financiamento oficial a resultados; redefinição do papel do Governo no Ensino Superior (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 4); e essas são, em resumo, assumidas pelo Ministério da Educação (MEC) ao apresentar suas propostas nesse nível de ensino. Tais diretrizes expressam-se nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no contingenciamento de recursos de custeio e capital para as Ifes, nos salários dos servidores docentes e técnico-administrativos congelados por 6 anos, e até no projeto de uma lei de Autonomia para essas universidades. A proposta é uma profunda diferenciação institucional, com a instituição oficial de dois

tipos de instituições universitárias, as de pesquisa e as de ensino. (BORGES; AQUINO, 2012, p. 122).

A tendência positivista à aplicação de conhecimentos técnicos direcionados à formação de mão de obra em curto tempo e com conteúdo ministrado de forma intensiva pode prejudicar o aluno com desgaste mental e danos em sua vida social. Além disso, determina-se um contexto de professores com responsabilidade sobre um número maior de estudantes por turma, o que torna a atenção individual escassa, além de estafar o processo com docentes e cansar os alunos. O resultado tende a ser o aumento da evasão escolar. Nessa lógica, a escola poderia ser vista como “[...] empresas especializadas em produzir instrução [...]”; e a instituição que as reúne, “[...] como uma indústria” (SCHULTZ, 1973, p. 19). De tal modo, aluno que resolve problemas seria considerado ganho de capital pela empresa porque produziria economia de gastos com qualificação — faz seu trabalho com mais eficiência de tempo e qualidade. No produto, poderia ser observado o lucro sobre o investimento feito na educação.

Ao abordarmos o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 e a lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN), de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), tratamos das diretrizes para expansão universitária. O PNE foi estabelecido no parágrafo 1º do art. 9º da LDBEN, e à união coube sua elaboração. Também lhe coube manter e desenvolver órgãos e instituições oficiais do sistema educacional federal; coletar e analisar informações sobre educação; assegurar os processos de avaliação nacional; definindo prioridades e a melhoria da qualidade de ensino; responsabilizar-se por normas gerais de graduação e pós-graduação; enfim, assegurar os processos de avaliação, credenciamento, supervisão dos cursos de ensino superior. A centralidade do controle das diretrizes da educação superior se torna notória na maioria dos artigos dessa lei. A pouca autonomia das universidades públicas fica, em maior parte, restritiva ao colegiado composto de 75% de docentes.

Em 1968, o Conselho Federal de Educação não contou com a presença formal de estudantes para a elaboração do Plano de Reforma Universitária; e essa tendência se torna presente na formação de outros conselhos dirigidos às decisões do ensino. Contudo, vale destacar o colegiado e sua atuação sobre o ensino constado em parágrafo único do art. 56 da LDBEN: “Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes” (BRASIL, 1996). Ainda assim,

cabe dizer que essas decisões são, em maior parte, administrativas e de adequações das leis vigentes em regulamentos executáveis pelos servidores e demais contratados de uma instituição de ensino superior.

No art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição de 1988, dão-se poderes ao presidente para estabelecer decretos quando não afetarem a “[...] organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos”. Dessa forma, para cumprir as metas de educação superior presentes do item 4.3.1 do PNE, instituídas pela lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, instituindo o Programa a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). As 23 metas e os objetivos do PNE voltados à expansão do ensino têm como foco a diminuição do custo da formação universitária, instituindo a formação a distância, o mercado de trabalho com a diversificação do ensino superior e a valorização de estabelecimentos não universitários que supram as demandas específicas de formação nas áreas tecnológicas. Outro objetivo relaciona-se com o incentivo a profissões liberais e a garantia de programas de estudos que convirjam para as peculiaridades das regiões em que essas instituições estão inseridas. Existe, também, a necessidade de centralizar o poder do Estado com normas avaliativas para o credenciamento e credenciamento periódico de cursos dos setores público e privado. Em atendimento ainda a uma das metas do PNE, relativa ao aumento da oferta do ensino superior, o programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, estendeu o ensino gratuito aos estudantes de baixa renda por meio de bolsas destinadas à realização de cursos em instituições particulares. Eis por que consideramos que a educação pública passa por um processo de privatização.

O REUNI se estabelece sobre problemáticas da expansão do ensino superior como a permanência dos alunos nas instituições de ensino. Propõe a ampliação do acesso ao nível superior público com o melhor aproveitamento da “estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades”. A forma como esse aproveitamento se deu na universidade pública ficou a cargo de seus gestores. Portanto, o melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos refere-se à intensificação do uso dos mesmos. Outra meta imposta às instituições de ensino diz respeito ao aumento de concluintes do ensino médio e superior presencial em 90%, com o total de 18 alunos por professor. As diretrizes contidas no segundo artigo do decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, determinam a diminuição da evasão nas instituições de ensino; a ocupação de vagas ociosas propiciada com a implantação de regimes curriculares; as políticas de inclusão e assistência estudantil; a implantação de regimes

curriculares e o aproveitamento de créditos permitindo a circulação de estudantes entre instituições.

Observamos que para o cumprimento da meta, referente à implantação de regimes curriculares e aproveitamento de créditos estudantis, há tendência do ensino a uniformizar sua grade curricular comprometendo, portanto, a liberdade pedagógica e a autonomia universitária.

Ao se tratar do cumprimento da meta relativa à ampliação do acesso ao ensino superior, conforme Severino (2009), existe desequilíbrio regional, com a prevalência das IES públicas e privadas no Sudeste, região com concentração de 50% das matrículas realizadas. Além da equidade de oportunidades, o outro desafio é a manutenção da qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que se tenta combater a evasão e atingir a meta de 90% de concluintes dos ensinos médio e superior.

Outro fator evidenciado na democratização do ensino são os investimentos em tecnologias e instrumentos que melhoram a exposição das aulas em detrimento de investimentos focados na pesquisa. Essas condições de trabalho e direcionamentos da educação não estimulam os professores à realização de pesquisas nas áreas tecnológicas, sobretudo nos setores sociais e na melhoria das condições de vida da população. Encontram obstáculos em meio a alunos defasados do ensino profissional e médio, ou desmotivados por ter escolhidos cursos por falta de opção.

Porém, mesmo com tantos entraves e desafios que repercutem no trabalho docente, destacamos avanços referentes ao ensino gratuito nas últimas décadas. De acordo com Costa, Costa e Barbosa (2013), na década de 1960, a porcentagem de matriculados no ensino superior era inferior a 2%; em meados da década de 1970, quando já se falava em reforma universitária, esse índice subiu para 11%; em 2010, a porcentagem de matriculados no ensino superior era de 17%. Porém, ainda conforme Costa, Costa e Barbosa (2013), ante países como França, Estados Unidos, Canadá e Alemanha — onde há de 50% a 90% de matriculados no ensino superior —, o Brasil tem o desafio não apenas de melhorar a qualidade do ensino, mas também de suprir a demanda por graduação.

Nesse cenário, medidas como ampliar o ProUni — aumentar as bolsas de estudo em instituições privadas —, o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a educação a distância — por meio da Universidade Aberta do Brasil/UAB — e o REUNI — que regulamenta a expansão das universidades federais com a criação e extensão de Institutos Federais de Educação (IFETs) — visam tornar mais acessível a educação superior, obtendo sobre esse objetivo um considerável resultado. Pelo exposto, podemos falar de uma estrutura

democrática de acesso e permanência, com critérios de expansão para fazer cumprir o direito ao conhecimento a que todos têm.

Todavia, em se tratando de educação, temos de refletir sobre a responsabilidade da estrutura escolar ante o incentivo ao conhecimento científico e às adequações necessárias ao trabalho docente conforme expectativas profissionais, sociais e de mercado. O reconhecimento dos efeitos negativos das políticas educacionais sobre o meio acadêmico pode gerar ações e posicionamentos efetivos tendo em vista resolver ou atenuar os problemas evidenciados, sobretudo quando afetam a saúde docente, por propiciar más condições laborais e insatisfação profissional.

2 DIRECIONAMENTOS DA SAÚDE DOCENTE NO TRABALHO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO: ASPECTOS LEGAIS

Como discutido na seção 1 desta dissertação, as mudanças nos modos de produção foram propiciadas não só pelas contribuições dos avanços tecnológicos, mas também pelas transformações sociais advindas do sistema capitalista. Essas mudanças, segundo Marx (1985), ainda no taylorismo, atingiam o trabalhador de forma negativa, ou seja, atingia suas condições de vida profissional. A concorrência industrial proveniente da redução de gastos com a produção de manufaturados resultava na diminuição do preço dessas mercadorias, tornando-as mais competitivas no mercado. Como essa estratégia de corte de gastos passou a se refletir negativamente sobre o salário, a carga horária e o ritmo laboral dos operários, as estratégias de mercado determinaram um índice considerável de mortalidade nas indústrias proveniente dos acidentes e das doenças relacionadas com o trabalho (DEJOURS, 1992). Esse resultado referente às condições trabalhistas nas empresas estimulava o reconhecimento da necessidade de uma legislação destinada à proteção dos operários das fábricas contra as más condições relativas à carga horária, à intensidade do ritmo e ao ambiente precário. As punições aplicadas aos empresários em formas de indenizações garantiam à família dos operários a sua subsistência, em caso de acidente, morte ou doenças decorrentes do trabalho.

2.1 Legislação sobre saúde física e mental no trabalho: conteúdos e mudanças nas últimas décadas

Dejours (1992) trata de alterações na legislação referentes à preservação da saúde dos trabalhadores das fábricas dos Estados Unidos.

A lei de 1889 sobre os acidentes de trabalho previa a criação de ambulatórios de fábricas a cargo dos seguros privados. Os decretos de 1913 levam certas empresas a organizar exames pré-admissionais e de controle, em período de trabalho. Em 1915, aparecem as bases de uma verdadeira medicina do trabalho, com a inspeção médica das fábricas de guerra [...]. (DEJOURS, 1992, p. 20).

A legislação trabalhista sobre doenças profissionais e o reconhecimento dos danos físicos causados ao trabalhador limitam-se à proteção do corpo do operário contra a exploração laboral. Dejours (1992, p. 21) aponta regulamentações legais brasileiras que tratam de dispositivos de segurança para máquinas perigosas e outras como “[...] a institucionalização da Medicina do Trabalho (1946), da Previdência Social (1945), dos

Comitês de Higiene e de Segurança (1947)”. Essas conquistas foram base para nossa legislação sobre os acidentes trabalhistas, prevista no art. 19 e 20 da lei 8.213/91.

Essas leis destinadas à proteção do corpo do trabalhador estavam vinculadas a atividades físicas e insalubres nas fábricas. Porém, devido às mudanças no mundo do trabalho, a proteção da saúde mental do trabalhador precisava ser discutida. No Brasil, essas transformações ocorreram na década de 1970, com a introdução da automação industrial derivada do aumento de multinacionais que buscavam a expansão do seu mercado consumidor. “O sistema industrial japonês, a partir dos anos 70, teve grande impacto no mundo ocidental, quando se mostrou para os países avançados como uma opção possível para a superação capitalista da crise.” (ANTUNES, 2009, p. 55).

Conforme Antunes (2009), o índice de desemprego nas fábricas em seus setores produtivos, causado pela automatização industrial e flexibilidade da produção, elevou o crescimento de áreas direcionadas à prestação de serviço a grandes empresas. A associação entre o setor improdutivo, sem vínculo trabalhista direto com a empresa, com o setor produtivo estaria relacionada com o comércio, a assistência pós-venda, a manutenção, o transporte ou a distribuição da produção. A diminuição de encargos trabalhistas corresponde à desconstrução produtiva, que pôde ser efetivada com o advento das empresas terceirizadas, que arcam com as responsabilidades trabalhistas e a gestão trabalhista em equipes semiautônomas, com exigência de trabalhadores participativos, multifuncionais e qualificados.

Contudo, o aumento do número desses trabalhadores do setor terciário provocou uma discussão sobre uma dualização social, proveniente dos diferentes direitos trabalhistas de trabalhadores produtivos e improdutivo da indústria.

Rapidamente, as análises sociológicas da “dualização” afirmaram-se, suscitando uma grande unanimidade. Elas apontavam a emergência de “duas sociedades” do trabalho: uma constituída pelos trabalhadores das seções centrais da produção nas grandes fábricas; a outra, pelos trabalhadores envolvidos nos diferente *giorno* da descentralização, da externalização e das formas emergentes de trabalho precário destinadas as novas gerações produzidas pela escolarização massiva. (LAZARRATO; NEGRI, 2001, p. 20).

As mudanças ocorridas na forma de produzir e, com menor dependência do esforço físico, após a reestruturação produtiva, aliadas ao crescimento do setor de serviços, transformaram parte do cenário do último século em relação às exigências do trabalho humano. No decorrer das últimas décadas, acirrava-se cada vez mais a necessidade de

implementar uma legislação capaz de proteger, de fato, o trabalhador de doenças e acidentes derivados das atividades profissionais, vistas quase sempre com indiferença pelo patronato. Conforme Dejours (1992), o propósito dessas leis seria proteger fisicamente o operário contra os efeitos das inadequações laborais. Porém, para resultar em proteção legal, teria que ser comprovada a existência de sequelas físicas ao trabalhador. Nesse caso, consideramos que as consequências de tais inadequações sobre a saúde mental são menos visíveis.

O espírito do toyotismo afetou as fábricas em relação à competitividade do mercado e à estimulação tecnológica, repercutindo sobre a necessidade de qualificação e capacitação para o trabalho. Essas mudanças propiciaram o aumento de demandas escolares que levaram mais alunos à procura de instituições de ensino e a um excedente de labor para os docentes. Excedente este que resultou na possibilidade de intensificar seu trabalho mental em razão de inadequações nas atividades da produção intelectual. A saúde mental não era devidamente discutida por não causar impactos visíveis à saúde do trabalhador.

Os estudos da evolução das leis trabalhistas referentes à proteção dos profissionais contra os efeitos negativos das más condições laborais sobre a saúde mostram como foram tratados os danos sofridos pelos trabalhadores em decorrência de tais condições. Para a compreensão das formas de proteção do profissional docente contra danos à sua saúde derivados de sua atividade profissional, abordamos a posição internacional expressa nas recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas diretrizes da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) quanto à proteção da saúde física e mental do funcionário.

Ao estudarmos a classificação do perfil do trabalhador quanto ao gênero e à idade em relação às doenças vinculadas com inadequações no trabalho e de acordo com o manual de procedimentos para os serviços de saúde estabelecido pelo Ministério da Saúde, em 2001, percebemos a relevância dos critérios como grupo social e inserção em um conjunto específico de risco. A suscetibilidade de um perfil de risco com predisposição a certas enfermidades poderia ser agravada por atividades inadequadas no trabalho. Ainda conforme o referido manual, a exigência do desempenho físico de um profissional deve ser compatível com a idade, o gênero e as condições de saúde. Algumas particularidades do perfil são apontadas como critérios básicos de análise para fixação das atividades em relação aos possíveis danos imediatos ou futuros ao profissional. Na Figura 1 tem-se a divisão em categorias feitas pelo ministério em 2001, a exemplo de alguns tipos de doenças segundo sua relação com o trabalho aceitas no âmbito da Previdência Social.

CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS SEGUNDO SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO	
Categoria	Exemplos
I – Trabalho como causa necessária	Intoxicação por chumbo Silicose Doenças profissionais legalmente reconhecidas
II – Trabalho como fator contributivo, mas não necessário	Doença coronariana Doenças do aparelho locomotor Câncer Varizes dos membros inferiores
III – Trabalho como provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida	Bronquite crônica Dermatite de contato alérgica Asma Doenças mentais

FIGURA 1. Classificação das doenças segundo sua relação com o trabalho

Fonte: BRASIL, 2001, p. 28.

Conforme a Figura 1, as enfermidades mentais estão na terceira categoria e seguem mencionadas como provocadoras de um distúrbio latente. Em relação a este, consideramos difícil a constatação dos transtornos mentais por meio de exames pré-admissionais ou periódicos, uma vez que o indivíduo tende a escondê-los. Como a capacidade humana de suportar as pressões diárias no trabalho é subjetiva, nem todos os indivíduos apresentam as mesmas reações aos problemas ou suportam a mesma carga de agressividades. Doenças sintomáticas como bronquite crônica, dermatite de contato alérgico ou asma seriam mais fáceis de ser diagnosticadas em relação às patologias que apresentam menor grau de desconforto e, portanto, seriam de detecção mais difícil em consultas clínicas. A existência de uma equipe multiprofissional de saúde, incluindo psicólogo ou psiquiatra, favoreceria diagnósticos mais precisos relativos às doenças mentais.

Segundo Dejours (1992, p. 25), o sofrimento no trabalho intelectual seria resultado da organização na empresa. “Para organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa na medida em que ele dela derivam, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidades etc.” O medo do desemprego, do fracasso em relação ao cumprimento das metas impostas, da avaliação da chefia imediata e do envolvimento em conflitos com colegas de setor levariam um indivíduo a tentar ocultar as evidências dos desgastes provocados por sua profissão. A competitividade do mercado faz com que o trabalhador se preocupe mais com a sua eficiência, uma vez que seus desgastes físicos e mentais podem ser confundidos com falta de vontade ou de compromisso com seu trabalho. A falta de limites ao ritmo da execução das atividades pode provocar danos à saúde do trabalhador, mas os incentivos financeiros atrelados ao desempenho ou à produtividade podem inibir as queixas do funcionário em

relação ao seu estresse. Assim, o trabalhador acaba sendo cúmplice de situações desencadeadoras de seus desgastes físicos e mentais.

O reconhecimento da preservação da saúde mental do trabalhador referente à prevenção tratada na portaria normativa 3 de 7 de maio de 2010 estabelece orientação para normas operacionais de saúde do servidor público baseada na CID-10 que objetivam definir diretrizes gerais para implementar ações de vigilância no ambiente e processo trabalhistas como medidas preventivas. Estas estabeleceram normas plausíveis quanto à participação do funcionário na garantia de sua saúde ao estimular a busca de informações relativas a condições laborais que permitam evitar doenças. Ferreira (2010, s. p.), ao comentar o artigo 4º, “Dos conceitos: vigilância em saúde do servidor”, da seção I daquela portaria, reconhece que a proteção da saúde é tratada como “[...] conjunto de medidas adotadas com a finalidade de reduzir e/ou eliminar os riscos decorrentes do ambiente, do processo de trabalho e dos hábitos de vida”. Esses hábitos de vida estariam ligados aos condicionamentos observados fora do ambiente profissional, tais como os hábitos de usar tabaco ou consumir álcool. Dessa forma, surgiu o conceito de integração, em que as condições e os estilos de vida fora da esfera docente influenciam as condições de vida do profissional no ambiente de trabalho.

Para a promoção da qualidade de vida no trabalho, o artigo 5º, “Das diretrizes: das atribuições e competências”, da seção 2 da portaria 3 aborda o acesso à informação para “[...] promover o repasse de informações aos servidores, sobretudo aquelas referentes aos riscos e aos resultados de pesquisas a respeito da saúde, privilegiando a implantação de canais de comunicação interna”. Ainda no artigo 5º tem-se estabelecido que “[...] assegurar o direito de participação dos servidores, em todas as etapas do processo de atenção à saúde, é estratégia de valorização do seu saber sobre o trabalho” (FERREIRA, 2010, s. p.). O conteúdo dos parágrafos 4º e 5º trata da importância da participação do funcionário na garantia de sua saúde no ambiente laboral por meio da compreensão dos males que podem afetá-lo no âmbito profissional. A possibilidade de programas continuados de prevenção destinados à conscientização de profissionais do ensino sobre sua saúde e em relação aos cuidados com as formas de realização do trabalho geradoras de sofrimento presente ou futuro tornaria o servidor participativo de seu diagnóstico. O conhecimento de sintomas físicos ou mentais provenientes de atividades profissionais poderia aumentar a preocupação com assistência médica como forma preventiva.

Pesquisa realizada por Lima e Lima-Filho (2009) em uma universidade pública com amostra de 189 professores apresentou os resultados a seguir quanto às condições de trabalho e saúde.

Os sintomas de maior prevalência foram: cansaço mental (53,9%), ansiedade (42,9%), esquecimento (42,9%), frustração (37,8%), nervosismo (31,1%), angústia (29,3%), insônia (29,1%) e depressão (16,8%). Da mesma forma, são preocupantes as queixas relacionadas à saúde física, considerando que 55,9% disseram sentir dor nas costas, 38,8% relataram dor nas pernas, 32,2% falaram de dor nos braços, 21,1% de rinite e 21,2% de alergia respiratória. (LIMA; LIMA-FILHO 2009, p. 78).

Observamos que os sintomas de desconforto mentais e físicos se relacionam, de forma predominante, com o cansaço mental e dores nas costas entre a maioria dos docentes. A depressão foi pouco citada. Porém, outros sintomas psicológicos como cansaço mental, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo, angústia e insônia prevaleceram. Isso pode sugerir que a depressão poderia ser resultado de uma exposição prolongada às condições inadequadas. Portanto, o índice mostrado na pesquisa de Lima e Lima-Filho (2009) de 16,8% de professores com depressão é alarmante se consideramos que nenhuma ação prévia no trabalho foi estabelecida para evitar a possibilidade desse diagnóstico.

Os estudos de Gasparini, Barretos e Assunção (2005) tratam das relações de trabalho docente e de seus possíveis danos físicos e mentais com base em análise dos atestados de saúde cedidos pela gerência de saúde do servidor e perícia médica da prefeitura de Belo Horizonte, MG, no período de maio de 2001 a abril de 2002. Constatou-se predominância do sofrimento psíquico dos professores de ensino fundamental e médio.

No período de maio de 2001 a abril de 2002, os transtornos psíquicos ocuparam o primeiro lugar entre os diagnósticos que provocaram os afastamentos (15%). O dado indica uma situação grave, e apesar do Relatório não ter fornecido meios para distinguir os indivíduos, a frequência do diagnóstico de transtornos psíquicos entre as causas de afastamento no trabalho é inquietante. Em segundo lugar, estão os afastamentos por doenças do sistema respiratório (12%) e, em terceiro, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (11%). (GASPARINI; BARRETOS; ASSUNÇÃO, 2005, p. 193).

Com efeito, escolas moldadas às exigências do capitalismo têm sido marcadas pelo aumento do ritmo do trabalho docente e pelo descontentamento dos profissionais da educação. Talvez por isso nas últimas décadas os estudos sobre os problemas mentais que afetam os professores tenham se tornando quantitativamente relevantes. Daí que, pelas pesquisas de Lima e Lima-Filho (2009) e Gasparini, Barretos e Assunção (2005), podemos dizer que em docentes do ensino superior e do ensino fundamental e médio há predominância de transtornos mentais. Além disso, em pesquisa sobre o estresse de docentes universitários baseada em 84 questionários, Cantos, Silva e Nunes (2005) constataram vários aspectos

estressantes em decorrência dos excessos de atividades em sala de aula, reuniões extras, carga horária extraclasse excessiva e exigências de prazo de entregas de notas em final de semestre.

As recomendações da OIT para proteção da saúde física e mental do funcionário são fixadas mediante normas técnicas, ou seja, o manual de procedimentos para os serviços de saúde elaborado pelo Ministério da Saúde com base na CID-10. São estratégias que visam à preservação da saúde por meio de informações sobre doenças e suas causas no trabalho. Os itens referentes aos tipos de transtornos mentais tratados nesse manual são: *delirium*, transtorno cognitivo leve, transtorno orgânico de personalidade, transtorno mental orgânico ou sintomático não especificado, episódios depressivos, estado de estresse pós-traumático e outros transtornos neuróticos.

Conforme o manual, esses transtornos se ligam às condições do ambiente laboral — ao conteúdo das tarefas, aos modos operatórios e aos postos profissionais, ao ritmo e à intensidade do trabalho, aos fatores mecânicos, às condições físicas dos postos e às normas de produção, aos sistemas de turnos e de premiação e incentivos, aos fatores psicossociais e individuais, às relações trabalhistas entre colegas e chefias, às medidas de proteção coletiva e individual implementadas pelas empresas, enfim, às estratégias individuais e coletivas adotadas pelos trabalhadores. De acordo com o manual, a síndrome de *burnout*, também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, vincula-se ao ritmo laboral penoso, às dificuldades físicas e mentais do trabalho, ao envolvimento subjetivo intenso com sua profissão, à exaustão emocional, ao sentimento de diminuição da competência e ao sentimento de desgaste. Sobre essa síndrome, os estudos de Carlotto (2002) indicam que seus efeitos resultariam em prejuízos à qualidade do ensino: o professor teria redução do seu entusiasmo e sua criatividade para planejar ou ministrar as aulas.

A tendência atual com foco na produtividade e eficiência no trabalho direciona o modo de realizar a formação com o aumento de alunos e do ritmo da aplicação de conteúdos em sala de aula. Isso torna a saúde do professor, muitas vezes, vulnerável às consequências da intensificação de suas atividades profissionais. Talvez por isso algumas propostas de debates com instituições internacionalizadas sobre saúde no trabalho são consideradas pelo Ministério da Previdência Social. Por exemplo,

Comissão Tripartite — A Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho tem como objetivo principal avaliar e propor medidas para a implementação, no Brasil, da Convenção nº 187, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho entre os diversos países. A Comissão é composta de representantes do governo, das áreas de Previdência Social, Trabalho e Emprego e Saúde, de representantes dos trabalhadores e dos empregadores. (BRASIL, 2012, s. p.).

Os transtornos mentais têm causado cada vez mais afastamentos no trabalho e passam a preocupar o governo quanto à necessidade de políticas para a preservação da saúde do trabalhador. A Figura 2 mostra o aumento de afastamentos assegurados pela Previdência Social devido aos transtornos mentais nos anos de 2008 a 2011.

Número de auxílios-doença acidentários concedidos em decorrência de Transtornos Mentais e Comportamentais (Capítulo V, CID 10)				
CÓDIGOS DA CID 10	2008	2009	2010	2011
F00-F09 Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos	229	138	95	96
F10-F19 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa	620	644	531	495
F20-F29 Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes	340	400	328	322
F30-F39 Transtornos do humor [afetivos]	6.403	6.704	5.617	5.555
F40-F48 Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes	5.209	5.573	5.557	5.837
F50-F59 Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos	6	4	5	4
F60-F69 Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto	13	14	13	16
F70-F79 Retardo mental	-	-	-	6
F80-F89 Transtornos do desenvolvimento psicológico	-	-	2	1
F90-F98 Transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência	-	-	2	4
F99 Transtorno mental não especificado	1	1	-	1
TOTAL	12.818	13.478	12.150	12.337
Dentro do Capítulo V, as doenças que mais afastaram trabalhadores foram:				
CÓDIGOS DA CID 10	2008	2009	2010	2011
F32 Episódios depressivos	5.117	4.814	4.048	3.946
F41 Outros transtornos ansiosos	1.517	2.133	2.054	2.204
F43 Reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação	3.474	3.105	3.203	3.304

FIGURA 2. Número de auxílios-doença decorrentes de transtornos mentais e comportamentais

Fonte: BRASIL, 2012.

Conforme esses dados, os episódios depressivos, os transtornos ansiosos e as reações ao estresse grave, como também os transtornos de adaptação, foram responsáveis pelo total de 10.108 afastamentos em 2008 — mais de 50% corresponderam a episódios depressivos. A partir de 2009, houve diminuição dos episódios depressivos e mudanças pouco significativas em relação aos transtornos ansiosos e às reações ao estresse grave e aos distúrbios de adaptação. Nos estudos mais recente encontrados de 2008 a 2011, o afastamento profissional por estresse variou de 3.105 a 3.474. Isso indica um padrão praticamente estável que sugere que as estratégias de prevenção não são desenvolvidas ou não estão obtendo o efeito desejado. Mesmo como redução de afastamentos por conta de estresse e depressão, essas mudanças

poderiam ser mais significativas no decorrer dos anos estudados se houvesse medidas preventivas eficazes. A redução do número de afastamentos também poderia revelar o aumento do emprego informal, em que o trabalhador não estaria assegurado pela Previdência Social. As pesquisas sobre prevenção do estresse e depressão ainda são restritas; porém, os problemas mentais que afetam os trabalhadores — os professores — no exercício de suas funções passam a ser cada vez mais estudados. E caso se possa dizer que há mais reconhecimento hoje, não se pode afirmar que isso garanta melhoria imediata das condições de trabalho.

2.2 As condições de trabalho docente pesquisas pelos profissionais da saúde

Os cursos tecnológicos nos CEFETs têm o privilégio do suporte básico de saúde graças a uma enfermagem composta de médico, técnicos em enfermagem e dentista. Destinada a alunos e professores, essa estrutura poderia ser mais bem aproveitada para elaboração e execução de programas de prevenção à saúde física e mental no trabalho e ser incrementada com mais profissionais; o investimento poderia resultar em ações mais elaboradas para uma conscientização cada vez maior das consequências negativas que as inadequações das condições laborais trazem à saúde docente. Tal propósito esbarrou em desafios. Dentre eles, estão a falta de recursos financeiros — como no caso do extinto programa Qualidade de Vida — e o desinteresse dos docentes pela realização de exames periódicos. As queixas dos docentes durante os atendimentos de enfermagem realizados na instituição permitiram constatar não apenas sintomas físicos como hipertensão ou queda dos níveis glicêmicos, mas também preocupações e angústias quanto à realização de suas atividades profissionais. Isso implica entender o andamento de estudos para prevenção de doenças e o potencial de colaboração das áreas da saúde para propostas com vistas à preservação do bem-estar físico e mental dos docentes.

Os artigos sobre o trabalho e a saúde docente têm oferecido uma visão mais ampla dos problemas derivados das atividades profissionais. Ao analisarmos os assuntos mais abordados, identificamos o perfil dos pesquisadores e o desenvolvimento do número de produções científicas nos últimos anos. Procuramos destacar grupos que mais se envolveram com as questões de saúde do professor, como também os problemas mais debatidos. Com a pesquisa aqui descrita, não só obtivemos dados sobre grupos profissionais que investigaram a saúde docente, mas também detectamos as direções dos estudos relativos às soluções dos problemas abordados e à necessidade desses profissionais para programas preventivos da saúde docente.

Em nossa pesquisa no *website* da CAPES, a busca por artigos com o termo descritor “saúde docente” entre 2005 e 2013 produziu 744 títulos; como a maioria era dirigida à saúde em geral, foram selecionados apenas 76, segundo o que dizem seus resumos quanto a abordar questões da saúde dos professores, seja no ensino fundamental, médio ou superior. Isso significa que 10,23% dos 744 artigos encontrados com aquele critério de busca foram dirigidos aos problemas de saúde dos docentes. De acordo com o seu título e resumo, as pesquisas selecionadas foram classificadas em quatro categorias: doenças relacionadas com trabalho; trabalho docente para promoção da saúde; condições de trabalho; natureza do trabalho. Os artigos foram separados pelos seus respectivos anos de publicação — 2005 a 2013 — para acompanharmos seu desenvolvimento quanto aos tipos de assuntos das produções científicas tratados anualmente. Dos perfis dos pesquisadores foram coletados dados sobre a quantidade de autores, formação e gênero. Isso tornou possível verificar o papel de especialidades variadas na promoção da saúde docente no trabalho. Outros autores como Canesqui (2010) estudaram a quantidade de produções científicas sobre saúde na base de dados da Scientific Electronic Library On-line (SciELO) de 1997 a 2007. Cabe destacar que os resultados da pesquisa aqui relatada se assemelham aos desse autor quanto à quantidade pequena de produções dirigidas à educação e saúde: de 1.926 artigos, Canesqui (2010, p. 1.955) obteve os seguintes resultados:

[...] política e instituições de saúde, 32,5%; saúde e doença, 18,5%; gênero e saúde, 16,5%; violência e saúde, 9%; velhice e envelhecimento, 4,0%; recursos humanos, profissões e formação, 7,5%; produção social das ciências e das técnicas, 7,0% e educação e comunicação em saúde, 4,0%.

O item “educação e comunicação em saúde” apresentou 77 artigos — 4% do total de 1.926 selecionados; enquanto para “política e instituições de saúde” foram encontrados 626 artigos — 32,5% do total. Essas diferenças mostram que “educação e comunicação em saúde” e “velhice e envelhecimento” apresentaram números baixos de pesquisa na SciELO entre os anos de 1997 a 2007. Ao selecionarmos o termo descritor “saúde docente”, imaginávamos encontrar uma quantidade expressiva de artigos, mas o resultado foi pouco mais de 10% do total de 744. Porém, houve relativo crescimento anual em relação aos artigos selecionados. Dessa forma, observamos que os profissionais da área de saúde aumentam a sua percepção sobre a necessidade de sua atuação referente à saúde dos professores.

Na Tabela 1, não é linear o aumento das produções selecionadas no termo descritor “saúde docente”. No ano de 2009, seguido de 2010 e 2011, foi obtido o maior número dos 76 artigos sobre saúde e educação. A quantidade total dos 744 artigos encontrados no termo

descriptor “saúde docente”, também, não permaneceu linear. No ano de 2011 concentra-se o maior número de produções: 147 artigos. Na categoria “doenças relacionadas ao trabalho”, usada para classificação dos artigos selecionados vinculados a essa temática, foram 29 artigos no total. A seguir, vêm as seguintes categorias: “condições de trabalho” (24 artigos produzidos), “trabalho docente na saúde” (12 artigos) e “natureza do trabalho” (10 artigos). Ao classificarmos os artigos na categoria “doenças relacionadas ao trabalho”, foram considerados todos os resumos que tratavam de doenças agravadas e adquiridas no exercício da docência. Constatamos aumento das produções referentes a essa categoria no período 2005–11 e queda nos anos 2012 e 2013.

Tabela 1 – Artigos sobre “saúde docente” de 2005 a 2013

Ano	Encontrados	Selecionados
2005	23	6
2006	23	5
2007	28	5
2008	57	7
2009	127	14
2010	104	10
2011	147	12
2012	120	8
2013	115	9
Total	744	76

Fonte: CAPES, 2014.

Tabela 2 – Artigos sobre “doenças relacionadas ao trabalho” de 2005 a 2013

Ano	Selecionados	“Relação doença e trabalho”
2005	6	1
2006	5	2
2007	5	2
2008	7	2
2009	14	5
2010	10	5
2011	12	6
2012	8	4
2013	9	2
Total	76	29

Fonte: CAPES, 2014.

Notamos em 2011 um aumento de produções na categoria “doenças relacionadas ao trabalho”; e a queda em 2012 e 2013 dessa categoria acompanhou a diminuição de produção geral selecionada pelo termo descritor “saúde docente” — relacionado com os 76 artigos. Quanto aos principais temas abordados nessa categoria, temos, em 2005, *um* artigo sobre problemas vocais que atingem docentes, tema tratado em 2008 e que cresceu em 2009, 2011 e 2012. A maior parte dos artigos nessa categoria trata da voz do professor: 16 dos 29 selecionados. Portanto, em mais de 50% dos textos dessa categoria são discutidas as consequências do uso da voz.

Em 2006, foram publicados dois artigos nessa categoria que tratavam da saúde mental dos professores; em 2010, houve um artigo sobre síndrome de *burnout*; enfim, em 2013, houve um trabalho dirigido à depressão — intitulado “Depressão como causa de afastamento do trabalho”. Portanto, os fonoaudiólogos reconheceram o uso constante da voz, e grande parte dos seus estudos foi dirigida a essa categoria profissional. No decorrer dos anos não se observou aumento significativo nas produções relativas à saúde mental feitas por profissionais mais específicos da área da saúde mental, tais como psicólogos e psiquiatras. Nas classificações dos artigos selecionados, evidenciamos a frequência de como os profissionais da área da saúde alinham os temas de sua área profissional com a saúde docente.

Na categoria “trabalho docente para a promoção da saúde”, consideramos os programas de prevenção às doenças relativos à profissão docente. A tabela a seguir exibe

resultados quanto a artigos publicados nessa categoria durante o recorte temporal aqui estudado.

Tabela 3 – Artigos sobre “trabalho docente e promoção da saúde” de 2005 a 2013

Ano	Selecionados	“Trabalho docente na saúde”
2005	6	3
2006	5	0
2007	5	1
2008	7	0
2009	14	2
2010	10	1
2011	12	2
2012	8	1
2013	9	2
Total	76	12

Fonte: CAPES, 2014.

Pela Tabela 3, que apresenta artigos sobre programas de manutenção da saúde nas instituições de ensino, em 2005 foram publicados três com os seguintes temas: medidas contra a violência na escola, desenvolvimento do docente na área da saúde e conhecimento do docente sobre sua saúde. Nos demais anos, não se obteve número significativo de produções em relação a essa categoria. Percebemos, portanto, a falta de interesse por pesquisas relativas à informação sobre questões de saúde nas instituições de ensino, as quais poderiam ser mais estimuladas. Porém, os artigos sobre a categoria “condições de trabalho docente” apresentaram frequência de 30% do total dos 76 artigos selecionados, que vemos como boa. O maior número de publicações nessa categoria ocorreu em 2008, seguido de uma queda em 2013, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 4 – Artigos sobre “condições de trabalho docente” de 2005 a 2013

Ano	Selecionados	“Condições de trabalho docente”
2005	6	1
2006	5	3
2007	5	2
2008	7	5
2009	14	3
2010	10	1
2011	12	3
2012	8	2
2013	9	4
Total	76	24

Fonte: CAPES, 2014.

Os artigos selecionados conforme a Tabela 4 tratam do sofrimento do professor. Entre os assuntos mais abordados, estão a intensificação da docência e a reestruturação do ensino. Em relação à categoria “natureza do trabalho docente” (TAB. 5) no período de 2005 a 2008, o número de publicações ficou estagnado, com crescimento de produções nos anos de 2009 e 2010. Em 2009, foram publicados quatro artigos com estudos sobre as transformações contemporâneas, o ensino público e o privado, os sistemas avaliativos do ensino e o trabalho virtual docente. Em 2010, foram abordados temas como questões entre gêneros, carreira do docente no setor público em relação ao privado e métodos de ensino na atualidade. Mesmo que esses pesquisadores enfoquem os efeitos negativos na saúde do docente e as exigências atuais no ensino, o foco dos estudos tratados nos resumos analisados está na identidade do docente e no contexto econômico atual; pouco se aprofunda na sua saúde.

Tabela 5 – Artigos sobre “natureza do trabalho docente” de 2005 a 2013

Ano	Selecionados	“Natureza do trabalho docente”
2005	6	1
2006	5	0
2007	5	0
2008	7	0
2009	14	4
2010	10	3
2011	12	1
2012	8	1
2013	9	1
Total	76	11

Fonte: CAPES, 2014.

Na categoria “natureza do trabalho docente”, tratamos da natureza e identidade do ofício do professor. O número de artigos não teve significância quanto ao termo descritor — “saúde docente”. Os autores da área da saúde não costumam relacionar suas pesquisas sobre ensino com problemas sociais que envolvem os docentes. Os estudos selecionados — em que é possível obter a relação entre “natureza do trabalho docente” e saúde —, foram apenas feitos por docentes. Esses dados mostram que os problemas relativos à natureza da docência não são ainda reconhecidos de forma efetiva pelos pesquisadores — a maioria da área da saúde. Conforme Dejours (1992), o indivíduo deve ser visto em sua integridade; não se pode negligenciar aspectos importantes de sua vida como seu trabalho em suas peculiaridades.

Em relação ao perfil profissional dos pesquisadores, mostrado na Tabela 6, dos 211 autores dos 76 artigos selecionados, 165 têm formação na área da saúde; 41, na docência; e 5 detêm outras formações. Nos anos 2009–10 houve o maior índice de artigos publicado por autores com formação docente. Observamos, ainda, que o número de autores é quase quatro vezes maior que o número de artigos devido à participação de vários pesquisadores na mesma publicação.

Tabela 6 – Quantidade e área de formação dos autores dos artigos sobre trabalho e saúde docente de 2005 a 2013

Ano	Formação na docência	Formação na saúde
2005	3	11
2006	1	18
2007	1	13
2008	3	21
2009	10	28
2010	10	10
2011	5	26
2012	5	21
2013	3	17
Total	41	165

Fonte: CAPES, 2014.

Os profissionais da área da saúde são os que mais escrevem sobre a saúde docente: produziram 80% dos artigos aqui selecionados segundo esse quesito. Quanto à formação superior, o perfil de pesquisadores se constitui de psicólogos, fisioterapeutas, médicos e fonoaudiólogos. Outros 20% de artigos produzidos pertencem a pesquisadores com formação docente. Esses professores, porém, são — a maioria — de áreas como biologia ou educação física. Os poucos não vinculados a essas áreas produziram artigos relativos à categoria “natureza do trabalho docente” como os de história e filosofia. Dessa forma, conclui-se que a necessidade de uma interação entre os profissionais da saúde e do ensino proporcionaria uma análise mais completa dos problemas relativos à carreira docente.

Tabela 7 – Número dos autores de artigos sobre trabalho e saúde docente de 2005 a 2013

Ano	Selecionados	Autores
2005	6	15
2006	5	19
2007	5	14
2008	7	24
2009	14	38
2010	10	21
2011	12	32
2012	8	26
2013	9	22
Total	76	211

Fonte: CAPES, 2014.

Essa tabela evidencia o aumento do número de autores em relação aos artigos publicados. Os dados revelam a possibilidade de fragmentação maior das pesquisas, em que cada colaborador seria responsável pela parte do trabalho que conhece mais do assunto. Esse fato pode indicar tendências de fragmentação das pesquisas feitas por esses autores, o que sugere uma preocupação com a produção acadêmica relativa a artigos. Como fator positivo, esses estudos podem ter análises mais abrangentes sobre determinado assunto.

Em relação ao gênero, a predominância de mulheres é considerável. De acordo com a tabela a seguir, dos 211 autores, 158 são mulheres. Portanto, observamos mais preocupação em torno da saúde do professor pelo gênero feminino. O papel social da mulher em relação à educação e aos cuidados com a família em muito pode ter influenciado sua disposição a buscar áreas voltadas à saúde e educação, repercutindo também sobre seus interesses de pesquisa.

Tabela 8 – Autores de artigos sobre trabalho e saúde docente de 2005 a 2013

Ano	Autoras	Autores
2005	12	3
2006	15	4
2007	12	2
2008	15	9
2009	28	10
2010	16	5
2011	26	6
2012	19	7
2013	15	7
Total	158	53

Fonte: CAPES, 2014.

No período de 2005 a 2007, a diferença da porcentagem entre os autores do gênero masculino e feminino chegou a ser de 300% a 600%, em favor do gênero feminino. Houve uma redução dessa porcentagem em 2013 e as mulheres representaram praticamente o dobro de autoria em relação aos homens. A maioria das pesquisas foi realizada por profissionais da saúde.

A categoria “natureza do trabalho” apresentou poucas produções. As mais envolvidas com a temática foram, a maioria, de docentes, e não de profissionais da saúde. Os autores tendem a escrever sobre assuntos com os quais têm mais familiaridade. Os docentes preferem pesquisar sobre sua carreira, de preferência o reconhecimento financeiro e social.

Na categoria “condições de trabalho docente” houve maior número de pesquisas de professores da área da saúde. Verificamos, portanto, que a união do conhecimento sobre saúde com as experiências de suas carreiras docentes produziu um bom resultado.

Na categoria “trabalho docente na saúde”, seja em programas de prevenção de doenças ou em propostas para melhorar as condições de vida do professor, o número de produções foi baixo. Verificamos a necessidade de estudos sobre formas de prevenção e informação sobre as doenças provocadas pelo trabalho docente. Também é notório que as revistas com maior número de produções relativas à saúde docente são muito específicas da área da saúde.

A Tabela 9 mostra o número de artigos publicados por revista, em ordem crescente de produção, no período de 2005 a 2013.

Tabela 9 – As revistas destaques em publicação relativa às categorias de classificação dos artigos pesquisados de 2005 a 2013

Revistas de publicação científica	Quantidade de artigos publicados
<i>Rev. CEFAC</i>	9
<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>	6
<i>Trabalho, Educação e Saúde</i>	4
<i>Cad. Saúde Pública</i>	4
<i>Maringá</i>	3
<i>Aletheia</i>	3
Total de artigos	29

Fonte: CAPES, 2014.

As revistas que mais publicaram artigos referentes às categorias em estudo foram: *Rev. CEFAC*, *Ciência & Saúde Coletiva*, *Trabalho, Educação e Saúde*, *Cad. Saúde Pública*, *Maringá* e *Aletheia*. As demais apresentaram um ou dois artigos coerentes com as categorias analisadas. Torna-se necessário, portanto, estimular os professores ao estudo com o objetivo de compreender as doenças provocadas pelas más condições laborais que podem ser propiciadas em sua profissão. Acreditamos que publicações em revistas que tratam do tema saúde e educação seriam um incentivo útil aos estudos sobre os problemas da carreira docente. Há necessidade de mais pesquisas sobre a saúde docente no ensino superior e estímulo à conscientização do gênero masculino sobre essa temática. Nas últimas décadas, o trabalho docente tem sido exaustivo.

Porém, a preocupação com os problemas referentes à saúde mental tem aumentado. Os estudos sobre episódios depressivos, transtornos ansiosos, reações ao estresse grave e transtorno de adaptação não foram encontrados em grande quantidade no portal de periódicos da CAPES, mediante a busca por meio do termo descritor “saúde docente”. Os artigos que envolvem aspectos mais específicos sobre saúde mental resultaram no total de 10 dos 76 selecionados. Portanto, as pesquisas sobre saúde mental docente ajudariam a desenvolver bases para a formulação de propostas de ações sobre adequações nas condições de trabalho para combater as causas do adoecimento do professor.

Além disso, os docentes de modo geral necessitam de auxílio para compreender as doenças que podem afetá-los por conta do exercício de suas atividades profissionais. Profissionais da área da saúde, ao terem ligação com a docência, passaram a reconhecer os problemas que afetam a saúde docente e a buscar algum tipo de solução. Assim, todas essas especialidades da área de saúde demonstram-se necessárias para medidas preventivas de problemas variados relativos à saúde docente.

2.3 Saúde mental de professores da rede pública no contexto capitalista

A satisfação do profissional em relação ao trabalho pode depender de fatores internos como a subjetividade e fatores externos vivenciados pelo indivíduo no seu ambiente laboral. Como fatores internos, consideramos sua experiência de vida, suas expectativas sobre sua profissão, sua personalidade e sua capacidade física e intelectual. Os fatores externos estão ligados aos modos de realizar suas atividades, como o ritmo e a organização do seu trabalho. Os fatores internos podem sofrer influências negativas ou positivas dos fatores externos, e vice-versa. Representando um fator interno, a motivação é descrita por Chiavenato (1999) como impulso que induziria o indivíduo à ação em dada forma, podendo ser provocada por um estímulo externo — do ambiente — ou interno — dos processos mentais. Além disso, o comportamento gerado por esses estímulos seria sempre dirigido a algum objetivo motivado por impulso, desejo, necessidade ou tendência. De acordo com Maximiano (1995), em relação ao desempenho como comportamento humano no trabalho, a motivação interna estaria vinculada às aptidões, habilidades e necessidades pessoais; e a externa, às recompensas e condições laborais.

Ao considerarmos a realização profissional do indivíduo como ponto fundamental para sua satisfação no trabalho, deparamo-nos com as questões existenciais relativas à significação e às peculiaridades de sua profissão. Segundo Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p. 47), “O risco de ‘perder’ a individualidade é o perigo de se confundir com o outro, eliminar as suas diferenças que me distanciam dele”. Em contradição a essa situação, o estudo do comportamento humano no trabalho tenta padronizar as ações e reações do profissional pela indiferença à subjetividade do trabalhador. Portanto, sobre as experiências e motivações pessoais, temos de considerar a possibilidade da existência de formas diversas de adaptação e reação às circunstâncias adversas no ambiente profissional docente. Dejours (1992) e Codo, Sampaio e Hitomi (1993) compartilham a opinião de que a capacidade de construção de “sistemas defensivos” contra o sofrimento no trabalho encontra variantes de acordo com cada

perfil apresentado. Desse modo, entende-se que os fatores internos sofrem influências dos fatores externos. Logo, um ambiente profissional negativo resultaria em uma experiência frustrante na família, e vice-versa.

Em estudos sobre os possíveis danos provocados pela intensificação das atividades laborais, Dejours (1992, p. 122) trata da fadiga, do sistema frustração–agressividade e da organização trabalhista; sobretudo, reconhece que

[...] a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração–agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e as sublimações.

Dejours (1992), ao investigar a fadiga e a frustração-agressividade como efeitos provenientes da realização de uma atividade mental e da perda da autonomia na organização trabalhista ressaltou a necessidade de compreender as implicações das insatisfações com a profissão para a geração desses sintomas. Ao analisar a profissão docente, deparamos com a abordagem sobre o motivo da existência da docência como profissão e com a discussão sobre o que a torna produtiva ou improdutiva. Sobre a existência do professor, conforme tratam Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p. 48), “[...] sou professor na medida da existência de alunos que só o são na medida da existência do professor”. Nessa afirmação, a dependência da existência do aluno para que haja o professor torna o discente o ponto central para a identidade do docente na sociedade. O mesmo acontece com o médico em relação aos seus pacientes e com o vendedor em relação aos compradores, dentre outras associações possíveis. A ação profissional deles é dirigida a um sujeito, e não a um objeto. A formação dos alunos sofre influência do meio social, econômico, como também da sua educação familiar, dos amigos e dos meios de comunicação. O professor, por sua vez, encontra-se inserido no contexto do aluno, por ser ele o sujeito que define a identidade profissional do docente. Dessa forma, os reflexos das exigências sociais e econômicas aos alunos são sentidos pelo professorado.

Antunes (2013, p. 125), em estudos sobre a literatura de Marx e Engels, levanta a discussão sobre a questão do trabalhador produtivo.

Como fim imediato e produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produto aquele trabalho — e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho — que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente ao processo de produção com vistas à valorização do capital.

O sistema de produção nas empresas retrata o contexto capitalista atual: caracterizado pelo aumento das exigências de organização e ritmo, mais a precarização trabalhista. Os docentes dos cursos superiores públicos encontram-se cada vez mais mergulhados nesse cenário devido às políticas de extensão da universidade federal quanto às suas metas referentes à formação de uma maior quantidade de alunos. As exigências do setor produtivo relativas aos professores poderiam estar ligadas à intensificação de seu trabalho. A docência, portanto, tem nesse contexto sua autonomia cada vez mais reduzida. “A organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental [...]” (DEJOURS, 1992, p. 128).

Ainda conforme Dejours (1992), as consequências de uma organização trabalhista diante das exigências de cumprimento de prazos e metas determinam a desapropriação do controle do próprio ritmo mental e físico do trabalhador. Ao realizar atividades sob pressão, os docentes tendem a forçar o ritmo do desempenho de suas atividades e ficam sujeitos a comprometer a qualidade do seu trabalho. Fato que, se prolongado, pode ser causador de problemas de saúde futuros. A insatisfação do docente com seu ofício levantaria questões que determinariam os motivos da sua frustração. A resposta a essas questões seria subjetiva; mesmo havendo consenso sobre as necessidades inerentes à profissão, o perfil individual desses trabalhadores relativo às expectativas futuras resultaria em objetivos distintos. Dessa forma, torna-se importante compreender o que motiva o professor a permanecer na profissão, além do provimento das necessidades mais básicas e imediatas.

Consideramos o salário como a garantia da subsistência do trabalhador, como parte importante de sua valorização profissional. Porém, apenas o fator salarial não garante a realização do trabalhador, uma vez que assegura apenas a satisfação material de necessidades básicas. “A característica principal destes trabalhos é que, o único valor de uso que produz é o próprio valor de troca, o capital.” (CODÓ; SAMPAIO; HITOMI, 1993, p. 43). Entendemos que o valor de uso da docência estaria associado com o valor de troca, que seria o salário recebido pelo trabalho executado. Teríamos, nesse caso, uma vinculação entre o trabalho e seu resultado assegurada pelo retorno financeiro e por tudo que esse retorno pode proporcionar relativamente às necessidades do trabalhador. De fato, boa parte da insatisfação docente converge para a prática profissional com o aluno. Mas entre os professores do ensino público, uma causa de frustração pode ser creditada às penalidades financeiras mesmo

indiretas; por exemplo, nos aumentos de salário vinculados à participação em cursos de atualização profissional, que acarretam perdas financeiras quando não feitos.

Outro fator que poderia ser desmotivador aos professores do ensino superior é atribuído à especificidade da formação do aluno para o mercado. O docente universitário detém a grande responsabilidade da formação de um cidadão quanto aos conhecimentos necessários para o exercício de sua profissão. Notamos que a motivação do indivíduo que prima somente pela busca dos requisitos mínimos para obtenção de notas como garantia do título é diferente daquele que se preocupa com a real aprendizagem ou descobertas. Além disso, o aumento da evasão, da reprovação e a não empregabilidade do aprendiz podem gerar no docente — que centraliza sua motivação no sucesso do aluno — a sensação de frustração. As exigências sobre a sistematização do conteúdo e as formas avaliativas externas diminuem a autonomia do professor relativa às formas recuperativas dos alunos, tornando-o indiferente aos resultados de suas atividades. Em consequência, o valor monetário de sua prática profissional passaria a ser motivação maior do que o valor do sujeito-aluno. Nesse contexto, o trabalho dirigido ao discente poderia se tornar um fardo.

Ao apresentar o trabalho ao trabalhador como um elemento estranho, o ser humano fica impedido de exercer a sua transcendência, e a possibilidade de humanização fica sitiada na reprodução da força de trabalho: comer, dormir, fornicar, atividades que coabitamos com os animais. (CODÓ; SAMPAIO; HITOMI, 1993, p. 39).

O descontentamento do operário com o serviço repetitivo na produção industrial não é diferente da insatisfação dos professores com relação à sistematização do ensino. Os conteúdos programados em uma estrutura de transmissão expositiva levariam o docente a ter dificuldades para reconhecer, no aluno, o sujeito de seu trabalho. Assim, a sua motivação tende a se reduzir às vantagens trazidas pelo capital para suprir as necessidades materiais. Muitas vezes, os prazeres provenientes do capital podem se tornar uma fonte de fuga aos despropósitos laborais como as drogas lícitas e ilícitas, o consumismo e os exageros alimentares e sexuais. Somam-se a isso fatores como a falta de autonomia no trabalho, que contribuem para a insatisfação profissional. Segundo Ramos (2006), o docente do sistema formal de ensino se encontra alienado pela falta de participação nas decisões quanto à definição dos processos e meios da aprendizagem. A docência se encontra controlada por fontes externas à escola, com pouca participação dos professores nas decisões centrais do ensino. As regras formuladas pelo Estado para um sistema avaliativo dos alunos determinam o que é relevante a ser ensinado.

Nascimento (2009) enfatiza a realidade nas salas de aula, em oposição aos valores propagados pelas políticas educacionais, que mostram o aluno como cidadão e construtor de sua própria história social. Na reflexão sobre as formas desumanas de educar, a sistematização e a fragmentação do ensino transformam o professor em apenas formador de mão de obra voltada aos interesses das empresas capitalistas, com sua forte influência sobre o Estado. Segundo Oliveira (2012), grande parte dos docentes no Brasil não se identifica com a rotina escolar, o que resulta em desprazer, desmotivação e apatia em relação a sua prática profissional. A autora ainda destaca a falta do sentido do trabalho docente, pois “[...] os docentes se encontram destituídos da sua função de pensar sobre o seu fazer” (OLIVEIRA 2012, p. 217).

Com efeito, Ramos (2006), Nascimento (2009) e Oliveira (2012) apontam a falta de autonomia no trabalho docente como fonte de descontentamento. A regulamentação e o ritmo de seu trabalho são controlados por hierarquias externas. Como consequência, a falta de interação direta entre as hierarquias externas e os docentes diminui a possibilidade de empatia com a docência ou as particularidades dos problemas enfrentados pelos alunos. Não é apenas a individualidade dos profissionais que se perde no processo. Dejours (1992) aborda as implicações do ritmo laboral determinado por normas e metas externas como elemento comprometedor da saúde do profissional, por não permitirem que ele trabalhe em seu ritmo e descanse conforme as suas necessidades físicas e mentais.

Na abordagem de outras questões que envolvem as dificuldades no serviço público, Matos (1994) cita a burocracia e a fragmentação das tarefas em que o servidor público perde a finalidade de seu trabalho. A atividade administrativa realizada nas universidades públicas não conta apenas com a participação dos técnicos destinados a essa função, mas também com professores, com sua atuação em cargos de coordenação. Todos os setores do serviço público lidam com processos administrativos vagarosos, entretanto esses procedimentos denominados como burocráticos nessas instituições de ensino demandam tempo e apoio para que as novas informações sejam assimiladas por todos. Quando não existe instrução para esses procedimentos administrativos, a aprendizagem pode se restringir ao ensaio e, pelo erro, pode até chegar ao acerto das ações, resultando em desgaste para o funcionário.

A atualização profissional ou o aprendizado motivado pelo plano de carreira nem sempre são pertinentes às particularidades administrativas, que podem contribuir para o bom andamento do serviço público. O governo consegue explicar o excesso de procedimentos administrativos em suas repartições como forma de dificultar a corrupção, mas não consegue justificar a sua negligência com os servidores públicos quanto à falta de capacitação dirigida a

essas funções. A ineficiência no setor público seria, em muitos casos, reflexo da lentidão dos processos administrativos ou da falta de capacitação dos funcionários; e isso gera frustração profissional. Nas áreas sociais, a insatisfação da coletividade atendida pode se manifestar pela agressividade. Portanto, a imagem negativa da sociedade sobre o serviço público torna-se, para boa parte desses trabalhadores, um fardo pesado a ser carregado, o que, além da insatisfação profissional, tem a possibilidade de produzir desgaste emocional com comprometimento da saúde psicológica. Assim, o sofrimento proveniente do trabalho no contexto capitalista, seja pela sua alienação ou precarização, atinge também o funcionalismo público.

Conforme Dejours (1992), os sintomas físicos em resposta aos problemas mentais adquiridos ou agravados pelo trabalho passaram a ser mais estudados e mensurados devido às novas necessidades do mundo trabalhista. Contudo, os danos mentais que afetam os trabalhadores quase sempre são considerados somente quando apresentam reflexos na saúde física do profissional. Destacamos, também, que os aspectos sociais devem ser avaliados com as pesquisas dos aspectos biológicos e psicológicos do sofrimento humano.

No que se refere ao estresse, Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p. 60) esclarecem o fator bioquímico ao afirmarem que “[...] o volume de adrenalina liberado para o sangue pode ser o mesmo, quer o indivíduo se emocione intensamente por presenciar um assassinato ou por ganhar sozinho na loteria esportiva”. O nível de adrenalina é passível de ser avaliado, mas a razão de tal aumento seria subjetiva, devido às reações humanas variadas aos acontecimentos. Portanto, o estudo do perfil profissional e da adaptação ao trabalho deve ser levado em consideração, além do campo da biologia. Moraes, Silva e Rosseler (2010) citam a pesquisa de Laurell (1982), médica mexicana que analisou a doença segundo um caráter “histórico social”, com conclusões sobre a forma como o capitalismo centra a doença na “biologia individual”.

Conforme Laurell (1982), para compreender o caráter da doença (social ou biológico) deve-se observar sua conceituação, a partir de uma análise do momento histórico em que se vive. Assim, para a autora, na sociedade capitalista, o conceito de doença está centrado na biologia individual, fato que lhe retira seu caráter social. Isso se deve à ideologia que naturaliza o processo saúde-doença, culpabilizando, muitas vezes, o sujeito individualmente por seu adoecimento. (MORAES; SILVA; ROSSELER 2010, p. 86).

A fragmentação nos estudos da ciência divide o indivíduo a ser tratado conforme as especialidades médicas. Mas não há como definir as possíveis causas de uma patologia física

ou mental sem analisar o indivíduo de forma integral, ou seja, nos aspectos mentais, físicos, sociais e psicológicos, uma vez que são interdependentes. A culpa do sujeito relativa à doença, segundo Dejours (1992), estaria ligada ao seu comportamento diante de seu estado de saúde. A culpabilidade da doença recairia sobre os hábitos negativos, sobre a falta ao trabalho — considerada como “preguiça” — e sobre o ônus financeiro do tratamento médico.

A docência sofre as pressões do contexto produtivo capitalista, em que a culpabilidade sobre as doenças e seus reflexos negativos na produtividade estariam vinculados aos maus hábitos e comportamentos: alimentação em excesso, uso de drogas ou intolerância a alguns tipos de trabalho seriam vistos, conforme Dejours (1992), como desculpas para um trabalho relapso ou falta de controle sobre o corpo. Dessa forma, muitos indivíduos tendem a esconder os transtornos mentais e físicos que os perturbam, o que resulta em futuro agravamento dos sintomas.

O cuidado com a saúde do servidor por uma equipe especializada funcionaria de forma preventiva se houvesse uma avaliação constante e integral das alterações constatadas no indivíduo mediante o seu próprio relato dos males que o afetam no trabalho. Somente assim seria possível viabilizar providências antes do agravamento das situações que o levam a adoecer. “A vida dos homens sem dúvida não se reduz ao trabalho, mas também não pode ser compreendida na sua ausência. Onde quer que estejam as causas do sofrimento dos homens, estão em suas próprias vidas.” (CODÓ; SAMPAIO; HITOMI, 1993, p. 63). Portanto, o procedimento ideal seria estimular a prática de formas próprias de prevenção dos problemas complicadores da saúde.

Diante de um grande *stress*, na vigência da alienação própria do capitalismo, um ser humano pode matar, se matar, desenvolver um grave transtorno psicossomático, aderir a uma igreja evangélica, inscrever-se num partido político, deixar de se alimentar, alimentar-se em demasia, praticar um atentado terrorista, ou qualquer outra coisa, ou qualquer associação entre possibilidades. (SAMPAIO, 2006, p. 35).

De acordo com Sampaio (2006), as respostas defensivas, mediante situações que levam ao estresse, em virtude da alienação proveniente do sistema capitalista, desenvolveriam a mudança de hábitos ou a prática de atos, dos quais alguns danosos ao organismo humano e ao meio social. O autor ressaltou reações contra o estresse na busca de um sentido que pode ser verificado na adesão à religião ou a um partido político, assim como na prática de um atentado terrorista. Outro modo encontrado para contornar as situações estressantes seria a busca de entretenimentos ou formas laborais alternativas.

Existem desafios de adaptação às mudanças do mundo do trabalho, como também à superação de crises e conflitos provenientes do sistema capitalista. O desconforto no ambiente profissional devido à competição, burocracia, fragmentação das atividades, precarização do trabalho e à falta de autonomia profissional poderia ser atenuado com medidas recreativas que envolvessem a equipe em um clima de descontração. O sofrimento humano é alimentado pelas desigualdades de oportunidades; nessa realidade, tendemos a buscar formas de compreender os processos que nos levam a doenças físicas e mentais como meio de prevenção, mas quase sempre nos conscientizamos delas quando já se encontram em evidência. Portanto, o estudo dos relatos docentes em seu trabalho mostra-se um recurso capaz de nos ajudar a entender a percepção destes sobre suas condições laborais e os efeitos sobre sua saúde no contexto econômico e social conforme suas particularidades e expectativas profissionais.

3 CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATUAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL DO CEFET DE ARAXÁ, MG

Nesta seção, tratamos da parte empírica da pesquisa, que foi baseada em entrevista com professores do curso de Engenharia de Automação Industrial do CEFET em sua unidade de Araxá, MG. Para a análise de suas repostas, consideramos as exigências para o ensino tecnológico no contexto capitalista discutidas na primeira seção deste estudo e as consequências das inadequações das atividades profissionais à saúde, conforme a segunda seção. cremos que, assim, conseguimos perceber, em parte, como os professores sentem os desgastes físico e mental relativos a sua prática docente. O perfil dos profissionais foi analisado segundo as particularidades de suas queixas e as formas variadas de sua atuação. Com esses dados, foi possível pensar em ações para melhorar o ambiente de trabalho e promover a preservação da saúde docente.

3.1 Condições de trabalho docente na ótica dos professores: metodologia de pesquisa

A metodologia empírica da pesquisa aqui descrita, segundo seu instrumento — a entrevista narrativo-episódica —, baseia-se em Flick (2009). Esse tipo de entrevista conduz a relatos dos informantes sobre experiências influenciadas pelo seu contexto social. A maneira como as experiências são rememoradas em uma entrevista depende de sua importância ou frequência. Por ser seletiva, a memória mantém os eventos considerados mais impactantes. No caso deste estudo, as lembranças dos acontecimentos traduzida na fala dos professores denotam o direcionamento de suas observações conforme suas particularidades e seus perfis profissionais, tornando algumas experiências mais marcantes em sua memória. A entrevista teve como objetivo coletar lembranças e julgamentos referentes às condições de trabalho e às expectativas profissionais. A compreensão das recordações sobre suas repostas mediante situações por eles enfrentadas no ambiente profissional serviram de suporte ao levantamento de sugestões sobre formas de obter melhorias em tais condições com vistas à preservação de sua saúde. Como diferencial, levamos em consideração não apenas a análise dos aspectos coletivos relativos ao trabalho, mas também as características individuais dos participantes.

Segundo Minayo (2007), a entrevista narrativo-episódica pode ser uma fonte de dados subjetivos dos entrevistados por refletir, nas falas, o resultado dos valores constatados em suas perspectivas pessoais, influenciadas e estabelecidas por seu contexto

histórico, econômico e cultural; enfim, conforme as exigências profissionais e formação familiar. Uma de suas vantagens consiste em verbalizar as lembranças com o objetivo de mostrar se os eventos reconstruídos verbalmente pelos docentes são vividos em seu cotidiano de forma periódica ou ocasional. As entrevistas permitiram expor opiniões sobre vivências, mostrando os motivos da satisfação ou insatisfação com as ocorrências relatadas. Outro resultado foi a identificação de reclamações generalizadas, como a verificação das más condições de trabalho apontadas, senão pela unanimidade, ao menos pela maioria dos participantes da pesquisa.

Fator limitador da entrevista narrativa, os relatos coletados em geral não podem ser julgados como verdadeiros ou falsos. Antes, expressam pontos de vista inseridos em um contexto socio-histórico. Portanto, o resultado da análise das falas dos entrevistados mostrado a seguir apenas poderá ser compreendido à luz do contexto profissional e da realidade social e pessoal dos entrevistados.

3.1.1 O contexto dos entrevistados

Em 2005 — convém frisar —, o então diretor da CAPES Jorge Almeida Guimarães salientou em discurso que o crescimento industrial depende da formação de mão de obra qualificada pela engenharia. Tal reconhecimento fortalece a importância dos cursos tecnológicos como fator de desenvolvimento social e econômico. A fim de conhecer a compreensão do corpo docente sobre os resultados do investimento público no ensino tecnológico, escolhemos para a pesquisa empírica o curso de Engenharia de Automação Industrial do CEFET de Araxá, MG.

Na seleção da amostra para compor o universo de pesquisa, consideramos as condições do contexto escolar comum a todos os participantes. Buscamos obter dados de uma visão peculiar sobre os modos de enfrentamento dos desafios impostos pelas atividades do trabalho docente. Como os pontos de vista são formados pela influência de um contexto, consideramos importante compreender a história da unidade do CEFET em Araxá — também designada como Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Minas Gerais —, o perfil dos cursos ministrados e o objetivo de sua existência segundo o material coletado no *website* institucional dessas instituições.

As UNEDs

[...] foram criadas no governo José Sarney [1985–60], através da implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), em julho de 1986, que previa a construção de dezenas de novas

escolas técnicas com o objetivo de formar (pólos) tecnológicos nas várias regiões abrangidas pelo Programa. As modalidades de cursos de cada UNED variam de acordo com a vocação econômica das regiões em que foram instaladas. Alguns cursos oferecidos são os de Engenharia de Alimentos, Mecânica, Eletrônica, Eletromecânica, Edificações, Eletrotécnica e de Plásticos. (MENEZES; SANTOS, 2002, *on-line*).

O CEFET de Araxá representa uma das UNEDs que se encontram em Minas (ou seja, em Contagem, Curvelo, Divinópolis, Leopoldina, Nepomuceno, Timóteo e Varginha). Dados do *website* da UFMG e o do CEFET de Araxá informam que tais unidades são responsáveis por cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos separados do ensino médio e cursos de nível superior, direcionados às atividades econômicas da cidade em que estão implantados. Um breve histórico da UFMG e da UNED de Araxá ajuda a esclarecer as razões de sua criação.

A UFMG é a mais antiga universidade do estado. Era denominada Universidade de Minas Gerais: instituição privada que se tornou estadual no fim da década de 1920, permanecendo sob poder do governo estadual até o fim dos anos 40. Apesar de ter se tornado federal, apenas adotou sua atual denominação em 1965. Por meio de vários programas governamentais com vistas à sua expansão, hoje é considerada a maior universidade de Minas Gerais, com polos de EAD (educação a distância) e UNEDs em todo o estado. A instalação das unidades acontece mediante estudo prévio da economia dos municípios para suprir as demandas do mercado de trabalho da região.

O CEFET teve seu início em 1992, com a participação financeira do governo municipal durante dois anos no pagamento de funcionários. Em 1994, houve o primeiro concurso para o provimento de vagas para cargos de professor e técnico administrativo. Os primeiros cursos foram os de Eletrônica, Mecânica e Mineração. Em 2001, foi implantado o curso técnico de Edificação. Todos com funcionamento integrado ao ensino médio. Em 2006, implantou-se a graduação em Engenharia de Automação Industrial.

Segundo informações do *website* da prefeitura de Araxá, a cidade possui um bom desenvolvimento agropecuário. Porém, as empresas com maior oferta de emprego são a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, a Vale Fertilizantes e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Houve um crescimento da indústria alimentícia nos últimos anos e, devido à implantação de várias empresas do ramo, após 2001 tornou-se necessária a qualificação de mão de obra para atender às novas indústrias estabelecidas na região. Além disso, ante o desenvolvimento da mineração e das empresas alimentícias, do setor agrícola ou de produtos manufaturados, como acontece na Bem Brasil — empresa de batatas pré-fritas de Araxá —, houve crescimento expressivo da necessidade de mão de obra especializada. Notamos ganhos para a região com a abertura dos cursos de

áreas tecnológicas no CEFET, apesar da falta de cursos gratuitos em áreas como saúde e educação. Os cursos nas áreas de ciências humanas são ministrados por uma instituição privada — o Centro Universitário do Planalto de Araxá (Uniaraxa) —, dificultando o acesso a esses cursos à parte da população estudantil com poder aquisitivo menor.

3.1.2 Universo de pesquisa e coleta de dados

Para participarem da pesquisa subjacente a esta dissertação, foram selecionados dez docentes que ministram aulas no curso de Engenharia de Automação Industrial do CEFET de Araxá. Representam 35% do corpo docente do referido curso. Dada a semelhança das condições de trabalho a que os entrevistados estão expostos, o material coletado se mostrou suficiente para ser analisado quanto ao conteúdo e quantitativo das questões da entrevista. Ou seja, esses professores são expostos ao mesmo ambiente, mas tendem a ter percepções peculiares sobre suas atividades profissionais.

O convite aos participantes foi feito pessoal e individualmente, acompanhado do roteiro e dos objetivos da entrevista, com garantia de anonimato e sigilo quanto às respostas. As entrevistas foram feitas em locais escolhidos a critério dos entrevistados: sua residência ou dependências do espaço de trabalho. Receberam informações sobre a entrevista em documento específico, o “Termo de consentimento livre e esclarecido” (vide ANEXO). O protocolo 32150014.1.0000.5145 foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Somente após ciência da natureza do estudo, da justificativa, dos objetivos, da metodologia, dos riscos e dos benefícios os participantes assinaram o documento de consentimento, com conhecimento total do seu conteúdo. A natureza da pesquisa não apresentou possibilidade de danos físicos, morais, intelectuais, culturais, sociais e/ou espirituais para os participantes. Por isso, mostrou-se conforme ao previsto na resolução nacional de saúde 466/12 do Conselho Nacional de Saúde — vide seção I – Resolve II – 22 (PADILHA, 2012).

Visto que envolve seres humanos — em sua totalidade ou em parte e de maneira direta e individual, além de incluir busca e manejo de dados obtidos por meio de respostas a uma entrevista episódica —, a pesquisa poderia trazer à tona informações de lembranças sobre ocorrências em sala de aula, relações interpessoais e no trabalho em geral. Nesse sentido, como em qualquer pesquisa com seres humanos, poderia haver risco aos participantes relacionado com uma possível quebra de sigilo das informações ou desconfortos com algum tema ou fato de ordem pessoal abordado.

A pesquisa possibilitou a identificação, a análise e a reflexão sobre a realidade das condições do trabalho que podem afetar negativamente a saúde docente. Com base no diagnóstico das dificuldades encontradas, foram concebidas alternativas e ações para melhorar tais condições, assim como foram consideradas as categorias “relacionamento profissional”, “reconhecimento da necessidade dos recursos da instituição”, “conhecimento sobre o uso das tecnologias disponíveis” e “meios de informação sobre saúde”. Por meio dos dados obtidos sobre a relação dos professores com sua profissão e considerando suas particularidades e preferências, apontamos sugestões para aumentar o nível de satisfação com a realização de seu trabalho e favorecer a prevenção de doenças ligadas a ele.

3.1.3 Coleta de dados empíricos

A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita. Foi conduzida por categorias selecionadas com base em um roteiro com questões abertas. A opção por esse instrumento foi condicionada ao intuito de obter informações que pudessem ser associadas às situações e experiências vividas pelos docentes, considerando o seu conhecimento prévio do contexto, em que suas lembranças representassem o foco de análise. A entrevista se deu em um contexto e clima de confiança; o que favoreceu a adesão ao processo em questão e possibilitou relatos com abundância de detalhes. A elaboração do roteiro orientou-se pelos pressupostos apresentados nas seções anteriores deste estudo. Com base na metodologia de Minayo (2004; 2007) referente aos dados da entrevista narrativo-episódica, organizamos o conteúdo a ser analisado em categorias temáticas. A análise de conteúdo temática consistiu na construção de um referencial de codificação em acordo com os objetivos da pesquisa. Com a redução progressiva do texto em unidades que contêm informações centrais da narrativa, com vistas a atender a esses objetivos tivemos como resultado itens referentes aos temas estudados, que podem mostrar informações em comum e discrepâncias presentes nos relatos.

Ainda à luz de Minayo (2007), optamos por organizar as questões da entrevista segundo um roteiro semiestruturado (vide APÊNDICE) com perguntas abertas elaboradas em campos temáticos tendo em vista os objetivos de estudo e conforme um roteiro estruturado com questões relativas ao perfil dos docentes participantes. As categorias de entrevista foram divididas em duas partes nesse roteiro: uma parte estruturada sobre o perfil do entrevistado; outra semiestruturada referente às expectativas dos docentes e suas condições de trabalho. Para análise das respostas às questões das categorias referentes à subjetividade docente, como satisfação, expectativa de crescimento profissional e mudanças no trabalho docente, foram

levadas em consideração as informações do perfil dos participantes coletadas pela entrevista estruturada. Essa análise foi realizada à luz de autores que consideram os aspectos idade, gênero, tempo de profissão, formação profissional, vínculo trabalhista, quantidade de vínculos empregatícios e sobrecarga de atividades realizadas. São aspectos que interfeririam na visão dos docentes quanto a sua carreira, seu papel social e sua satisfação profissional.

3.1.4 Forma de agregação e análise dos dados empíricos

De início, realizamos a pré-análise de conteúdo para organização e sistematização das ideias de forma a conduzir a um esquema peculiar de operações de um plano de análise. Nessa fase, foi feita a leitura flutuante das entrevistas, o que, conforme Bardin (2002), consiste em conhecer o material a ser analisado. Os pressupostos da pesquisa foram reformulados à medida que nos interrogávamos pela verdade do problema levantado. Pressupostos definidos na pré-análise nem sempre são imperativos, daí que pode haver depois a elaboração dos indicadores dos temas expostos conforme a frequência dos dados encontrado. Feita a pré-análise de conteúdo das entrevistas, procedemos à fase exploratória com a análise temática de expressão e de relações. “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado.” (MINAYO 2004, p. 209). Dessa forma, obtivemos as unidades de registros tratadas como fatores de respostas de cada categoria analisada.

A agregação desses dados se dirigiu aos relatos semelhantes dos entrevistados referentes a cada categoria, os quais foram agrupados e expressos. Como resultado, evidenciamos os focos de observação semelhantes e diferentes dos entrevistados referentes às suas condições laborais. Com base em Bardin (2002), efetuamos a análise das relações que consistiu em assinalar presenças simultâneas de vários fatores na mesma unidade. Esse tipo de análise é usado para entender estruturas associadas com as preocupações sobre problemas individuais e coletivos, representações sociais e ideológicas. Para a autora, as categorias empíricas são construídas com vistas à pesquisa de campo. “Elas têm a propriedade de conseguir aprender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica.” (BARDIN, 2004, p. 94).

A formulação das categorias analíticas fundamentou-se nas considerações da CID-10 sobre as condições de trabalho que possibilitam o aparecimento de doenças profissionais. Também estudamos autores como Dejours (1992) e Codo, Sampaio e Hitomi (1993), que tratam da individualidade das reações humanas quanto ao modo de enfrentar dificuldades profissionais. Nas seções anteriores deste estudo, abordamos o contexto profissional com base na economia e no mercado, como também o reconhecimento das doenças mentais adquiridas ou agravadas em

consequência do trabalho nas últimas décadas. Com base em estudos anteriores, foi possível compreender parte dos problemas que afetam os docentes em relação a sua atividade profissional. Esses dados foram considerados na elaboração do roteiro de entrevista.

Assim — e com base em Minayo (2004; 2007) —, o estudo sobre as condições trabalhistas dos professores levou em consideração as seguintes categorias para a análise temática: expectativas para o ingresso na docência; benefícios e reconhecimentos na profissão; desânimo e desafios; papel do docente e mudanças na educação; inovações tecnológicas voltadas para o ensino; condições estruturais de trabalho; participação docente nas decisões políticas e pedagógicas; relacionamento entre docentes; relacionamento entre docentes e discentes; enfim, cuidados preventivos com a saúde. Essas categorizações permitiram entender a concepção dos entrevistados quanto às suas necessidades profissionais tendo em vista suas peculiaridades.

Cada entrevistado foi analisado de forma individual em relação a tais categorias. As respostas mais reveladoras sobre os problemas vivenciados foram enfatizadas pela fala dos participantes. Considerando que o objetivo deste estudo é o de identificar as concepções desses docentes sobre as suas necessidades profissionais e a forma como são atendidas, a entrevista propiciou a sugestão de alternativas à busca por ações de melhoria das condições laborais.

Na seção 3.2, analisamos os focos de observação de cada entrevistado referentes à expectativa, satisfação e finalidade relativas ao trabalho. Com auxílio dos dados do perfil, identificamos razões para a motivação e frustração quanto às suas atividades. Posteriormente, para a subseção 3.3 — referente às condições laborais na instituição aqui estudada —, procedemos à comparação de focos distintos sobre os problemas encontrados pelos entrevistados para a realização de suas atividades. Nessas análises, foram usados dados qualitativos da subseção anterior e do perfil dos entrevistados. Com a utilização desses dois tipos de análise — categorial e de relações —, foi possível obter conclusões em respostas aos objetivos propostos. O objetivo foi contribuir com informações que possam indicar se o trabalho docente do curso superior de tecnologia é satisfatório. Esperamos, ainda, ter levantado sugestões úteis para a melhoria das condições laborais e a preservação da saúde docente.

3.2 Finalidades da profissão e expectativas profissionais na ótica dos entrevistados

Nesta seção, interpretamos relatos sobre os seguintes aspectos: expectativas na graduação inicial, benefícios profissionais e perspectivas na carreira docente. Consideramos a influência do perfil desses docentes sobre suas condições de trabalho e seus reflexos para a sua saúde. Analisamos as formas particulares de interpretação e reflexão de cada um sobre as

mudanças em seu ambiente e cenário profissionais, como também sobre sua história de formação, seus desafios, seus reconhecimentos e seus fatores de desmotivação profissional.

3.2.1 Análise do perfil e contexto dos entrevistados

Entendemos que as expectativas, a finalidade, a satisfação profissional e a compreensão da forma como as condições de trabalho afetam os docentes são influenciadas pelo seu perfil profissional. Com efeito, no dizer de Minayo (2004), compreender as falas dos entrevistados requer conhecer seu contexto e suas particularidades. Assim, esta análise parte do pressuposto de uma relação entre os relatos dos entrevistados com suas características e seu meio. Consideramos que os dados de identificação coletados na entrevista estruturada — e indicados nos quadros 2 e 3 — são relevantes para o encaminhamento de conclusões sobre as análises posteriores dos temas aqui enfocados.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ENT	S	I	TAC	QDL	CTI	FI	MGF	TD	QTT	TPVTA	TI/MO
1	M	59	35	6	EDE	E	D	35	V, N	35	TI
2	F	29	1,5	8	S	E	M	2	M, V, N	1,5	TI
3	F	34	5	2	EDE	L	D	5	M, V, N	4	MO
4	M	26	2	2	EDE	E	E	2	N	8 meses	MO
5	M	35	5,5	4	EDE	L	D	12	M, V, N	8	MO
6	M	43	9	2	EDE	E	D	9	V, N	7	TI
7	M	58	20	3	EDE	E	E	20	V, N	20	TI
8	F	32	1,5	4	S	O	G	1,5	V, N	1,5	TI
9	M	52	20	3	DED	E	E	30	M, V, N	20	TI
10	M	51	18	3	DED	E	D	19	M, V, N	18	MO

QUADRO 2. Perfil geral dos entrevistados

ENT: entrevistados de 1 a 10

S: sexo, variando em M (masculino) e F (feminino)

I: idade

TAC: tempo de aula no CEFET

QDL: quantidade de disciplinas que leciona

CTI: contrato de trabalho na instituição, variando entre EDE (efetivo dedicação exclusiva), EDP (efetivo dedicação parcial), T (temporário), S (substituto), C (contratado) e H (horista)

FI: formação inicial — variando entre E (engenharia), L (licenciatura) e O (outras)

MGF: maior grau de formação, variando em G (graduação), E (especialização), M (mestrado) e D (doutorado)

TD: tempo de docência

QTT: quais turnos de trabalho — variando entre M (matutino), V (vespertino) e N (noturno)

TPVTA: tempo que permanece em seu vínculo trabalhista atual no CEFET

TI: trabalhou na indústria durante algum tempo

MO: ministrou aula em outro lugar

Fonte: dados da pesquisa

1	2	3	4	5
ENT	QHaS	QVT	QHACAI	ACT
1	20	Não	10	PA, A, AL, AC
2	16	Sim, professora	8	PA, A, AC, AT
3	20	Não	8	PA, A, AL, AC, OTCC, OBJP, PC
4	16	Sim, pesquisa	4	PA, A, AC, AT, AC, PP, CC
5	17	Não	8	PA, A, AL, AC
6	8	Não	4	PA, A, AL, AC, CC, PIC
7	17	Não	10	PA, A, AL, AC, CL, PIC
8	14	Sim, empresa	4	PA, A, AL, AC
9	18	Não	4	PA, A, AL, AC
10	12	Não	4	PA, A, AL, AC, CC, OBJP

QUADRO 3. Perfil profissional dos entrevistados

ENT: entrevistados de 1 a 10

QHaS: quantidade de horas-aula semanais

QVT: quantidade de vínculos trabalhistas, sim ou não, se sim variando conforme a profissão

QHACAI: quantidade de horas-aula no curso de automação industrial

ACT: atividades que compõem o trabalho, variando em: PA (preparação de aula), A (aula), AL (atividades de laboratório), AC (aplicação e correção de provas), AT (aplicação de trabalhos), OTCC (orientação de TCC), OBJP (orientação de BIC-Júnior e PIBIC), CL (colegiados), PC (participação de comissões), PP (preparação de protótipos), CC (coordenador de curso), PIC (projetos de iniciação científica).

Fonte: dados da entrevista.

O entrevistado 1 tem entre 50 e 60 anos de idade. É graduado em Engenharia. No início da carreira, não tinha intenção de ser professor. Mas conseguiu conciliar, por muitos anos, o trabalho na indústria e a docência. A sua afinidade com a educação provém da possibilidade de aprender mais ao ensinar e ao preparar aulas; sente-se reconhecido por ser docente no CEFET de Araxá e denota ter orgulho da instituição. É satisfeito com seu salário e em ver seus alunos no mercado. Não participa de cargos administrativos no momento nem de projetos de pesquisa. Gosta muito das aulas práticas de laboratório. Durante a entrevista, mostrou-se objetivo em suas respostas, com pausas em sua fala para refletir sobre as questões apresentadas.

A entrevistada 2 tem entre 25 e 35 anos de idade. Leciona há pouco tempo no CEFET de Araxá e encontra-se em um momento feliz de sua carreira por estar em fase de preparação para se efetivar no serviço público federal. Tem grande expectativa quanto ao futuro de sua profissão, pois sempre quis ser professora e deseja progredir na carreira. Porém, deixa claro que sua situação de substituta não oferece tantas vantagens como a condição de efetiva. Graduada em Engenharia, mostrou frustrações referentes ao trabalho na indústria, com queixas de preconceito relativo ao gênero feminino; também ressalta o desgaste pelo

acúmulo entre atividade profissional e doméstica. A sua expressão na entrevista era sorridente e tranquila.

A entrevistada 3 tem entre 25 e 35 anos. Relatou vocação para a docência desde a infância e é efetiva há alguns anos no CEFET de Araxá. Licenciada em Matemática, adquiriu experiência na docência em outra instituição, com condições de trabalho menos favoráveis. No CEFET de Araxá, sentiu o reconhecimento do seu estudo no campo da pesquisa, com a publicação de seus estudos em congresso. Seu nível de expectativa e satisfação foi o mais alto entre todos os entrevistados. A entrevistada relata as melhorias estruturais do CEFET, que observa bem por força de seu cargo administrativo.

O entrevistado 4 tem entre 20 e 30 anos de idade. Com graduação em Engenharia, iniciou suas atividades docentes em cursinhos pré-vestibulares gratuitamente. Efetivou-se no CEFET de Araxá há menos de cinco anos. Executa várias atividades na instituição, entre coordenação, preparação de protótipos e uma considerável quantidade de horas-aula. Sente-se privilegiado pela estabilidade que o trabalho público lhe proporciona. Embora realize várias atividades, prefere a docência por considerar o trabalho na indústria mais rotineiro e cansativo. Ressalta os efeitos da modernização nas atividades de sua profissão, sua tentativa de acompanhar as inovações tecnológicas e o desejo de formar bons profissionais com competência para acompanhar a evolução tecnológica.

O entrevistado 5 tem idade entre 30 e 40 anos e formação em licenciatura. É efetivo no CEFET de Araxá há cinco anos. Teve experiência docente anterior na rede estadual — não satisfatória, sobretudo quanto ao salário. É doutor e relata ter jornada extensa em sala de aula, distribuída nos três períodos do dia. Gosta de atividades de pesquisa, a exemplo da publicação de artigos. Relata evolução em sua metodologia de ensino no decorrer dos anos. Quanto às mudanças na finalidade do professor, mostra-se preocupado com a desmotivação dos alunos, muitos por conta do tempo excessivo gasto nas redes de contato social da internet, acessada pelo telefone celular.

O entrevistado 6 tem idade entre 40 e 50 anos. Com formação em engenharia, tem experiência na área industrial. Possui maior afinidade com área da docência, embora não tenha planejado trabalhar na educação. Por exercer, também, funções administrativas, relata a necessidade de mais funcionários para realizar atividades dessa função. As perguntas dessa entrevista foram respondidas de forma dinâmica e objetiva. O entrevistado mostrou satisfação ao tratar das homenagens dos alunos e do reconhecimento salarial do governo.

O entrevistado 7 tem idade entre 50 e 60 anos. Sua experiência inicial foi na indústria. A docência não foi algo planejado em sua vida, mas relata ter afinidade com as atividades de ensino. Pontua que a estabilidade profissional e o benefício salarial são

satisfatórios; sente-se muito bem em sala de aula e se sente motivado pelos elogios dos seus alunos. Observamos tratar-se de um profissional objetivo em suas respostas, tranquilo e sem gesticulações para se expressar, como os demais entrevistados. Revela gostar do cotidiano da sala de aula e de outras atividades de que participa como as reuniões do colegiado e a orientação dos alunos quanto à pesquisa científica. Tem estabilidade de 20 anos na profissão e não relatou nenhuma transformação no CEFET de Araxá. Referiu-se a isso de forma positiva, por não ter vivenciado atribulações em seu trabalho; mas se queixou dos tempos de greve por interromper suas atividades docentes.

A entrevistada 8 tem entre 25 e 35 anos de idade. Sua graduação não é específica da licenciatura, mas ela revela, na entrevista, afinidade com a área do ensino. Não tem vínculo efetivo com a instituição e revela desejo de continuar na docência. Tem grandes expectativas quanto à profissão, pois relata não ter vocação para a área específica de sua formação. Demonstra intenção de se tornar efetiva na instituição ao mencionar que se sente reconhecida quando os alunos manifestam que ela deveria permanecer no CEFET de Araxá.

O entrevistado 9 tem idade entre 50 e 60 anos, com um histórico na área industrial. Iniciou a carreira docente ainda no tempo da faculdade, quando ministrava aulas em cursinhos para suprir necessidades financeiras. Mas não imaginava assumir a docência como profissão definitiva. Tem afinidade com atividades de pesquisa e prática em sala de aula, embora revele cansaço após 20 anos de docência, o que afeta negativamente futuras expectativas relativas à sua profissão. Esse entrevistado se preocupa com o futuro profissional dos seus alunos, com a garantia de sua subsistência, e menciona a importância da docência para fornecer a base necessária para que o aluno inicie a sua carreira.

O entrevistado 10 tem idade entre 50 e 60 anos, com graduação em engenharia e experiência inicial no setor industrial. Relata que começou a lecionar por motivos financeiros e dificuldades relacionadas com o mercado empresarial da época. Ainda que afirme ter afinidade com a área docente, revela gostar das atividades da indústria. Queixa-se da falta de atividades destinadas à área de pesquisa no CEFET de Araxá e do não aproveitamento do seu curso de doutorado na instituição.

A maior parte dos entrevistados é concursada; 2 e 8 são contratadas. Estas e a participantes 3 são as únicas mulheres do grupo de entrevistados. Os únicos cargos não efetivos no universo dos entrevistados foram ocupados por mulheres mais novas, com relatos de experiências negativas no setor industrial e pouco tempo de atividade na instituição pesquisada. O corpo docente do CEFET é predominantemente masculino; a entrada de mulheres tem sido gradativa, ainda que lenta. A maior parte tem graduação industrial na área da engenharia —

exceto 3 e 5, que são licenciados. Grande parte dos que têm mais de 50 anos de idade passou por crises no setor, daí que lecionar foi escolha motivada pela necessidade financeira da época. Tenderam a se identificar com atividades práticas e de campo voltadas ao ensino. Com formação voltada ao setor industrial e empresarial, não tiveram disciplinas como metodologia ou estágio na docência, dessa forma tiveram de aprender a ser docente no dia a dia, no contorno das dificuldades pedagógicas, nas experiências vividas com os alunos em aula.

Dos entrevistados, 1, 3, 5, 6 e 10 (50%) têm titulação de doutor. A maioria tem entre 40 e 59 anos de idade; 3 e 5 estão na faixa etária 30–35, com esse grau de ensino. Esse dado mostra que, durante a vida acadêmica, a maioria demora a obter o título de doutor. Mas os docentes da área de licenciatura como a entrevistada 3 e o entrevistado 5 tiveram mais predisposição a concretizar rapidamente sua formação. Os engenheiros mais novos se preocupam mais com as especializações de suas áreas, dada a necessidade de se atualizarem conforme os avanços constantes das tecnologias.

Praticamente todos os entrevistados dão aula para o ensino técnico e o superior — salvo 1 e 5. A maioria costuma lecionar de três a quatro disciplinas; alguns chegam a oito. Os mais experientes e atuantes há mais tempo na instituição passam a lecionar mais conteúdos, assim como os mais novos com formação mais abrangente, seja na área elétrica ou mecânica. Aos que ministram poucas disciplinas cabe uma quantidade maior de aulas, dado o tempo menor disponibilizado para prepará-las. Professores mais novos — exatamente os que têm menos disciplinas — gostam de se atualizarem e enfrentar o desafio de elaborar novos conteúdos. Os docentes com idade maior e número menor de disciplinas se mostraram cansados e queixosos dessa situação.

3.2.2 Expectativas para o ingresso na docência

Os problemas da profissão docente são abordados pelos professores de forma particular e de acordo com seus anseios pessoais, sua função na instituição e sua percepção das condições de trabalho. Portanto, existem diferenças quanto ao grau de satisfação profissional de um indivíduo para outro, não apenas relacionadas com a parte física e estrutural de uma instituição, mas também com o nível de expectativas sobre os resultados da prática profissional. Nas seções sobre o contexto capitalista e a saúde do trabalhador, consideramos o indivíduo em suas necessidades econômicas, físicas e mentais. Serviram de base para análise das queixas de insatisfação profissional, tanto no que se refere às condições estruturais e físicas de seu trabalho quanto à finalidade, à exigência, ao reconhecimento de sua

profissão, bem como às expectativas de resultado. Esses aspectos subjetivos abordados nem sempre são alterados pelas mudanças estruturais em uma instituição. Daí que as melhorias das condições laborais não bastam para aplacar os anseios pessoais e as expectativas profissionais dos docentes, que oscilam entre os pontos negativos e os positivos na instituição onde atuam. As falas indicam razões variadas para o ingresso na profissão: maior motivação profissional, segurança financeira e oportunidade de aprendizado da docência. O quadro a seguir resume os dados relativos a tais motivações.

ENTREVISTADO	EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS NO INGRESSO PARA A DOCÊNCIA
1, 7, 6, 9, 10	Sem expectativa profissional inicial ou acaso
1, 5, 6, 10	Necessidade financeira
2, 3, 5, 8	Vocação antiga
2, 4, 6, 8	Frustração com outras áreas de atividade
7	Remuneração devido a concurso público
4	Incentivo à atualização na profissão
9	Trabalhar com a prática e teoria aprendida
10	Opção de emprego em um cenário de crise econômica

QUADRO 4. Expectativas para o ingresso na docência

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Um dos fatores referentes à expectativa profissional para o ingresso na docência mencionados com mais frequência foi a necessidade financeira. Como vimos na subseção anterior desta pesquisa, como garantia da subsistência do trabalhador, o salário é parte importante de sua valorização profissional. Mas, conforme Codo, Sampaio e Hitomi (1993), quando o trabalho se resume ao seu valor de troca para suprir as necessidades humanas básicas, ocorrem a perda de seu sentido e a diminuição das expectativas profissionais.

Nos cursos tecnológicos, o diferencial é que grande parte dos profissionais do ensino precisa se adaptar à carreira acadêmica. Há autores, como Maximiano (1995), que tratam da motivação interna relacionada com as aptidões e habilidades profissionais. Dessa forma, esse diferencial poderia aumentar nesses professores a necessidade de mais acompanhamento e mais suporte no que respeita aos métodos de ensino cujo conhecimento e domínio escaparam à sua formação inicial. Conforme Chiavenato (1999), um estímulo externo como o incentivo salarial pode determinar o impulso gerador das ações humanas. A frustração se torna mais expressiva quando os benefícios profissionais priorizados não são alcançados; o que afeta, de forma significativa, o desenvolvimento da atividade profissional. Ainda para esse autor, outro fator vinculado ao aumento da insatisfação profissional seriam estímulos internos como a expectativa profissional. Os entrevistados com maior expectativa tiveram uma visão mais

abrangente de seus problemas laborais devido à procura por um número maior de atividades ligadas ao ensino.

Alguns entrevistados relataram a inexistência da intenção de ser professores no início da carreira; como indicam os entrevistados 1 e 6. Suas falas expressam com detalhes a razão de seu ingresso na docência:

Não tinha expectativas. Eu entrei no CEFET por necessidade.¹ Era aluno do curso de engenharia e era monitor, aí um professor que se demitiu me pediu para assumir a aula dele. Eu não tinha expectativa de ser professor, tanto que trabalhei na indústria por 28 anos, mas não deixei de ser professor. (ENTREVISTADO 1, 2014).

Na verdade, na minha vida foi assim, meio que encaminhado. Eu não tive muita escolha, não, de profissão! Mas sempre dei aula e sempre gostei e como apareceu oportunidade... (ENTREVISTADO 6, 2014).

Consideramos essas falas como compreensíveis devido à peculiaridade do curso de Engenharia de Automação Comercial de necessitar de engenheiros especialistas que, em parte, ingressaram na carreira docente por uma questão de oportunidade. Porém, o entrevistado 5 — professor licenciado — relatou não ter expectativa inicial com a docência em razão da falta de incentivo financeiro.

Como licenciado geralmente é de classe média baixa, uma pessoa de classe mais alta, salvo as exceções, não faz curso de licenciatura; e a expectativa de alguém que faz licenciatura, então, não é das melhores. A expectativa é dar aula em uma escola do estado. Se for comparar com os colegas que formaram comigo, eu não estou tão ruim. (ENTREVISTADO 5, 2014).

Em contrapartida, alguns entrevistados engenheiros já tinham mais expectativas, como evidencia a fala do entrevistado 4.

Então, antes, eu trabalhava em cursinho [pré-vestibular]. Eu não vou dizer que era uma profissão, pois não era remunerada, mas eu já conhecia o meio no qual eu iria me inserir e percebi que a gente aprende mais quando se está explicando para alguém. E, realmente, hoje em dia, a neurociência tem uma pirâmide de conhecimento que mostra isso lá. Ensinar te obriga a solidificar e a estruturar o que sabe para poder repassar o conhecimento. (ENTREVISTADO 4, 2014).

Ao analisar outros aspectos referentes à realização profissional e à insatisfação com o trabalho, o entrevistado 10 faz referência à falta de apoio para pesquisa no CEFET de Araxá.

¹ Visto que adotamos o *itálico* como forma tipográfica para diferenciar as transcrições de relatos orais das demais citações, nosso grifo em passagens de relato que vimos como merecedora de destaque usamos a forma tipográfica em redondo, ou seja, normal.

Olha, eu me senti mais reconhecido no trabalho, não foi nem na parte de ensino, foi no doutorado. É pesquisa! Porque o meu trabalho no doutorado foi experimental e teve uma resposta muito boa de aplicação do resultado. Isso foi muito bom para mim, me senti muito bem, tanto que dá uma sensação saudosista, me dá uma vontade de voltar. Aqui, você não vê esse reconhecimento tão voltado para resultado em sala de aula, conselho de classe no final do ano, saber quantos alunos classificaram ou reprovaram. Ninguém quer saber o quê e qual argumento e se esses alunos estão realmente aprendendo. (ENTREVISTADO 10, 2014).

Em contraposição, a satisfação da entrevistada 3 se encontra no aumento da sua produção intelectual relacionada com a publicação de textos em periódicos acadêmicos:

Vai melhorando com o tempo, principalmente quando você faz pesquisas e são aceitos em congressos. Tenho muitos alunos que já publicaram e vejo que estão em um caminho bom. (ENTREVISTADO 3, 2014).

Os entrevistados divergem quanto ao desenvolvimento de pesquisa na instituição. O entrevistado 10 necessita de recursos específicos para realizar suas atividades de pesquisa, enquanto a entrevistada 3 não tem esse desafio por considerar o aumento da publicação de textos de alunos um fator de progresso na instituição. Essas diferenças específicas sobre a necessidade de recursos materiais foram decisivas para a insatisfação do entrevistado 10 e a satisfação da entrevista 3. Enquanto um precisa de melhores condições para fazer pesquisas que necessitam de prazo maior, o outro se volta à produção científica. Entendemos que esses dois entrevistados se envolvem com a pesquisa e têm expectativas quanto aos resultados, porém com necessidades distintas entre eles. Constata-se ser necessária a elaboração de ações diversificadas para melhorar ou atenuar as condições adversas no trabalho. Também existem semelhanças entre esses dois docentes, em especial no reconhecimento do crescimento das dificuldades de aprendizagem dos alunos dada sua desmotivação em sala de aula. Aqui cabe considerar o que dizem Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p. 48), “[...] sou professor na medida da existência de alunos que só o são na medida da existência do professor”. Com efeito, visto que esses autores consideram o discente a razão de existência do docente, o ponto central para sua identidade na sociedade, então a frustração do aluno no processo de ensino e aprendizagem seria frustração, também, do professor.

Os profissionais mais novos e os licenciados participantes da pesquisa aqui descrita tiveram como motivação para seguir a carreira docente sua vocação antiga. Logo, sua expectativa inicial quando à área de ensino revelou, significativamente, perspectivas melhores quanto a lecionar no ensino superior. Os demais engenheiros, quando alunos, desejavam seguir a primeira profissão escolhida; a docência não foi planejada, e o desenvolvimento de

metodologias e habilidades para lecionar deu-se com o passar do tempo e com a prática deles. Preferem lecionar, muitas vezes, em laboratório ou com demonstrações práticas do conteúdo a ser trabalhado com base em resultados de uma graduação voltada ao setor industrial ou empresarial.

Quanto ao fator “sem expectativa profissional inicial ou acaso”, têm-se que os entrevistados 1, 7, 9 e 10 encontram-se na faixa de idade entre 50 e 60 anos, com formação na área da engenharia e com tempo de docência entre 18 e 35 anos. Têm funções administrativas — com exceção do entrevistado 1, que desenvolve atividades práticas em laboratório. Estão inseridos no mesmo contexto e revelaram uma crise no setor de emprego na área de engenharia após sua formação na área, como sugere a fala do entrevistado 10:

Muita mudança em relação a minha época. O mercado estava terrível. Me formei em 1987 e as vagas que existiam era com experiência de 5 anos, e as vagas que existiam eram para os grandes centros, São Paulo e Belo Horizonte, em vagas automobilísticas. A expectativa naquela época era ter um emprego para sobreviver. Foi uma das coisas que me levou para área de ensino. fui trabalhar na Bahia, na área de manutenção, e apareceu um CEFET, teve um concurso, e eu prestei, fiz por falta de opção. (ENTREVISTADO 10, 2014).

O contexto profissional negativo no início da carreira desses entrevistados foi fator decisivo para a opção profissional pela docência. Entrevistados mais novos, mesmo sem formação específica para a docência, relataram a frustração com a indústria como razão para iniciar a carreira docente:

Quando fiz estágio, fui para uma empresa, e ela não atingiu minhas expectativas. Lá tinha preconceito em relação a ser mulher, lá existia um pessoal que não gostaria de ser comandados por uma mulher. E é por isso que esta empresa só colocava mulheres em certas áreas, e em outras não. Por isso, fui fazer mestrado e estágio em docência e acabei gostando de dar aula. (ENTREVISTADA 2, 2014).

Eu tive uma experiência na indústria de um ano e não gostei, aí depois apareceu a oportunidade do mestrado, que gostei muito, e tive experiência com aula e gostei. Aí, prestei o concurso e passei. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Hoje em dia a gente trabalha em empresa e é muito cobrado. Quando a gente vai prestar serviço, a cobrança é muita. Existe outro lado ruim, como coisas ilegais que eu sou contra, por princípios éticos. E [isso] me deixava muito chateada nas empresas. No CEFET, isso não acontece. Aqui, eu consegui me identificar como docente e eu tenho interesse em continuar nessa área. (ENTREVISTADA 8, 2014).

Esses entrevistados pontuam as exigências excessivas no trabalho, a discriminação e a falta de ética no setor empresarial como fatores primordiais pela escolha da docência. Desiludidos com o emprego na indústria, apresentaram mais satisfação e expectativa profissional com a carreira docente, diferentemente dos entrevistados 1, 7, 9 e 10, que relataram não ter passado por experiências negativas no setor industrial. A idade, por repercutir no contexto histórico — portanto nas experiências de vida dos entrevistados —, influenciou suas satisfações e expectativas referentes à docência, e não apenas à escolha inicial pela carreira.

3.2.3 Trabalho docente e seus benefícios

A remuneração e os benefícios materiais são importantes para a satisfação docente. Mas, conforme Dejours (1993), o sentido e a expectativa no trabalho se vinculam, também, ao prazer de sua realização no ambiente laboral. Com efeito, esse tema na entrevista produziu, como resultado, um grande número de relatos estabelecendo os benefícios salariais como o maior fator motivacional entre esses profissionais do ensino, como se ele no quadro a seguir.

ENTREVISTADO	BENEFÍCIOS DA CARREIRA DOCENTE
1, 2, 5, 6, 7, 9, 10	Benefícios salariais
3, 4, 8, 10	Oportunidade de atualização no trabalho
4, 6	O reconhecimento dos alunos
3, 4, 8	A motivação relativa o aprendizado dos alunos
1, 4	Alunos trabalhando na área em que foram formados no CEFET
9	Prêmios como reconhecimento pelo trabalho
1	Orgulho por trabalhar em uma instituição prestigiada em Araxá
4	Qualidade de vida proporcionada pelo trabalho
2	Não precisar participar de decisões políticas na instituição

QUADRO 5. Benefícios no trabalho docente

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Em relação aos benefícios e reconhecimentos da profissão docente, o fator mais relatado foram os “benefícios salariais”. Quase todos os entrevistados o afirmaram, em frases como “O salário é um dos principais” (ENTREVISTADO 1, 2014); “Tem no nosso plano de carreira, auxílio-alimentação, auxílio-creche. Isso tudo contribui” (ENTREVISTADO 5, 2014); “O salário, a estabilidade e os auxílios que o governo fornece” (ENTREVISTADO 6, 2014). Ou seja, em frases curtas e com pouca expressividade de emoção. Alguns citaram benefícios que não os salariais; por exemplo: prêmios e medalhas de reconhecimento. Portanto, para a maioria dos entrevistados, a aprendizagem do aluno não foi o foco de

reconhecimento ou considerada um benefício no trabalho; foi a satisfação material. Percebe-se nesse requisito que o gênero e o tempo de trabalho na instituição são relevantes. As professoras 3 e 8 e o docente 4, mais novos, evidenciam sua satisfação em suas falas sobre essa categoria ao verificarem o aprendizado do aluno, a qualidade de vida e a atualização profissional, como o mostram os seguintes relatos:

Uma que é dinâmico, a outra é que você pega ali muita energia e coisa boa do local. Eu consigo filtrar e normalmente eu saio mais feliz da aula do que quando eu entrei. Aquele ambiente é muito benéfico. (ENTREVISTADA 3, 2014).

A qualidade de vida. Eu consigo ter um horário bacana, apesar de que eu levo provas para casa. Levar um pouco de coordenação, preparar eventos. Apesar de tudo isso, não é a mesma pressão que numa empresa. Por exemplo, alguém pode te ligar numa emergência, e você tem que atender na hora. Aqui, as férias são duas vezes por ano, e eu acho que na maioria das profissões públicas você tem mais qualidade de vida. (ENTREVISTADO 4, 2014).

São dois pontos que posso destacar: o primeiro é que eu não gosto de tempo ocioso, gosto de estar sempre procurando alguma coisa nova, e a minha profissão me dá essa oportunidade de nunca ficar parada, de sempre estar lendo um livro ou um artigo na internet. Esse é o ponto positivo. E o outro ponto de ensinar é de ver o aluno assimilar o que a gente diz, e isso me motiva muito. (ENTREVISTADA 8, 2014).

A sistematização do ensino e as formas avaliativas externas resultam na diminuição da autonomia docente sobre o conteúdo ministrado. Autores como Ramos (2006), Nascimento (2009) e Oliveira (2012) tratam da falta de autonomia na prática profissional docente como responsável pelo descontentamento dos profissionais. Nesse cenário, o valor monetário se tornaria um foco de motivação mais promissor que a relação com o sujeito-aluno. Antunes (2013) retrata as empresas no molde capitalista em suas exigências de organização, ritmo e precarização laboral. As requisições referentes à diminuição da evasão escolar e de formação em quantidade de alunos para o mercado, para cumprir as metas do PNE, elevam as cobranças sobre os docentes do setor público de ensino. Este passa a atuar como empresa ao funcionar sobre metas estipuladas.

Os professores que não relataram o fator referente aos benefícios salariais apresentam pouca idade em relação aos demais, ministram poucas disciplinas, mas com grande quantidade de horas-aulas. Esse fato deixa clara a preferência desses docentes por ministrar poucas disciplinas mesmo com o aumento na quantidade de aulas. A elaboração de aula, provas e trabalhos diminuíram nesse caso. Outro ponto relevante seria suas

especializações mediante um conteúdo a ser ministrado influenciando na melhoria didática e atualização das informações referente aos assuntos abordados em sala de aula. Consideramos que essa preferência é fruto de um sistema de ensino que prioriza aulas mais expositivas para suprir uma quantidade maior de alunos. Dessa forma, tendem a optar por atuar em um número menor de disciplinas com consequências positivas sobre a eficiência do tempo e permitindo melhorar o relacionamento com o aluno promovido pelo aumento de sua segurança relativo ao conteúdo ministrado em sala de aula.

Contudo, mesmo nesse sistema, tal resultado se mostra possível quando o docente se encontra motivado a pesquisar, atualizar e melhorar a didática do conteúdo dado em sala de aula, o que ocorre quando existe autonomia no trabalho e satisfação referente ao aprendizado do aluno.

3.2.4 Desafios na carreira docente

O manual de procedimentos para os serviços de saúde estabelecido pelo Ministério da Saúde em 2001, com base na CID-10, discute as doenças relacionadas com atividades inadequadas no trabalho e como podem ser agravadas de acordo com a suscetibilidade de um perfil de risco com predisposição a certas enfermidades, inclusive de âmbito físico ou mental. A segunda sessão deste estudo — sobre as doenças relativas ao trabalho docente — mostra a predominância dos desgastes mentais. Estudos como o de Lima e Lima-Filho (2009) em uma universidade pública sobre as condições laborais de 189 professores resultaram, dentre outros pontos, na constatação de que predominam queixas relativas ao cansaço mental, ao esquecimento e à frustração. Portanto, as atividades dos profissionais de ensino levariam o indivíduo a uma predisposição a sintomas patológico-mentais. Com efeito, ao questionarmos os professores sobre seus desafios profissionais, ouvimos queixas sobre as inadequações de suas atividades profissionais que elevam o cansaço mental (QUADRO 6).

ENTREVISTADO	DESAFIOS NA CARREIRA DOCENTE
2, 10	Indisciplina dos alunos
9	Atualizações constantes na área de engenharia
2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10	Falta de base conteudista dos alunos
6, 10	Falta de incentivo à pesquisa
4	Falta de vocação dos alunos para área formação
6	Excedente de trabalho administrativo na coordenação
1, 2 e 8	Falta de tempo para todas as atividades referentes ao ensino
4, 9 e 10	Ministrar várias disciplinas
9	Cansaço ao ministrar aula

QUADRO 6. Desafios no trabalho docente.

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Quanto aos desafios e desânimo no trabalho, a maioria dos entrevistados mencionou a defasagem de aprendizagem dos alunos no ensino fundamental e médio, como ficou mais evidente nas falas dos entrevistados 6 e 7.

A cada dia que se passa o pessoal está com mais dificuldades de aprender a matéria, principalmente o pessoal do ensino médio integrado — [em] que também dou aula —, que está vindo com uma bagagem muito ruim. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Desafios são geralmente na melhoria da qualidade do ensino. A gente já tem uma boa experiência e sabe que atualmente a qualidade de ensino anda desafiadora. (ENTREVISTADO 7, 2014).

Muitos entrevistados citaram as dificuldades de tentar ensinar um aluno com defasagem. Os professores 1 e 9 não relataram esse fator no decorrer da entrevista; suas queixas centrais foram

Dar conta do horário, dar conta de fazer tudo o que se tem para fazer dentro dos horários. Mas não consigo administrar muito bem. A gente administra dentro do tempo que tem. (ENTREVISTADO 1, 2014).

Disciplinas novas. Eu já lecionei várias outras disciplinas, como Desenho Básico, que não tinha nada a ver comigo. (ENTREVISTADO 9, 2014).

Essas queixas vinculam-se ao ritmo laboral e ao excedente de disciplinas ministradas. Ambos estão focados em conseguir cumprir satisfatoriamente os compromissos assumidos e não relataram, como os outros, as dificuldades discentes em relação ao conteúdo de aula ministrado. Porém, perceberem a evasão escolar no CEFET. Esse fato sugere que a demanda contribuiu para o foco de observação dos entrevistados menos voltado aos alunos. Esses docentes têm idade entre 50 e 60 anos e mais de 30 anos de serviço efetivo na instituição. Portanto, a experiência profissional contribuiu para o aumento de atividades dadas a esses entrevistados.

Não efetivas na instituição, as professoras 2 e 8 citaram a falta de tempo para todos os compromissos assumidos.

O tempo, que é sempre curto pra mim. Eu até comentei com minha mãe que tinha que ter 48 horas de dia só para ver se dava tempo... e olha que eu acho que não daria tempo. Meu neném, que também toma um tempo — e quando ele está em casa o tempo tem que ser só dele. Ainda tem o trabalho doméstico, que faço sozinha, porque moro sozinha. Venho para o CEFET dar aula e, ainda quando tem prova pra corrigir, tenho que levar pra casa o trabalho que não fica só aqui. (ENTREVISTADA 2, 2014).

Para mim é a falta de tempo, porque eu queria me dedicar mais e, às vezes, me doar mais porque eu poderia estar fazendo um mestrado, um doutorado e é tão corrido que não dá pra se dedicar tanto. (ENTREVISTADA 8, 2014).

O excesso de trabalho em casa é mais significativo para as mulheres devido aos compromissos da atividade doméstica a elas atribuídos, que repercutem sobre o tempo para atualização profissional. A satisfação de muitos entrevistados relativa à carreira docente veio pelo fato de poder renovar constantemente seus conhecimentos. Portanto, a frustração propiciada pela falta de dedicação à profissão seria mais uma fonte de desmotivação no trabalho. Outros professores, no decorrer da entrevista, reclamaram do tempo e das atividades docentes; porém, essas entrevistadas destacaram tais queixas várias vezes no decorrer da entrevista. As falas sobre os desafios docentes também estão direcionadas à aplicação de aulas em diversas disciplinas, como exemplifica a fala do entrevistado 4:

Se atualizar no mesmo ritmo da tecnologia é um desafio. Dominar várias áreas é outro desafio porque, a cada semestre, mudam as necessidades, mudam as disciplinas ofertadas. Por exemplo, Microprocessadores — que é a matéria que é a única que eu dou desde 2012 e nunca parou. O ano que vem o professor que estava de licença vai voltar e é ele que trabalha com essa disciplina; e eu vou ser forçado a ir para outra área. Meu curso é Engenharia Elétrica com ênfase em computação, e a parte elétrica eu vi só o básico e fiquei afastado por um bom tempo e acabei sendo especialista em computação. Quando eu vim para o CEFET. O meu primeiro desafio foi ter que revisar tudo de eletrônica. O curso vai modelando, agora vou ter que estudar um pouco de mecânica, porque automação você tem uma intersecção entre eletrônica, computação, mecânica. E então a gente acaba tendo uma noção de tudo. (ENTREVISTADO 4, 2014).

À medida que as tecnologias permanecem em mudanças, impõem-se exigências de que os profissionais desse campo se atualizem e cresçam. Conforme Filho (2008), capacidade de abstração e de discernimento, além de comportamentos favoráveis à cooperação e

confiança, deve estar atrelados aos métodos atuais de organização da produção. Hirata (2008) reflete sobre a necessidade da polivalência profissional mediante a rotação de tarefas na fábrica, seja na manutenção, no controle, na gestão ou na necessidade de o profissional intervir e propor soluções relativas a esse labor diário. Pacheco (2009) trata da qualificação profissional para a obtenção de conhecimentos teóricos técnicos exigidos pelo mercado de trabalho. Ser professor da área tecnológica nesse contexto se condiciona, portanto, à busca permanente por conhecimento.

Outros entrevistados trataram da substituição de professores em disciplinas com as quais não tinham afinidade; mas relataram com mais ênfase atividades decorrentes da profissão em sua quantidade e diversidade, como evidenciam estas falas:

Você ter que preparar aula que é uma atividade laboriosa, que cansa e depende muito de pesquisa do tema que você vai falar em sala de aula. Isso é uma atividade. Produtividade é preparar exercício, preparar prova, correção de exercício, correção de prova. Então, isso aí é pertinente ao cargo, é o que tem em geral qualquer professor, você faz no seu esquema. Mas cansa! (ENTREVISTADO 9, 2014).

Tenho muitas atividades de preparação de aula, também oriento no BIC Júnior² e PIBID; Sou orientador de pesquisa — não chega a ser uma pesquisa, é uma orientação para direcionar o aluno. É um trabalhozinho, não chega uma pesquisa no sentido literal. Você faz um trabalho. A minha orientada faz estágio, meio estágio meio BIC Júnior. Mais também faço atividade em sala de aula, mais o que toma tempo é a preparação de aula e depois a orientação de estagiários do BIC Júnior. (ENTREVISTADO 10, 2014).

Existe um excedente de trabalho mental vinculado às atualizações desses docentes em atendimento às novas disciplinas e à elaboração de aulas. Outro fator evidenciado é a falta de professores de engenharia na instituição — reflexo provável da política de restrição de gastos públicos junto aos programas de extensão universitária.

O art. 84, inciso VI “a”, da Constituição de 1988 trata dos poderes para o estabelecimento de decretos pelo presidente quando não afetarem a “[...] organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos” (BRASIL, 1988). Assim foi elaborado o decreto que originou a lei 10.172 do Plano Nacional de Educação (PNE) ao qual pertence o Programa a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), com o

² A bolsa de iniciação científica e tecnologia nacional (BIC-Júnior) tem por objetivo contribuir para iniciação de estudantes em atividades de pesquisa. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem por objetivo apoiar a formação de estudantes dos cursos de licenciatura.

compromisso de não aumentar as despesas públicas. Dessa forma, resta intensificar o uso do que existe na instituição em recursos humanos e estruturais para promover a expansão universitária. Os reflexos dessa política são percebidos por esses professores em relação a seu ritmo de trabalho definido por normas externas e adequações necessárias ao seu cumprimento. Contudo, evidenciamos aqui as diferentes formas de enfrentamento dessas questões, nas particularidades de cada profissional e no seu papel na instituição.

3.2.5 Percepções docentes sobre as mudanças na educação

Em seus relatos, os entrevistados mostraram perceber seu papel na sociedade. Algumas falas se referiram ao sentimento de um dever social em relação à educação do aluno; outras eram mais voltadas à formação profissional. Quanto à categoria “percepções docentes sobre as mudanças na educação”, o Quadro 7 mostra os problemas relatados com maior frequência.

ENTREVISTADO	PERCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
1	Importância social do professor
3, 5, 6, e 8	Formação social do aluno
4, 7 e 9	Formação do aluno para o trabalho
10	O professor como aplicador de aulas
2, 3, 4, 5, 6 e 8	Desmotivação dos alunos
2, 5 e 9	Distração do aluno devido às redes sociais
2 e 10	Menos alunos formados por ano
4 e 10	Piora nos ensinamentos fundamental e médio
3	Aumento na publicação de artigos
4	Velocidade nas atualizações tecnológicas
8	Carência de professores na instituição

QUADRO 7. Percepções sobre o papel do professor na educação

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Em geral, a importância do professor foi muito abordada pelos entrevistados quanto às mudanças ocorridas no ensino. A maioria se reportou à sua época inicial de formação e se referiu à queda na qualidade dos ensinamentos médio e fundamental. Também relatou que grande parte dos alunos entra no CEFET não por vocação, mas pela empregabilidade, falta de opção e exigência da família, como evidenciam estas falas:

Aqui em Araxá eles fazem o curso por falta de opção. Eles têm poucas universidades públicas que possam oferecer uma grande gama de áreas. Mas vejo ali que têm muitos alunos que não têm nada a ver com engenharia, principalmente as mulheres. Mulheres não têm muito perfil de engenheira. E eu consigo olhar e ver que não vai dar certo essa menina na engenharia e

tenho esta convicção plena e espero não acertar. Mas geralmente, pela experiência, a gente acerta. Mas acho que é muita falta de opção mesmo. Se tivesse curso em outras áreas, eles talvez iriam para outras áreas [...]. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Eu já vi vários casos assim, que o aluno não quer nem ver a parte matemática. Depois que saem do curso técnico, eles escolhem outras áreas. Alguns alunos gostam tanto dessa área que partem para o curso superior porque eles escolheram; e outros, na grande maioria, não vejo essa escolha. Mesmo porque — eu nem sei se eles sabem —, a escola tenta também trazer os alunos aqui para conhecer os cursos e ver mais ou menos qual é a área de interesse. Mas na maioria das vezes os pais querem que eles façam o ensino médio aqui no CEFET. O outro público é o da engenharia de automação, que é da nossa área. A maioria vem e sabe o que quer, mas alguns alunos ainda vêm desmotivados, como, por exemplo, os alunos da indústria que vêm para o período noturno e já trabalham na área e sabem que o curso é importante pro serviço. Eles vêm e fazem e, por mais dificuldades que eles encontrarem no curso, eles não desistem. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Poucos alunos terminam formando nos últimos anos. Mas, pelo menos tiveram na cabeça que é aquilo que eles gostam. É a vida futura deles, financeira também. Financeira é consequência. Claro que eles não vão ficar parados no tempo, eles vão se especializar. (ENTREVISTADO 7, 2014).

Os professores sentem as dificuldades dos alunos em relação ao conteúdo das disciplinas ministradas e de manter a motivação deles durante o curso. Dessa forma, se esforçam não apenas para melhorar a metodologia ou atenuar a defasagem dos discentes, mas também para incentivá-los a permanecer no curso.

Sobre a falta de opções de cursos em outras áreas além das tecnológicas, conforme Antunes (2011), nos países em que não é comum a mecanização de sua produção industrial e a regulamentação trabalhista é fragilizada, os resultados são a ineficácia da sindicalização e a necessidade do desenvolvimento econômico. Isso gera a existência de grande pressão sobre o governo para atrair grandes empresas mediante o estabelecimento de condições favoráveis para sua permanência. Um dos intuitos de um país em manter a empresa locada em seu território é o temor do aumento do desemprego. Dessa forma, os focos de investimentos ficam vinculados às áreas do ensino de maior perspectiva de empregabilidade. Destacamos, também, o incentivo aos discentes para permanecerem nos cursos tecnológicos pelo governo através do assistencialismo estudantil com o objetivo de cumprir as diretrizes do segundo artigo do decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, direcionado ao combate à evasão escolar dado nessas unidades de ensino tecnológico.

Os CEFETs fornecem auxílios como bolsas, contratação de alunos para estágio e projetos remunerados. Porém, mesmo com esses benefícios, os professores, em sua maioria,

relataram perceber ainda a grande evasão de alunos por não assimilarem ou não se interessarem pelo conteúdo ministrado. Existe muita expectativa de mudança no CEFET de Araxá referente à melhoria desse cenário. Isso leva alguns docentes a ter uma visão sobre sua necessidade na sociedade em relação ao aprendizado dos alunos, expressadas com maior ênfase nas falas dos entrevistados 3, 5, 6 e 8.

Ser um bom professor para o aluno muda muito o futuro dele. Os professores que eu tive foram muito bons e eu tenho até hoje e guardo perfeitamente as aulas e tudo o que eles me auxiliaram. Então, eu acho que o professor forma também a pessoa, e além do mais eu olho uma turma e vejo que cada pessoa é um mundo e não consigo olhar uma turma como uma coisa... é uma pessoa, é um aluno, e não uma coisa. Às vezes, a gente leva umas respostas atravessadas, mas a gente tem que relevar porque a gente não sabe o que a pessoa está passando. Eu penso assim: que é muito delicado ser professor no sentido que você está lidando com pessoas que têm problemas, que têm angústias, que têm tristezas e que têm alegrias. É muita responsabilidade ser professor. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Bom, acho que a educação necessita muito do professor; ainda, a educação a distância, esse modelo ainda não funciona, não! O professor tem uma importância muito grande na formação mesmo do aluno, tanto como científica quanto social. Esses adolescentes não têm uma formação social em casa, a maioria você tem que dar a formação científica e social na escola. (ENTREVISTADO 5, 2014).

A formação do cidadão tem muito a ver. A gente tem que formar pessoas tanto no aspecto cidadão e no aspecto técnico da vida. A gente tem um papel muito importante nessa formação. (ENTREVISTADO 6).

Eu acho que o professor tem uma grande responsabilidade em relação à educação; e educar é muito mais que simplesmente ensinar, é extrair o que a pessoa tem de melhor. Isso é difícil para o professor, você tirar isso de uma turma heterogênea com vários alunos, cada um com um jeitinho, o professor tem que conseguir captar isso; e não — como o pessoal diz — de nivelar por baixo, ou, às vezes, nivelar por cima senão você prejudica outros. Então eu acho não seja isso de nivelar. A gente tem que tentar buscar essas oportunidades e ver o que cada um tem de melhor. (ENTREVISTADA 8, 2014).

Os professores acabam por perceber que passaram a ter não apenas preocupações relativas à defasagem conteudista do aluno, mas também responsabilidades referentes a sua formação social; o que de certa forma o sobrecarrega. Todos os docentes relataram sentir essa responsabilidade em algum momento da entrevista, mas alguns deram mais ênfase a esse ponto do que outros. Muitas respostas às questões relativas aos desafios e desânimos na profissão docente foram comuns a todos os professores. Existe, por exemplo, um sentimento de impotência dos docentes quando o problema é considerado por eles de âmbito nacional,

como a defasagem dos ensinamentos fundamental e médio, bem como a distração provocada pelo uso excessivo da internet. Os entrevistados reconhecem ainda o desinteresse de parte dos alunos que optou pelo curso de engenharia por falta de outras opções no município.

Conforme Filho (2008), Hirata (2008) e Pacheco (2009), existe uma cobrança maior sobre as capacidades desenvolvidas pelos profissionais da área tecnológica. Antunes (2011) explica que o contexto econômico e o aumento da disponibilidade de vagas nos setores tecnológicos afetam o direcionamento dos investimentos no ensino. E, de acordo com Codo, Sampaio e Hitomi (1993), o aluno é tanto a razão da existência do professor quanto o ponto central para sua identidade na sociedade. Portanto, neste estudo percebemos alguns efeitos do contexto social e político sobre os docentes que sentem os problemas dos educandos em sua pressão de investir em profissões apenas observando o mercado de trabalho. Mesmo com a assistência financeira dada ao estudante e destinada a combater a evasão escolar, muitos discentes continuam a desistir de terminar a sua formação na instituição.

Nesse processo, os professores se tornam sobrecarregados ao tentar se manterem atualizados em relação às inovações tecnológicas, a melhorar cada vez mais a metodologia com vistas a atender os alunos com defasagem educacional e a incentivá-los a continuar no curso diante dos obstáculos. Esses docentes precisam, portanto, ter motivação interna para o trabalho, que, conforme Chiavenato (1999), é relativa ao estímulo interno como a expectativa profissional.

Porém, em relação às expectativas profissionais e às motivações que levaram os participantes da pesquisa aqui descrita a optar pela docência, constatamos que no início de seu curso de engenharia não pretendiam ser professores. A maioria dos que passaram pela indústria relatou o processo de identificação com a carreira docente. Iniciaram-se na profissão por motivos financeiros e perceberam sua vocação no decorrer da prática. Entendemos que as expectativas e a satisfação com a finalidade do trabalho por grande parte dos engenheiros que optaram pela docência foram, ao menos a princípio, influenciadas pelo contexto socioeconômico de suas épocas. Mas, como querem Codo, Sampaio e Hitomi (1993), o trabalho quando se resume apenas ao seu valor de troca para suprir as necessidades humanas básicas, pode apresentar a perda de seu sentido com consequências sobre a diminuição das expectativas profissionais.

Constatamos, portanto, que os professores mais antigos na instituição e com experiência na indústria em geral gostam de ministrar atividades práticas em campo e que os demais tendem a gostar de atividades em sala de aula. Outros docentes entenderam o fator de atualizações constantes como desafio positivo por gostar mais da área de pesquisa. Por outro

lado, observamos docentes que entendem as constantes mudanças e atualizações no ensino como fator de desgaste mental. Percebemos, também, que idade, tempo de instituição, gênero, formação e experiência inicial influenciaram, significativamente, nas respostas mediante as categorias analisadas, sugerindo que a distribuição das funções deveria ocorrer segundo o perfil e as predisposições dos docentes. Alguns participantes da pesquisa foram mais objetivos nas respostas, enquanto os entrevistados mais novos detalharam os motivos de suas insatisfações, demonstrando ser mais afetados pelos problemas relativos às categorias abordadas neste estudo.

Concluimos que a satisfação e a relação com a finalidade do trabalho, assim como a empolgação em relação às mudanças no ambiente, diminuem com a idade. Os homens tiveram a tendência a se mostrarem mais indiferentes em comparação às mulheres sobre os relacionamentos com seus alunos, porém os mais novos mostraram-se mais envolvidos nessas relações. As ações voltadas às melhorias nas condições laborais precisam, portanto, dirigirem-se com mais proeminência aos professores à medida que vão adquirindo tempo de instituição, de forma a obter maneiras de incentivar sua participação nas mudanças institucionais e no fortalecimento dos relacionamentos no trabalho. Observamos, ainda, que muitos formados em engenharia não tiveram preparação ou planos de entrar na docência, daí que existe a necessidade de acompanhamento inicial nesse novo ramo profissional. Alguns entrevistados sentiram mais as mudanças em seu ambiente profissional.

Vários problemas são relatados de forma unânime por todos. Destacamos como principal o sofrimento com as políticas atuais de ensino, que não conseguem levar os alunos com o preparo devido para os ensinos superior e técnico. Como consequência da defasagem dos alunos, está o aumento do esforço dos docentes de ministrar um conteúdo compreensível em um prazo pré-estipulado. Destacamos, contudo, que as ações para as melhorias nas condições laborais poderão trazer resultados diferentes a cada profissional ante sua individualidade.

3.3 Condições de trabalho e preservação da saúde na lógica dos professores

Nesta subseção, a análise do material obtido por meio das entrevistas tem como objetivo discutir a percepção dos entrevistados em relação a sua condição de trabalho considerando os estudos anteriores dos aspectos de satisfação e expectativa profissionais. A análise foi direcionada à possibilidade de obtenção de sugestões que resultem em ações para melhorias nas condições laborais em atendimento às peculiaridades dos docentes com

vistas à preservação de sua saúde. Ao tentarmos entender os professores em relação a sua prática profissional, deparamo-nos com particularidades intrínsecas à sua satisfação e expectativa influenciadas por seu perfil, constituído por idade, gênero, preferências por atividades específicas e histórias de vida. Essas peculiaridades interferem na superação dos obstáculos trabalhistas, com repercussões sobre suas necessidades individuais. Alguns problemas relacionados com as condições de trabalho são constatados por todos os docentes; em sua maior parte, referem-se às carências materiais e à desmotivação do alunado.

3.3.1 Inovações tecnológicas voltadas para o ensino

Sobre as inovações tecnológicas voltadas ao ensino, os relatos dos professores permitiram algumas constatações. Os materiais pedagógicos fornecidos pela instituição não são objeto de reclamações sobre a sua eficiência ou qualidade; reclamam é da falta de capacitação para seu uso adequado. As especificidades dos conteúdos pertinentes à área tecnológica exigem instrumentos pedagógicos diferenciados que podem facilitar o desenvolvimento das aulas expositivas de forma a atender a uma quantidade maior de alunos em consideração às metas do PNE. A existência de recursos tecnológicos não garante a qualidade das aulas; esta depende do conhecimento do professor. Porém, os recursos tecnológicos, muitas vezes, são voltados não só para as melhorias da exposição das aulas, como ainda para diminuir os desgastes físicos dos professores com o uso da voz e o contato com o giz. Dessa forma, precisam ser disponibilizados, cabendo ao docente utilizá-los ou não segundo seus objetivos, suas necessidades e seu contexto de atuação. Sobre isso, a análise do material evidenciou resultados descritos no quadro a seguir.

ENTREVISTADO	TECNOLOGIAS E FORMAS DE USO
4, 6, 10	Uso de programas mais complexos para a explicação do conteúdo em sala de aula
3, 4, 5	Uso extraclasse de instrumentos tecnológicos mais complexos
1, 2, 3, 4, 7, 8, 9	Poucas novidades pedagógicas para ministrar aulas
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	Ausência de cursos referentes a equipamentos pedagógicos adquiridos recentemente na instituição
1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10	Apenas uso do computador com o programa Office e do <i>datashow</i>
1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10	Maior uso do giz e o quadro para exposição da matéria
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A informatização dos diários de nota “qualidata” como forma de facilitar o trabalho docente

QUADRO 8. Tecnologias e formas de uso

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Os entrevistados 4 e 6 percebem a necessidade da tecnologia em seu cotidiano, conforme evidenciado em seus relatos:

Eventualmente, eu levo algumas placas de circuito impresso e mostro como é o equipamento montado no circuito. Mostro como programar. Hoje em dia, na eletrônica, você não consegue fazer coisas sem ter um computador que dá inteligência ao circuito que você está desenvolvendo. (ENTREVISTADO 4, 2014).

A gente tem que ter software para fazer a programação de controladores e simular o que vou ensinar para os alunos, o que eles precisam saber para programar não tem como fazer no quadro e então tem que passar no projetor e em um programa. Aí roda no software para os alunos poderem entender. Às vezes, depois de um certo tempo, eu levo eles para o laboratório, para eles poderem realizar as atividades lá nos computadores do laboratório de informática. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Esses dois professores relataram a necessidade de tecnologias de ensino para a realização de suas funções e expuseram, também, a falta de lembranças sobre cursos ou até palestras a respeito dessas tecnologias de ensino. Esses docentes buscam por sua própria qualificação e atualização profissional se dedicando a estudos para acompanhar as novidades tecnológicas pertinentes. Outro fator marcante relativo à busca por essa qualificação solitária é a expectativa profissional que se encontra mais alta entre os professores mais novos. Muitos docentes sentem as exigências atuais em seu trabalho referentes à atualização de seus conhecimentos, visto que as metas impostas pelo REUNI — relativas à abrangência do ensino superior (vide a primeira seção desta dissertação) — são direcionadas às inovações tecnológicas para uma metodologia de ensino mais expositiva nas aulas.

A expansão universitária e seus reflexos sobre o aumento do número de alunos na rede pública de ensino levou a um aumento do investimento governamental sobre tecnologias didáticas. Os objetivos desses investimentos são, em parte, justificados pelas melhorias na exposição dos conteúdos em sala de aula e pelas possibilidades de preservar fisicamente o professor na realização do seu trabalho.

Porém, a falta de cursos que promovam esse conhecimento pode resultar em um agravante para a ansiedade por conta da adaptação sem auxílio a esses novos instrumentos voltados para o ensino. Existe já, portanto, entre os entrevistados 1, 3, 4 e 9, a preocupação com as aulas expositivas. O entrevistado 1 se mostra empolgado sobre a possibilidade de aumentar a eficiência das aulas de laboratório:

Eu agora dou aula no quadro, mas no laboratório eu uso equipamentos. Mas, futuramente vai ser no retroprojetor, que é bem melhor. Terei que

passar tudo que passo no quadro para digital. Para poder chegar lá, terei que dedicar mais às preparações das aulas, o que leva tempo para fazer. Com isso, as aulas ficarão mais rápidas. (ENTREVISTADO 1, 2014).

As expectativas do entrevistado 1 quanto às tecnologias didáticas voltadas para as aulas expositivas podem evidenciar dificuldades de atender ao quantitativo de discentes nas aulas empíricas. Em contraposição, os professores 4, 3 e 9, que fizeram uso de equipamentos voltados a facilitar a exposição das aulas ainda preferem a lousa e o giz.

Eu não uso nada, só o giz e quadro. Particularmente, matemática tem que ser assim, porque acho que na matemática ficar passando em datashow não ajuda muito. Mas, se pegar uma geometria especial, pode ajudar. Mas sou bem tradicional ainda. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Olha, eu só uso o clássico: o quadro, o giz e, dependendo da matéria, o projetor. Quando se tem muitas contas, eu prefiro o quadro; e quando se tem muita figura, diagramas esquemáticos, eu prefiro o projetor. Fora isso não. (ENTREVISTADA 4, 2014).

Esse [software] Power Point e essa lousa nova que apareceu aqui no CEFET e a gente não tem muita prática com ela, eu estou começando a ver isso e acredito que vai auxiliar bastante. Tudo em prol do ensino. Eu acho válido demais, e a tecnologia é boa demais e vem auxiliar. Mas ainda penso na parte de demonstração de quem lida com essa matéria de ciência exata, como é o meu caso, matemática, resistência de materiais, estruturas, planejamento, orçamento de produtos, tudo que envolve cálculos. Não tem como pegar isso e ficar mostrando isso lá na tela. O aluno quer saber como chegou naquilo, senão ele não vai aprender e não aprende mesmo! (ENTREVISTADO 9, 2014).

Esses profissionais percebem a necessidade de um instrumento didático mais flexível durante as explicações referentes aos conteúdos com a presença de cálculos. Por essa razão, em meio a vários docentes da área de exatas existe a preferência pelo quadro e pelo giz. Eles relataram ter mais facilidade de demonstrar esses conteúdos por meio dos instrumentos de trabalho tradicionais ante o *datashow*. Portanto, em se tratando de demonstrações em que a necessidade de cálculo está presente, algumas tecnologias voltadas ao ensino ainda não satisfazem os professores plenamente. Sobre o material pedagógico fornecido pela instituição, não há reclamação quanto a sua eficiência ou qualidade; a reclamação incide na falta de capacitação para usar adequadamente o equipamento. Esses avanços tecnológicos refletem-se na evolução dos objetos destinados ao ensino em atendimento às cobranças de ampliação da capacidade expositiva nas aulas em virtude de uma democratização do ensino com redução de custos. É observado no CEFET de Araxá o investimento do governo em instrumentos que aumentam tal potencial expositivo. Lousas digitais resultariam não apenas na diminuição do

esforço físico e exposição a substâncias nocivas, mas também em aumento de produtividade. Em última instância, podemos ressaltar a importância desses equipamentos como fator de contribuição para preservar a saúde. Por meio deles, o professor pode se expor menos ao desgaste da voz e aos movimentos repetitivos no decorrer das aulas.

3.3.2 Condições estruturais de trabalho

Aqui, são discutidas questões sobre as condições da prática docente quanto à organização do trabalho, a disponibilidade de material pedagógico, o uso da biblioteca e a estrutura física da instituição. As questões analisadas evidenciaram os resultados a seguir.

ENTREVISTADOS	ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA AS NECESSIDADES DOCENTES
3, 4, 5, 7, 10	Grande quantidade de aulas em um único dia
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	Material pedagógico básico suficiente para as atividades docentes
1, 2, 3, 5, 6, 7, 8	Bom atendimento na biblioteca
2, 6, 8, 9	Exaustão pela realização de várias atividades diferentes
2, 3, 4, 5, 8, 9, 10	Falta de ventiladores e de cortinas, barulho durante as aulas
1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9	Existência de ambiente tranquilo para correção e elaboração de provas

QUADRO 9. Atendimento às necessidades docentes quanto à estrutura institucional

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Ao se tratar das condições da prática docente em sala de aula, a falta de cortinas e o barulho dos ventiladores e do pessoal da limpeza, por exemplo, repercutiram negativamente sobre a satisfação dos professores. Os atuantes no período noturno apenas não se queixaram de calor e barulho — como podemos verificar neste relato do entrevistado 1: “Não, nunca senti problemas relacionados ao calor, espaço e ventilação em sala de aula!”.

Em contraposição, os entrevistados 2, 3, 4, 8, 9 e 10, atuantes no período diurno, sentiram esses problemas como podemos notar em suas falas:

Depende da sala. Tem sala que o ventilador é muito barulhento, aí eu acabo forçando um pouco a voz; e inclusive os alunos fizeram reclamação por escrito, mas não tenho conhecimento se hoje foi resolvido, porque eu não estou dando aulas na mesma sala. (ENTREVISTADA 2, 2014).

Às vezes tem ventiladores barulhentos, lâmpadas queimadas e tem alguns problemas na estrutura. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Cortina. Tem algumas matérias que não tem como ficar a aula inteira só no quadro, como, por exemplo, programação. Você digita tantas linhas para explicar, que se fosse no quadro a eficiência iria ficar muito limitada. Desenhar circuitos grandes também é muito complicado. Desenhar no quadro. Aí eu preciso do projetor, só que algumas salas não têm cortinas ou estão rasgadas. (ENTREVISTADO 4, 2014).

A luz do sol da manhã. Tem algumas turmas que as cortinas não são boas. Ruído quando eles estão podando grama. Limpeza também. Sábado, por exemplo, o pessoal aproveitou para podar a grama, e os meninos estavam fazendo prova e eu fiquei com pena dos meninos. (ENTREVISTADA 8, 2014).

À tarde, quando você vai dá aula, você pega o sol de frente. Dependendo do horário, com a sala cheia, nem o ventilador dá conta. As salas deveriam ser mais bem dimensionadas para o conforto do aluno e professor. Se o governo viesse a dar chance para isso, em melhorar o conforto das salas com ar-condicionado, eu acho que é viável sim! (ENTREVISTADO 9, 2014).

Instalaram o ventilador em sala de aula, e aí você tem que tomar a decisão: ou você deixa o ventilador zunindo e a molecada aproveita e conversa, e vira aquela mistura, ou você diz para eles calarem a boca, ou vai ficar todo mundo com calor. Tem que escolher. (ENTREVISTADO 10, 2014).

Em relação a essas condições de trabalho em sala de aula, existem reivindicações antigas na instituição de ensino. Na busca de respostas no setor administrativo da instituição, encontramos relatos de entraves burocráticos para realizar a compra de materiais diversos, como cortinas e bons ventiladores. Dessa forma, a aquisição de itens dessa natureza leva tempo para acontecer ou se perde em meio às dificuldades burocráticas.

Com efeito, segundo Matos (1994), existem várias dificuldades relativas à burocracia e à fragmentação das atividades no serviço público. Destacamos, sobre as universidades públicas, a participação não apenas de técnicos em tarefas administrativas burocráticas, mas também de professores com essas funções. Docentes com atividades administrativas reclamam da presença de prazos curtos para entregas os serviços a eles solicitados, como retrata o entrevistado 6.

Me cansa quando tem alguma data para ser cumprida, geralmente na parte administrativa, como a gente recebe ordens e então chegam para mim e falam que precisava fazer um levantamento para o censo de não sei das quantas para amanhã. Isso sobrecarrega, e às vezes tenho que ir até mais tarde para dar conta; ou, então, a época de preparar o projeto antes do prazo, muitas vezes, a gente abre um projeto e, aí então, a gente tem até semana que vem para correr atrás do projeto e dar conta das atividades administrativas. Mas o projeto para poder aprovar e nesse momento é tenso. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Esse docente relatou a redução do número de horas-aula ministradas e sua identificação com atividades administrativas por ele realizadas. Mas deixou clara a necessidade de ajuda para o cumprimento de suas atribuições.

Com efeito, o acúmulo de função é presente na carreira docente no CEFET de Araxá: atividades de coordenação e gestão são comumente entregues aos docentes; porém, como atenuante, existem o pagamento por essas atividades e a diminuição de horas-aula realizadas pelos professores. Como proposta do REUNI em acordo com o decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, a ampliação do ensino superior público deve ocorrer sem aumento de gastos. Para que isso aconteça, a melhor estratégia se encontraria no melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos nas universidades. Portanto, o melhor aproveitamento dos recursos humanos na instituição sem acréscimos de custos governamentais só poderia ocorrer com a intensificação da prática docente profissional. Outro fator observado como causa de insatisfação se relaciona com a perda de espaço físico para a correção de provas e elaboração de trabalhos, os quais passam a ocorrer com mais exclusividade em seus lares. As falas dos entrevistados 5 e 10 evidenciam a necessidade, em alguns casos, de local específico para tais atividades pedagógicas dentro da instituição de ensino.

Eu corrijo aqui e também em casa. O barulho não me incomoda muito, não! Quando eu estou focado, pode cair um prédio que eu não me incomodo. Em casa tenho dois filhos e fazem muito barulho também. (ENTREVISTADO 5, 2014).

Em casa é mais difícil. Eu tenho criança pequena e, às vezes, você tem que corrigir prova e tem que dar atenção a ela. E na escola você está corrigindo prova, e a pessoa chega, e vem conversar com você. Eu gosto de corrigir assim: pegar uma questão e corrigir todas aquelas questões sem ser interrompido para não atrapalhar o quadro de avaliação. Mas às vezes não é possível. Às vezes, eu levanto de madrugada para ver se consigo adiantar alguma coisa. (ENTREVISTADO 10, 2014).

As políticas de expansão educacional determinam metas para o aumento no número de vagas de forma gradual nas unidades descentralizadas do CEFET–MG. Dessa forma, a preparação para o atendimento desses novos alunos nem sempre dispõe de tempo suficiente para adequações estruturais do espaço físico sem repercutir sobre o espaço destinado às atividades dos servidores da instituição. Em relação às queixas de acúmulo de aula no mesmo dia, foram retratadas na fala dos entrevistados 3, 4, 5 e 7:

Lembro. Foi quando eu dava dez aulas numa quarta-feira e era uma quantidade muito excessiva de aulas. Com isso comecei a comer errado e saía daqui muito estressada. Mas foi um semestre que eu estava com muitas disciplinas e era muito concentrado e então aquele semestre foi muito marcante. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Este ano eu estou trabalhando com alunos do segundo ano de Eletrônica, e a disciplina é Informática Básica e Aplicada. Então é uma disciplina que não costuma reprovar, nem tem esse objetivo de ser difícil, que é dar uma base das ferramentas que eles vão precisar no decorrer do curso. Então a maioria tem essa ideia de que já passou. Então essa turma conversa muito, e eu acabo falando mais alto, e chama mais atenção. Quinta-feira eu dou aula para eles quatro horários. Então se divide a turma e depois à noite mais quatro horários, somando oito horas seguidas. E, aí, no final do dia eu estou sem voz e com dor de cabeça. (ENTREVISTADO 4, 2014).

Dentro dessa unidade de Araxá, quando eu cheguei, foi um pouco complicado: pegar 28 horas-aula. Quando eu cheguei aqui — porque estava faltando professor — [...]. Teve dias em que eu vinha três dias seguidos: manhã, tarde e noite. (ENTREVISTADO 5, 2014).

Naturalmente, quanto tem muitas aulas no mesmo dia, aulas teóricas. (ENTREVISTADO 7, 2014).

Mostra-se, também, nos relatos o compartilhamento do conhecimento sobre essas adversidades relativas às condições da docência em sala de aula com os setores responsáveis pela gestão institucional. Contudo, ante problemas administrativos da reposição de professores e a necessidade do máximo aproveitamento do espaço físico, pouco se consegue fazer para resolver de vez essas questões. Ainda assim, observamos a presença de materiais de ensino que chegam em quantidade ao CEFET de Araxá, a exemplo de canetas, lápis e *datashow* montado em definitivo em algumas salas de aula, o que foi alvo de elogios de muitos entrevistados.

Existem várias queixas relativas às condições estruturais indicadas de maneiras diversificadas por esses professores em acordo com suas expectativas e seu perfil. Mas, em relação a essas condições de trabalho, a maioria dos docentes concorda sobre várias adversidades enfrentadas em seu cotidiano, como a falta de ventiladores e cortinas, o excesso de barulho e o acúmulo de aulas em um mesmo dia.

3.3.3 Participação docente nas decisões políticas e pedagógicas

A maioria dos entrevistados tem participado do processo eleitoral para a direção do CEFET de Araxá. Os professores têm liberdade para a escolha de livros e estratégias de ensino, mas somente os efetivos podem participar de eleições e ocupar cargos de chefia. Isso demonstra diferenças de direitos ligadas aos vínculos trabalhistas na instituição. Não houve, também, menção dos docentes contratados a algum tipo de participação nas decisões administrativas, mesmo em forma de sugestões, como se evidencia no relato de entrevistadas que são contratadas no tocante à participação na política da instituição: “Não participo, sou contratada e não posso participar” (ENTREVISTADA 2, 2014); “Não! Pra gente que é

substituto, não temos esses acessos. (ENTREVISTADA 8, 2014)”. As diferenças de direitos entre os contratados e os efetivos evidenciam uma divisão de classes dentro da instituição; e ainda que haja relacionamento amistoso entre os docentes, a segurança no trabalho se reflete sobre suas expectativas profissionais. As questões estudadas mostram alguns resultados, relacionados no quadro a seguir.

ENTREVISTADOS	PARTICIPAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA INSTITUCIONAL
3, 5, 6	Professores com funções administrativas são mais atuantes na política da instituição
1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10	Existência de liberdade para a escolha dos livros didáticos
1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10	Participação nas eleições para diretor
3, 5, 6,	Docentes com funções administrativas entendem a burocracia da instituição
2, 8	Professores que não participam da política institucional
1, 2, 4	Docentes que não sentiram a burocracia institucional

QUADRO 10. Participação política dos professores

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Entre os efetivos, os que exercem funções gratificadas são mais atuantes na política e decisões da instituição por participarem do processo de compra de materiais. Afirmaram encontrar dificuldades devido à rigidez e demora dos processos licitatórios. Por essa razão, reivindicam recursos que lhes deem mais conhecimento sobre a política nessa unidade de ensino. Mostramos a seguir falas de mais expressividade como as dos entrevistados 5 e 6 quanto a sua participação política e em atividades administrativas com o conhecimento das burocracias institucionais a fim de comprar manterias para o CEFET de Araxá.

Lembro da outra unidade, fui membro da coordenação. Aqui, agora, é muito recente para mim, mas fiz parte da comissão eleitoral e do colegiado. (ENTREVISTADO 5, 2014).

Os problemas conhecidos das licitações são os conhecidos pregões, em que você solicita uma coisa e acaba não vindo o que você quer. Mas é por falta de especificar melhor, e a gente acaba errando, e quando você quer corrigir, não pode mais, porque uma vez que a empresa ganhou o orçamento e aí aparece uma empresa, ofereceu mais barato e não é a mesma qualidade. Às vezes, se tivesse especificado melhor, aquela empresa não tinha ganhado. Só que uma vez que ela ganha, não tem jeito mais. (ENTREVISTADO 5, 2014).

Participo bastante. Nós estamos fazendo a reestruturação do curso e estamos numa correria muito grande para melhorar o curso e atender às regras. Eu tenho que ser bastante ativo porque é minha obrigação. A reestruturação da engenharia está em minhas mãos. (ENTREVISTADO 6, 2014).

O serviço público é muito burocrático, e isso deixa a gente muito irritado. E alguns processos até somem. Você manda a documentação, você sofre fazendo documentação, e aí tem que fazer tudo de novo. Além de ser

demorado, atrasa e atrapalha processos, principalmente de compras. A gente tem processos de compras que demoram de dois e até três anos para aparecer. A gente tem um agora que está completando dois anos e meio. Então, a gente perde muito tempo. As compras são processos demorados e muito irritantes. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Em contrapartida, outros que não têm cargos administrativos sentem a burocracia, mas não demonstraram ter conhecimento aprofundado sobre como atuar mediante as dificuldades trazidas por ela, como os entrevistados 7 e 10.

A burocracia existe mesmo, lá na parte de material se demora muito pra comprar. A burocracia faz parte e não tem como ser evitada. (ENTREVISTADO 7, 2014).

A questão de equipamento não é fácil de conseguir. É frequente fazer compras de material pelo CEFET. Ou você se “ferra” na falta de recursos e um pouco na burocracia. É um processo que tem que ser processado. Às vezes, não aliviam. Quando a compra é pequena, eu prefiro gastar do meu bolso do que pedir. (ENTREVISTADO 10, 2014).

O entrevistado 10 revelou várias frustrações referentes às suas expectativas profissionais por não atuar na área de formação do seu doutorado. Mas os projetos de pesquisa lhe proporcionam motivação, a ponto de destinar a eles seus recursos próprios. Tal ação, tomada devido à falta de recursos para seus projetos de pesquisa, reflete significativamente o aumento de sua insatisfação relativa às condições de trabalho. Conforme Ramos (2006), a forma de ensino atual é alienante, dada a falta de participação dos docentes nas decisões referentes às definições dos métodos de ensino e aos cronogramas conteúdos a ser aplicados. De certa forma, eles são controlados por fontes externas à escola e não participam efetivamente de decisões centrais sobre o ensino.

Com efeito, Dejours (1992) se refere a deliberações de normas externas e metas que aceleram o ritmo laboral, comprometendo a saúde do profissional. Portanto, entendemos que as dificuldades burocráticas diminuem a autonomia no trabalho desses docentes, com consequências sobre o aumento de suas insatisfações na realização de suas atividades profissionais. A maior participação dos professores em cargos administrativos — logo, na política institucional — mostra-se relevante, sobretudo em relação ao conhecimento sobre procedimentos referentes à aquisição de materiais pedagógicos e outros destinados às melhorias nas condições da prática docente. Apesar das dificuldades encontradas no CEFET de Araxá, os procedimentos burocráticos e as

ações tomadas pelos setores gerenciais afetam diretamente a todos os funcionários da instituição, denotando a necessidade de uma participação política mais abrangente.

Todavia, alguns docentes não sentem vocação a ponto de buscar mais participação ou mais informação sobre processos administrativos e mudanças relativas à gestão institucional. Conforme entendemos, mesmo que a informação sobre os problemas referentes às burocracias e aos recursos institucionais não resulte em soluções imediatas, o conhecimento sobre essas questões seria o primeiro passo para uma reivindicação mais efetiva e elaborada pelos servidores.

3.3.4 Relacionamento profissional entre professores

Nas reuniões pedagógicas realizadas no CEFET, de acordo com o relato dos professores, há ampla liberdade de manifestação dos pontos de vista em relação ao ensino. Existe satisfação dos docentes com a ação profissional da equipe técnica, com o transporte dos equipamentos para sala de aula e com colegas dispostos a explicar sobre a forma correta de utilização de instrumentos de trabalho mais complexos. Os relatos dos entrevistados 2, 6, 7 e 10 exemplificam com maior ênfase esse bom relacionamento.

Principalmente no meu começo aqui, eu não sabia sobre o Qualidata e é bem difícil saber sobre o sistema. Os professores me ajudaram e foi muito bom. (ENTREVISTA 2, 2014).

Sempre que tem software que uso, eu indico. E quando eu fico sabendo de outros ou colega que está usando outro software, eu sempre procuro saber se é da minha área e se são softwares novos. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Troco ideias. Naturalmente quando tem reuniões de coordenação e departamento, costumamos trocar ideias. (ENTREVISTADO 7, 2014).

Sempre tive liberdade em pedir ajuda a um amigo de trabalho. As pessoas na maioria das vezes gostam de ajudar. (ENTREVISTADO 10, 2014).

O bom relacionamento relatado pelos docentes não significa inexistência de divergências de opiniões, conforme verificado nas falas dos entrevistados 3 e 10.

Eu gosto muito de conversar, mas tenho uma visão bem diferente de alguns colegas. Acho que sou um pouco mais humana. Eu não levo em consideração somente o aprendizado em sala de aula e noto que a maioria se baseia só nisso. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Discussão sempre tem, alguma discussãozinha, na última reunião da semana passada teve umas, não uma discussão, mas uma argumentação. Era como devemos proceder em relação aos alunos, principalmente do

noturno, com relação ao comportamento em sala de aula, frequência e assiduidade, termos de horário. Isso não foi bem uma discussão, e entramos em consenso. Há duas semanas, em outra reunião, não resolveu nada, porque não chegamos a um consenso. (ENTREVISTADO 10, 2014).

A entrevistada 3 afirma que expõe a sua opinião mesmo que os demais pensem diferentemente. Isso denota a existência de respeito e um relacionamento harmonioso entre os professores. Em relação às discussões pedagógicas presentes na fala do entrevistado 10, diversos pontos de vista são debatidos entre os docentes. Dessa forma, as reuniões dirigidas à solução de problemas referentes ao ensino podem ser cansativas e lentas para resultar em decisões concretas. Mas temos de considerar que as conclusões provenientes de um debate trazem frequentemente a possibilidade de decisões mais consistentes e democráticas.

A equipe técnico-administrativa da instituição presta apoio aos docentes, e a maior parte dos entrevistados relata muita satisfação com o atendimento prestado, denotando, também, um bom relacionamento. Alguns, entretanto, relataram não ser dependentes da ajuda de técnicos, seja por uso de poucos equipamentos e materiais necessários para a exposição do conteúdo lecionado, seja por preferir buscar seu próprio material no almoxarifado. O Quadro 11 mostra resultados para essa categoria estudada.

ENTREVISTADOS	EXPRESSÕES DO RELACIONAMENTO PROFISSIONAL
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	Liberdade de discussões pedagógicas
1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10	Bom atendimento da equipe técnico-administrativa aos professores
2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	Liberdade para pedir apoio ou sugestões aos colegas de trabalho

QUADRO 11. Expressões do relacionamento profissional

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

De acordo com Oliveira (2012), alguns professores não se identificam com o cotidiano escolar e experimentam desmotivação e indiferença sobre seu trabalho. Porém, mesmo com as cobranças sentidas por esses docentes referentes à evasão, ao combate à defasagem do aluno, aos entraves burocráticos e à falta de cursos referentes ao uso de equipamentos tecnológicos voltados ao ensino, elas têm como atenuador a relação satisfatória entre os docentes e a equipe técnica administrativa. Portanto, o bom relacionamento profissional no CEFET de Araxá se tornou suporte para a tentativa de superação de vários desses desafios.

3.3.5 Relacionamento entre professores e alunos

Os entrevistados apresentam graus diferentes de envolvimento com os alunos, influenciados por aspectos como idade, tempo de instituição e gênero. O Quadro 12 mostra os resultados das análises feitas referente ao relacionamento docente-discente.

ENTREVISTADO	EXPRESSÃO DO RELACIONAMENTO
3, 6, 7, 8	Mudanças positivas na instituição no atendimento ao aluno
2, 3, 4, 5, 8	Memorização dos nomes dos alunos
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	Incentivo e conselhos dados aos alunos
1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10	Indisciplina em sala de aula
1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10	Descontração em sala de aula
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	Ausência de violência em sala de aula

QUADRO 12. Relacionamento aluno e professor

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Ao buscar um maior envolvimento entre os docentes e o alunado, o tempo de permanência dessa relação se mostrou fundamental; os entrevistados, em sua maior parte, relataram se lembrar dos nomes dos alunos em decorrência do ano letivo junto a eles. Alguns, porém, constataram a diminuição de suas memórias em relação aos nomes no decorrer dos anos de profissão, enquanto outros indicaram a quantidade de alunos como fator principal para a não memorização, conforme verificado nas falas dos entrevistados 6 e 7.

Minha memória é péssima, mas antes eu tinha facilidade de lembrar o nome do aluno. Se eu vir um aluno em qualquer lugar, eu lembro, mas não pelo nome. (ENTREVISTADO 6, 2014).

É difícil, mas lembro de alguns. São muitos alunos, mas sempre tem esses que fixam mais naturalmente. (ENTREVISTADO 7, 2014).

Os docentes que relataram conseguir memorizar o nome dos alunos depois de algum tempo de aula não associaram essas lembranças a critérios como indisciplina ou bom desempenho destes nas aulas. Isso foi expresso nas falas dos entrevistados 3 e 5: “Costumo me lembrar de vários nomes com o tempo, mas não todos” (ENTREVISTADO 3, 2014); “Geralmente, quando eu trabalho em uma turma mais de seis meses pra frente, eu consigo lembrar o nome de todo mundo” (ENTREVISTADO 5, 2014). Portanto, os fatores significativos para a memorização dos nomes dos alunos foram relativos à quantidade de estudantes e ao tempo de permanência com suas turmas.

No decorrer das entrevistas referentes a essa questão, percebemos a preocupação quanto à imparcialidade ante os discentes, tratados com mais expressividade nas falas dos entrevistados 1 e 4.

Por princípio, eu não guardo nome de aluno do começo ao fim. Eu tenho como objetivo não guardar nomes, pois prefiro manter a imparcialidade. (ENTREVISTADO 1, 2014).

Lembro da maioria deles. Olha, eu nunca enxerguei diferença entre eles, eu apenas lembro. (ENTREVISTADO 4, 2014).

Entendemos que o reconhecimento da individualidade do aluno pelo professor poderia promover a ação deste sobre formas de ensino com a finalidade de diminuir as dificuldades de aprendizado. Porém, problemas como salas lotadas, prazos rigorosos para aplicar conteúdo e defasagem do alunado relativa aos anos anteriores de estudo são citados pelos docentes como desafio da profissão. As consequências geradas relativas a esses problemas se encontram no aumento da evasão escolar, mais evidente no CEFET de Araxá nos primeiros anos de curso.

Outras preocupações em relação aos alunos estão vinculadas ao contraponto de atuar com falta ou com excesso de rigor avaliativo. A entrevistada 3 evidencia o rigor avaliativo na seguinte fala.

Alguns professores chegam e querem tudo certinho e não admitem [...] errar. Por exemplo, ter que passar com 60. Aí o aluno está com 59 e já reprovou. Às vezes não considera que ele possa ter feito algo errado também. Eu sempre falo para o pessoal tem que dar uma chance a mais ao aluno. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Na fala da entrevista 3, constatamos suas observações negativas referentes a alguns critérios de avaliação. Outros entrevistados mais rigorosos relataram demonstrar a preocupação com uma boa formação do aluno para o mercado profissional. Observamos, portanto, que a preocupação com o bem-estar do discente e o seu sucesso profissional fica evidente, apesar das divergências de opinião. Os docentes prezam por um bom relacionamento com os seus alunos, e grande parte dos incentivos relatados é voltada à permanência deles na instituição, enfatizando a necessidade de aprender o conteúdo e o valor do curso para o trabalho, como destacam estas falas:

A gente fala de aspectos de trabalho, o que aqui dentro ele tem que se preocupar para poder se sobressair lá fora, porque eu vim da indústria para a escola. É mais uma chamada de atenção. (ENTREVISTADO 1, 2014).

Dou incentivos dentro da área que estão fazendo o curso, como, por exemplo, em como está o mercado de trabalho hoje e o que eles podem prever para esse mercado de trabalho, porque se ele estudar ele tem um futuro, um emprego. (ENTREVISTADO 9, 2014).

Já aconteceu de aluno me perguntar de seguir uma linha de trabalho ou de estágio, de uma linha ir para outra. Dou umas opiniões tentando esclarecer para ele; não tentando induzir. É mais esclarecimento: “Olha, essa área tem isso, na outra tem aquilo”; “Se você for para esse lado, você pode enfrentar essa situação”... Isso é mais frequente porque eles realmente buscam esses conselhos da gente. (ENTREVISTADO 10, 2014).

Essa preocupação em manter um bom relacionamento com os discentes se reflete, também, sobre o desafio de manter a disciplina em sala de aula, como podemos evidenciar nas falas dos entrevistados 3 e 10.

Não gosto de chamar a atenção, não sou disciplinadora, por isso eu não gosto de dar aula para a molecada, mas chamo atenção, dou lição de moral, que de vez em quando precisa sim! Mas tento evitar essa situação. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Tenho desafios em relação ao aluno em sala de aula comportamental. Você exigir uma certa postura do aluno e respeito e o aluno [é] muito criança. [Pra] essa manutenção dessa autoridade — não de ser autoritário —, você tem que ter muito jogo de cintura, você tem que entrar na brincadeira do aluno para reverter a situação. Isso aprendi com o tempo. Ser autoritário somente não funciona! Você tem que ser mais flexível, mas é um desafio manter essa relação aluno–professor e manter a amizade. (ENTREVISTADO 10, 2014).

Existem para esses professores cobranças referentes à diminuição da evasão escolar e responsabilidades sobre a aplicação do conteúdo programado. Dessa forma, não é apenas a disciplina em aula que esses docentes buscam, mas também a concentração e o interesse desses alunos, como indicam as falas dos entrevistados 4 e 8.

Algumas turmas a gente tem que trabalhar o psicológico e não adianta nada só a matéria, eles já chegam com a ideia que não vão dar conta, que são fracos e nunca irão trabalhar com aquilo. O desafio é mostrar que o conteúdo não é coisa do outro mundo e que você não é diferente deles, pois como sou como eles uma pessoa normal e aprendi, não se precisa ter um gene diferenciado para aprender aquilo. (ENTREVISTADO 4, 2014).

Existe muita conversa paralela, às vezes desatenção, porque eu gosto que eles participem das aulas, eles já têm tão pouco tempo, principalmente o pessoal do noturno, eles vêm pra ficar aqui pra estudar, e a gente tem que aproveitar esse tempo. Igual, eu dou aula numa sexta-feira nos dois últimos horários, eu tenho que conseguir chamar a atenção desse pessoal, eu brinco com eles falando que tenho que competir com Jorge e Matheus na exposição. (ENTREVISTADA 8, 2014).

As cobranças relativas às metas do PNE quanto à redução da evasão de alunos e à qualidade do curso traduzem-se em docentes com grande preocupação em passar todo o

conteúdo programado e explicá-lo de forma satisfatória. As aulas são mais rígidas e concentradas. A maior parte dos docentes chama a atenção dos alunos; e alguns relatam ser natural a grande frequência desse fato. Alguns professores, como os entrevistados 1, 5 e 6, mostraram-se menos tolerantes sobre o que consideram indisciplina em sala de aula:

Alguns alunos que, por algum motivo, você precisa chamar a atenção e você se aborrece e acaba saindo do normal por motivo de nervo momentâneo. (ENTREVISTADO 1, 2014).

Eu dou muita liberdade de conversar e de brincar, mas fora da sala de aula. Dentro de sala o tempo tem que ser mais aproveitável, mas pode acontecer um momento de descontração, mas esse não é meu perfil. (ENTREVISTADO 5, 2014).

Não, eu não deixo eles fazerem bagunça, não! Todas às vezes que chega a esse ponto, eu tomo uma atitude e eu sempre procuro conversar com os alunos e mostrar que está errado e [que], se continuar, aí a gente toma outras ações. Quando são turmas novas, elas costumam ter dificuldades de concentração e de se adaptar a escola, aí é mais complicado. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Em relação às dúvidas de conteúdo, muitos entrevistados relataram não se importarem com repetir as explicações; outros justificam que, em alguns casos, a dúvida do aluno é proveniente não só de sua indisciplina, mas também de sua indiferença à aula. Esse desinteresse é um fator que muito abala a relação docente–discente, como evidenciado nestas falas:

Semana passada, tive que chamar atenção de um grupinho que sempre senta junto um do outro pra conversar. Eu falei que, da próxima vez que sentarem juntos, vou dar suspensão, e aí, na aula seguinte, eles estavam cada um para um canto. (ENTREVISTADA 2, 2014).

Os alunos da engenharia estão menos motivados, brincam muito na aula. E eu já levava mais a sério. Uma, é por que meu pai estava me bancando, e eu tinha que estudar. Eu ultimamente estou mandando desligar todos os celulares e colocarem todos em cima da minha mesa, porque senão eles ficam trocando mensagens dentro da sala de aula. Acho que eles não estão tão interessados assim. (ENTREVISTADA 3, 2014).

O camarada perde a aula, perde três semanas de aula, eu falo isso — perder — juntando os dias que ele não vai ou que ele dorme na aula e faz outras coisas na minha aula. Aí, chega na época de prova, a gente percebe que o camarada não sabe nada e quer correr atrás do tempo perdido. (ENTREVISTADO 4, 2014).

As metas referentes à diminuição da evasão e qualidade do ensino dos discentes não preparados para os cursos oferecidos pelos CEFETs, conforme os relatos do professorado,

causam pressão em estudantes e docentes, interferindo negativamente em seus relacionamentos. Estes tendem a combater a evasão e manter a qualidade do ensino mediante o cenário percebido por esses entrevistados — de descaso com a educação fundamental e média. De positivo, muitos relataram ter adquirido paciência e flexibilidade no decorrer dos anos de exercício profissional sobre a maneira de se relacionarem com os alunos. Sentem os discentes mais distraídos e desmotivados em sala de aula, portanto tentam mudar as formas de obter a sua atenção em aula reconhecendo, em muito dos casos, a necessidade de incentivo e amizade nessa relação.

3.3.6 Preservação e cuidados com a saúde

Ao tratar da preservação da saúde, recorremos a autores como Codo, Sampaio e Hitomi (1993), que consideram todos os aspectos da vida humana — o social, o profissional e o pessoal — em seus estudos das causas sobre o sofrimento no trabalho. Os bons e maus hábitos adquiridos no decorrer da vida têm sua construção mediante experiências vivenciadas em dado contexto. Afetam-se, portanto, as ações dos docentes referentes aos cuidados com a sua saúde. O Quadro 13 apresenta os resultados dos estudos feitos sobre algumas ações docentes e percepções destinadas aos cuidados preventivos com sua saúde na melhoria do ambiente profissional.

ENTREVISTADOS	PREVENÇÃO E CUIDADOS COM A SAÚDE DOCENTE
2, 3, 4, 5, 6, 7, 8,9	Uso da internet como veículo de informações sobre doenças
1, 4, 7	Não costumam ler sobre saúde a menos que fiquem doentes
1, 2, 6, 7, 8	Docentes que já tiveram atestados médicos
2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10	Sugestões de atividades para promover a saúde no trabalho
5, 10	Desejo de deixar a profissão
3, 10	Discussões no ambiente de trabalho

QUADRO 13. Prevenção e cuidados com a saúde docente

Fonte: dados das entrevistas, 2014.

Apenas alguns entrevistados procuram informações sobre saúde quando se sentem doentes ou apresentam sintomas relativos à dor ou a um incômodo inespecífico. Mas alguns relataram fazer exames periódicos com alguma frequência:

Quando tem alguma alteração, eu procuro a internet e eu faço exames periódicos. A ginecologista já pede exame de sangue, exame de urina, então uma vez por ano eu faço os exames, faço periodicamente e também faço doação de sangue. (ENTREVISTADA 3, 2014).

Periodicamente eu procuro tratar, eu procuro saber. Mas o local que mais procuro é a internet. (ENTREVISTADO 5, 2014).

Eu olho muito na internet, vejo revistas, e eu tenho o hábito de fazer exames periódicos uma vez por ano. Eu não deixo de ir e fazer um check-up. (ENTREVISTADA 8, 2014).

A quase totalidade do contingente feminino do universo dos entrevistados revelou fazer exames preventivos para a saúde. Portanto, o gênero teve uma grande influência sobre esses relatos. Porém, apesar de a maioria não ter relatado o hábito de fazer exames periódicos, também não revelou a existência de doenças crônicas no decorrer de suas carreiras. A maior parte dos atestados é de acidentes de trabalho ou curtos períodos, como se lê nas falas a seguir:

Por motivo de doença, nenhuma vez. Mas por acidente sim, uma vez na qual eu quebrei a mão e era a mão direita, não podia escrever e fiquei uma semana de licença. (ENTREVISTADO 1, 2014).

Sim, quando fui fazer um exame e fiquei uma semana afastada. (ENTREVISTADA 2, 2014).

Sim, em 2011, foi um acidente automobilístico. (ENTREVISTADO 7, 2014).

Esses professores tendem a se afastarem do trabalho em casos de força maior apenas quando não conseguem, de nenhuma forma, efetuar suas atividades. Os relatos demonstram sua preocupação e seu compromisso com a profissão. Porém, o hábito de procurar ajuda médica só quando os sintomas afloram ou nas emergências pode ser desastroso, conforme relato do entrevistado 9 sobre a impactante morte de um colega de trabalho que era diabético e não era ciente do seu problema de saúde.

Morte do meu colega, que foi uma coisa que aconteceu, infelizmente. E foi a mais impactante pra mim. O meu colega faleceu com problemas de diabetes, ele não sabia que tinha a doença e andou fazendo algumas extravagâncias. Então, ele deixou uma lembrança grande, e isso é um fato impactante, [é] claro! (ENTREVISTADO 9, 2014).

Embora o amigo do entrevistado 9 tivesse acesso ao plano de saúde, não havia cuidados preventivos nem controle de hábitos nocivos à condição dele. De acordo com Sampaio (2006), situações que levam ao estresse em virtude da alienação proveniente do sistema capitalista tende a levar, também, ao desenvolvimento de hábitos algo danosos ao organismo humano e ao meio social. Outro fator social sobre as doenças, segundo Dejours (1992), é a culpabilidade do sujeito sobre o seu estado de saúde. A doença, dessa forma, seria por causa dos hábitos negativos ou seria considerada como “preguiça” ao se tratar de males

que levam à indisposição para o trabalho. Os efeitos negativos dessa conduta estariam ligados ao menosprezo de possíveis sintomas de patologias de maior gravidade.

Em relação ao incentivo à preservação da saúde no trabalho destinada aos professores, ficou evidente sua necessidade. Muitos entrevistados demonstraram que a procura por auxílio médico ou a leitura sobre o assunto apenas acontecem ante os sintomas de alguma patologia, como retratam com mais ênfase as falas dos entrevistados 1, 4, 6:

Eu só lembro-me de saúde quando eu adoço e tenho que ir ao hospital ou quando eu tenho que fazer algum exame. Mas fora isso não tenho preocupação com saúde. Também não fico procurando se tenho ou se não tenho doenças. (ENTREVISTADO 1, 2014).

Eu só me preocupo quando eu estou com algum sintoma crítico, mas sempre procuro, eu jogo os sintomas na internet já para ter um preparo e poder conversar melhor com o médico. (ENTREVISTADO 4, 2014).

Ultimamente eu não procuro, só quando eu estou doente que eu vou ao médico e procuro saber o que é. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Os professores relatam buscar informações referentes às doenças pela internet, enquanto outros veículos como televisão ou revistas quase não foram citados. O contato diário com o computador em muito colabora com essa conduta. As falas dos entrevistados 2, 3, 4 e 6 evidenciam propostas para promover a saúde no trabalho. Porém, observa-se que os entrevistados mais novos tendem a dar mais sugestões e apresentar mais expectativas quanto às mudanças na instituição; já os entrevistados 1, 7 e 9 disseram estar satisfeitos com o plano de saúde.

Excluir os quadros de giz e colocar os quadros de caneta, por que isso prejudica a saúde do professor que respira aquele pó, dá alergia na mão e isso já iria beneficiar muito. Outra coisa que seria muito bom é um computador em casa sala de aula. (ENTREVISTADA 2, 2014).

Eu acho que poderia ter algumas atividades como, por exemplo, na UFU, que eles têm direito a fazer [terapia do] Reiki. Eu faço [o sistema de condicionamento físico] Pilates fora daqui. Eu acho válida qualquer atividade, dá uma melhorada na qualidade de vida. Deveria incentivar também umas ginásticas laborais. Seria legal! (ENTREVISTADA 3, 2014).

A gente poderia ter eventualmente treinamentos de curta duração tratando de ergonomia, tratando de postura, temos também problemas de nutrição. (ENTREVISTADO 4, 2014).

A gente já teve um programa de qualidade de vida que eu achei muito bom e acho que esse programa poderia voltar. Hoje tem um pessoal que faz natação e tem um convênio com a [faculdade Uniaraxá], mas tinha um programa que eu gostava muito, que era de dança, eu fazia e achava muito

bom e podia levar minha esposa também. Eu gostava muito de dançar, o programa não durou muito, só uns três meses e depois não voltou mais. A sugestão é que voltasse esse programa de dança. (ENTREVISTADO 6, 2014).

Poderia facilitar é ter espaço que seja climatizado, adequado e com apoio no sentido material, didático. Tínhamos que ter mais acesso a outros recursos, como os aplicativos e animações. Às vezes a gente nem tenta porque não vamos conseguir, não tem recursos para nada nesse aspecto, você tem que entrar com projeto junto e outras coisas que eu nem sei mais o que é. (ENTREVISTADO 10, 2014).

Entre as reclamações dos professores, prevaleceram a ergonomia no trabalho, a necessidade de pausas para a ginástica laboral e as atividades de dança. Nos estudos feitos sobre a saúde docente referente aos periódicos da CAPES no recorte temporal 2005–13, vimos um artigo sobre sintomas osteomusculares em professores apenas no ano de 2009. Em compensação, a partir desse ano, vários trabalhos referentes a problemas vocais em docentes foram feitos.

Porém, os sintomas quanto à voz são pouco queixados pelos docentes por se apresentarem de forma menos dolorosa. As solicitações relativas às condições de trabalho, quanto ao uso do giz e espaços climatizados foram sentidas e levantadas mais de uma vez na entrevista pelos professores 2 e 10. O entrevistado 5 respondeu de forma atípica a essa questão relativa a sugestões para a promoção da saúde no CEFET de Araxá.

Eu vejo para a melhoria do trabalho que as mudanças devem ocorrer no maior comprometimento do aluno, porque se ele tivesse uma dedicação maior você conseguiria passar as coisas mais fácil. Mas, fora isso, eu não vejo. Sonhar demais não justifica muito, não! Eu acho, vamos supor, a gente tem o auxílio-saúde, né? Cê tem uma dedicação exclusiva que ela não é necessariamente viver dentro da escola, né? Cê tem tempo livre para fazer outras coisas. (ENTREVISTADO 5, 2014).

O entrevistado 5 também se refere às diferenças entre o seu trabalho como professor no estado e no CEFET de Araxá ao abordar a questão sobre o desejo de deixar a profissão.

Depois que entrei no CEFET, não tive vontade de deixar a profissão. Aqui é mais tranquilo. O difícil foi no estado. O estado é complicado. Eu trabalhei no interior. Aqui no CEFET o pessoal é mais educado e mais carismático. Você tem uma afinidade muito grande com os alunos. Mas dentro do estado, não! É complicado. Ninguém quer saber de nada! E hoje o modelo de educação que a gente adotou, você não tem respeito, isso não tem, então, o aluno daqueles lá você não reprova ele, você não dá advertência para ele, se você mandar ele para fora, às 7h a inspetora volta com ele de novo para dentro. Mas isso vem de uma instância superior, só seguem a cartilha. (ENTREVISTADO 5, 2014).

O entrevistado 10, no referente ao desejo de deixar a profissão, fala novamente da falta de incentivo à pesquisa e da falta de oportunidade de uso dos conhecimentos adquiridos durante o processo de pós-graduação pelos docentes no CEFET de Araxá.

Já, ultimamente é frequente, a principal é a frustração. Você não vê o resultado do trabalho, você não vê futuro em relação a pós-graduação, mestrado e doutorado, que faz. Eu vi que tinha possibilidade de desenvolver mais, aí você chega aqui e fica a coisa emperrando. Exemplo aqui são meus colegas que estão aqui há 12 anos e não escrevem um artigo. Tem outros que defendeu a tese e tá no armário, guardou e nunca mais mexeu, porque a vocação nossa é dar aula. Porque aqui você tem a meta de tantas aulas. Se fala muito em fazer pesquisa, mas não se fala em como fazer a pesquisa. A gente não tem essa meta de fazer pesquisa, a gente se vira se sobrar um tempinho no seu final de semana, aí você faz a pesquisa. Então isso é frustrante. Eu comento muito com meus colegas, eu aumentei minhas apostas na mega-sena mais de 200%. Quem sabe eu acerto e ganho e saio fora. Aqui não tem para onde correr. O caminho é a sala de aula. A gente fala aulinha, acabo dando aulinha, uma coisa repetitiva. Você não consegue desenvolver. Às vezes tem que ficar tirando conteúdo por causa da greve, o tempo muito corrido. Teve a Copa do Mundo, e você tem que ficar apertando, às vezes não dá tempo de ficar dando o conteúdo como deveria, tem que ser acelerado, e o aluno que se vire! Não tem outro jeito. (ENTREVISTADO 10, 2014).

A preocupação do Estado com a expansão do ensino em áreas com maior potencialidade empregatícia torna o professor sujeito a exigências de aumento de sua produtividade na formação discente. De acordo com Marx (1985), muitas estratégias eram aplicadas aos trabalhadores fabris com intuito de diminuir custos da produção e aumentar a produtividade. Essas estratégias de precarização como acontecem na contratação de educadores temporários e no alcance de metas no trabalho poderiam estar relacionadas com a fragmentação das atividades docentes. Portanto, a sistematização do conteúdo e as formas externas de avaliação contribuem para reduzir a autonomia dos professores sobre sua prática profissional, com impactos sobre sua satisfação profissional.

Alguns entrevistados relataram como motivadora da carreira docente a oportunidade de aprendizado no trabalho. Porém, na fala do entrevistado 10 fica evidente sua insatisfação referente à rotina diária. As expectativas e o perfil dos professores influenciaram muito as suas percepções sobre as condições laborais e a procura de soluções aos problemas encontrados. Entre as mulheres e os mais novos, notamos predisposição a ter mais perspectivas em relação as suas atividades; ainda que muitos, no decorrer de suas frustrações na carreira, tornem-se mais indiferentes aos problemas nos quais percebem que não podem ter

uma atuação significava. Esses fatores não interferiram em seu bom relacionamento profissional com colegas de trabalho e alunos.

De fato, se considerarmos as peculiaridades dos informantes da pesquisa aqui descrita, vários problemas institucionais são sentidos de forma coletiva, seja na defasagem do aluno, em sua desmotivação ou em relação às condições físicas e estruturais na instituição. Todos esses problemas dependem muito da política externa ao CEFET para ser solucionados. Por exemplo, o investimento do governo no ensino fundamental e médio e o aumento no repasse dos recursos destinados à compra de materiais em atendimento aos docentes de forma menos burocrática. As particularidades estão vinculadas à motivação dos docentes e à sua procura por atividades na instituição que promovam mudanças; exemplo disso seria o uso dos conhecimentos adquiridos na pós-graduação.

Como atenuador de vários problemas enfrentados pelos professores, os progressos referentes aos projetos de lei que proporcionam condições de vida melhores no trabalho caminham de forma lenta e esbarram na falta de recursos orçamentários para sua execução, mesmo quando reconhecidos e aclamados. Conforme Dejours (1992) e Codo, Sampaio e Hitomi (1993), a saúde abrange as esferas humanas físicas, mentais e psicológicas. Portanto, as peculiaridades dos profissionais do ensino passam a ser mais reconhecidas pelos profissionais da saúde, como estudado no item 2.2 desta dissertação, prevendo possibilidades de um maior número de propostas de ações sobre as melhorias das condições de trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender parte das mudanças no mundo do trabalho que interferiram no perfil dos profissionais do ensino do CEFET de Araxá, destacamos a atuação docente nos cursos superiores em tecnologia. Com a pesquisa aqui descrita, chegamos, também, a resultados referentes ao ensino técnico na área tecnológica porque os professores entrevistados não lecionam exclusivamente no curso superior; ou seja, ministram aula, também, no ensino técnico. A maioria deles é antiga na profissão e trocou o setor empresarial pela sala de aula. Naturalmente, não tiveram preparação para a docência; adquiriram habilidades no decorrer dos anos e passaram por um processo de adaptação a uma nova profissão — não planejada. Muitos relataram que o salário e o desemprego na época em que terminaram sua formação inicial foram determinantes da escolha dessa carreira. Podemos observar em análise do perfil que a idade e graduação inicial refletiram o posicionamento deles: os mais antigos de profissão não se encontram tão empolgados quanto os mais jovens e consideraram as mudanças no CEFET de Araxá comuns ou rotineiras; os novatos observam mais mudanças na instituição — a maior parte não relacionada com a sala de aula, mas com alterações no funcionamento do restaurante, aumento na contratação de professores e melhorias estruturais na instituição. Portanto, o tempo de permanência desses docentes mais antigos e sem expectativa inicial na carreira, em grande parte, leva-os a perder interesse pelo ambiente profissional. Concluímos que, à sua participação em programas destinados à saúde e a melhorias do relacionamento profissional, esses profissionais do ensino tenderiam a se mostrar mais indiferentes.

As particularidades relativas à observação de cada docente quanto a suas considerações sobre o reconhecimento profissional, à preferência pela forma e pelo tipo de atividades, assim como aos fatores desanimadores na profissão, estiveram, em parte, atreladas ao gênero, à idade, ao tempo de instituição e à primeira graduação. Como influenciaram as preferências desses docentes, buscamos considerá-las ao sugerirmos ações para melhorar suas condições de trabalho. Alguns, ao abordarem tais condições, preferiram quadro e giz, outros reclamaram da falta de computadores em sala de aula. Em relação à necessidade de assumirem, no decorrer do ano letivo, disciplinas diferentes da programação inicial, tal fato foi relatado como desafio empolgante pelos mais novos e como fator estressante pelos de idade mais avançada. Essas queixas relatadas, em parte, estão ligadas ao contexto econômico de globalização, que repercutiu sobre a destinação de recursos para áreas do ensino que

promoveram o crescimento econômico. Dessa forma, vários cursos foram implantados com vistas a atender à demanda do mercado.

Os reflexos provenientes do contexto relativos às políticas de aceleração do ensino superior público tecnológico para suprir necessidades da política de contenção de gastos são, em parte, relacionados a ações de credores estrangeiros que levam o governo a adotar estratégias econômicas ainda na contratação dos docentes. Há dois vínculos empregatícios referentes aos professores: os efetivos — admitidos por meio de concurso público; e os não concursados — que não detêm os mesmos direitos trabalhistas e políticos na instituição. As mudanças na realidade trabalhista têm-se alastrado na administração pública, com prejuízos significativos para todos os funcionários da rede federal de ensino de forma progressiva, sobretudo com a perda da força sindical. As queixas desses professores sobre as condições laborais e a falta de políticas voltadas às condições de vida são silenciadas pelo medo da perda do emprego — no caso dos contratados — e são inúteis no caso dos efetivos. Tal questão denota uma política governamental externa a essa instituição de ensino; nesse caso, as ações tomadas para melhorar as condições de trabalho estão vinculadas à manutenção dos direitos trabalhistas, reivindicados pelo sindicato com deflagrações grevistas.

Sobre a formação do perfil desses docentes, percebemos que as oscilações do mercado levaram muitos originários do campo empresarial a lecionar em suas respectivas áreas de formação. Portanto, desde o começo de suas carreiras as mudanças socioeconômicas que se refletiram no mundo do trabalho interferiram no perfil dos docentes do CEFET de Araxá.

Em primeiro lugar, devemos destacar que a falta de melhorias nas condições laborais evidenciada pelos entrevistados da rede federal de ensino, em maior parte, não se deve à carência de pesquisas sobre essas questões; mas a problemas orçamentários, que se justificam pelas crises capitalistas periódicas e por seus reflexos sobre os recursos destinados ao ensino no Brasil. Portanto, os critérios para os repasses de verbas públicas se tornam mais rigorosos, e questões sobre produtividade na formação de alunos em áreas de interesse empresarial passam a ser meta governamental presente na elaboração de planos voltados para o ensino, como o PNE.

Os professores sentem-se negligenciados em relação às suas queixas quanto ao barulho, à falta de cortinas e de ventiladores em sala de aula, o que resulta de dificuldades burocráticas para comprar esses materiais. Em acordo com seu contexto profissional, os entrevistados que vivenciaram piores situações referentes às condições de trabalho, como os que exerceram função docente no estado, mostraram-se mais satisfeitos com as condições no

CEFET; contudo, não ignoram a falta de adequação da sala de aula. Essas insatisfações relatadas pelos docentes são conhecidas pela direção da unidade, mas sem perspectivas imediatas de solução. Esses problemas dependem inteiramente do provimento de verba governamental aos CEFETs. Assim, apenas recursos do governo dirigidos a atender essas necessidades básicas de forma mais rápida com a compra de cortinas e ventiladores poderia resolver esses problemas queixados pelos docentes.

A falta de espaço privativo destinado aos professores dentro do CEFET para a realização de atividades relativas à elaboração e correção de provas é contornada com a flexibilidade de horário, permitindo aos docentes uma maior permanência em seus domicílios. A solução, no entanto, não atende aos docentes que, por exemplo, têm crianças pequenas e não contam com o silêncio necessário para a correção de provas e trabalhos. As urgências relativas ao fator espaço na instituição também são uma situação dependente de uma revisão das políticas de ensino. Em relação aos problemas e referente à política interna da instituição, destaco a falta de participação dos não efetivados em concurso.

As políticas de expansão do ensino terminam por afetar significativamente a prática docente. Por isso, existe uma reclamação geral dos participantes da pesquisa sobre as cobranças referentes à redução da evasão escolar e da qualidade de ensino. Essa constatação foi feita, em maior parte, pelos entrevistados mais novos da instituição e que dividem sua carga horária entre o curso técnico e superior no CEFET de Araxá. Esses entrevistados referem-se à qualidade dos ensinamentos básico e médio, que decaem ano a ano. Alguns se esforçam mais do que outros para combater essa defasagem, motivados por suas expectativas profissionais. Porém, a maioria mostrou frustração ao relatar a diminuição de alunos por turmas no curso de Engenharia de Automação Industrial e nos cursos técnicos no decorrer dos anos.

Muitos enfatizaram a falta de vocação do alunado como razão para o aumento da evasão nos cursos tecnológicos. As destinações de recursos para as áreas tecnológicas tendem a cobrar o aligeiramento do ensino profissional, seja para diminuir os custos com a formação ou abastecer o mercado. Os alunos que cursam a educação profissional técnica e média integrada passam o período da manhã e da tarde na escola e obtêm habilitação profissional técnica de nível médio. Percebemos, nesse sentido, a preocupação em agilizar o ensino mais voltado ao trabalho. Nesse contexto, existe a falta de investimentos a outras áreas do conhecimento, gerando uma quantidade menor de opções aos futuros alunos que pretendem se estabelecer na cidade natal. Nesse processo, o relacionamento docente–discentes pode sofrer abalos devido às cobranças de resultados sentidas por discentes desmotivados.

Outro fato importante é a assistência aos estudantes por bolsas de estudos, alimentação gratuita e acompanhamento psicológico. Mas as queixas docentes relativas ao desinteresse do acompanhamento do alunado sobre o conteúdo ministrado foram bem destacadas pelos entrevistados, mesmo que alguns alunos consigam, por meio dos auxílios como bolsa-permanência e bolsa-alimentação, ter mais disponibilidade de tempo para estudar. De positivo ante esses desafios enfrentados pelos professores do setor público do campo tecnológico, temos que o reconhecimento sobre o monitoramento da saúde docente deu um passo importante com a conquista de recursos para realizar exames periódicos, ou seja, anuais. Mas a baixa adesão deles revela a falta de informação sobre a necessidade de diagnósticos precoces de doenças.

Conforme o que diz o manual de procedimentos para os serviços de saúde — estabelecido pelo Ministério da Saúde, em 2001 — sobre doenças relacionadas com o trabalho, os transtornos mentais são discutidos quanto ao ambiente laboral. Essas discussões se ligam ao conteúdo de atividades, ao ritmo, à intensidade, às condições físicas de quem o executa, às normas de produção e sistemas de turno, à premiação, a incentivos, a fatores psicossociais e individuais, enfim, à relação entre funcionário e chefia.

Entretanto, discussões sobre a importância de observar as particularidades humanas quanto à vocação profissional e as formas de obter motivação e satisfação profissional são pouco tratadas nesses estudos. O reflexo do contexto capitalista sobre a saúde mental dos professores se relaciona muito com a frustração na profissão, que pode levar a estratégias de compensação danosas à saúde. Os hábitos negativos de vida são, conforme Dejours (1992), algo que envolve o indivíduo em sua totalidade, como um ser mental, emocional e físico.

Portanto, as frustrações no trabalho também levariam o indivíduo a se refugiar em vícios, que causam prazeres imediatos como estratégias de fuga aos problemas. Conforme Berkow (2002), doenças como a hipertensão, o colesterol alto, o diabetes, a obesidade e os problemas pulmonares podem ser consequência de maus hábitos alimentares, vícios em drogas lícitas e falta de atividade física regular. Com isso, os hospitais estão lotados em função da carência de investimentos em programas destinados à preservação da saúde. Temos de considerar que a informação é um fator relevante para reduzir os hábitos negativos e desencadeadores de doenças mais graves.

Os docentes do CEFET de Araxá participantes da pesquisa aqui descrita, sobretudo aqueles com maiores expectativas profissionais, reconheceram que sua função não é apenas a de qualificar o aluno para o trabalho, mas também de contribuir para a sua formação geral. Eis

por que enfatizamos que muitos entrevistados — em particular os atuantes no ensino médio integrado ao técnico — atribuem a si funções sociais na formação do alunado, contribuindo para uma intensificação de suas atividades. Portanto, as ações para as melhorias nas condições de trabalho devem ser consideradas como de urgência extrema. A importância de uma equipe de saúde — médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos e nutricionistas — com o intuito de efetivar propostas de ações destinadas às melhorias nas condições do trabalho docente foi evidenciada em estudos sobre a saúde dos professores, porém mais direcionadas à voz, a dores osteomusculares e a tendinites; e só em quantidade menor se referem às doenças mentais. Ainda assim, percebemos aumento no volume de publicações científicas sobre a saúde mental dos professores no decorrer dos anos, o que denota a existência de um reconhecimento progressivo das dificuldades docentes pelos profissionais da saúde.

Destacamos, contudo, que todas as unidades do CEFET–MG, inclusive a unidade de Araxá, são privilegiadas em relação a outras instituições de ensino no que se refere ao cuidado com a saúde. Contam com setor médico-odontológico que deveria, também, ser responsável pelo desenvolvimento de programas de conscientização sobre preservação da saúde. Uma das ações para melhorar as condições laborais é, portanto, o papel de uma equipe de saúde mais completa para estimular o professor a se submeter aos cuidados médicos periodicamente. O plano de saúde é utilizado em muitos casos para tratar uma doença manifestada, e não para prevenir patologias.

Ao tratarmos da saúde docente no CEFET de Araxá, constatamos que a maior parte dos servidores da instituição possui plano de saúde. Porém, mesmo tendo plano de saúde, parte deles relatou procurar o médico somente quando está doente; não se preocupa com cuidados preventivos. Quanto à procura de informação sobre a saúde, as mulheres se preocupam mais do que os homens, e a fonte mais utilizada está na internet. No ano de 2014, foi concedido o benefício de realização anual dos exames periódicos no CEFET, mas grande parte dos professores não compareceu aos exames. Alguns justificaram a ausência com a falta de tempo. O período de exames durou um mês, com agendamento prévio de uma semana em relação ao início do atendimento da equipe médica. Portanto, houve aviso prévio. Destacamos que muitos docentes contratados, mesmo mostrando interesse, não tiveram direito à realização desses exames.

Percebemos a necessidade de uma medicina preventiva, também, de âmbito mental devido aos relatos sobre dificuldades laborais que podem afetar a saúde. Essas questões foram evidenciadas nas falas dos entrevistados sobre a realidade dos cursos tecnológicos superiores,

técnicos noturnos e dos técnicos integrados ao ensino médio. Dessa maneira, a pesquisa feita terminou por ser mais abrangente, pois abordou um pouco as concepções docentes sobre diferenças relativas às dificuldades no trabalho entre os ensinos técnico e superior. Constatamos queixas comuns sobre alunos do ensino superior e do técnico; queixas vinculadas, em maior parte, à desmotivação pelos cursos, à falta de base conteudista e às tecnologias interativas utilizadas durante as aulas, que distraem os discentes.

Como diferença entre os cursos técnicos e superiores, a indisciplina foi mais citada nos técnicos integrados com o ensino médio; assim como o foram o cansaço — em relação às aulas no curso técnico noturno — e a interação durante a aula com a internet pelos alunos do curso superior de Engenharia de Automação Industrial. Os desafios relatados foram percebidos diferentemente por cada professor tendo em vista as particularidades de seu perfil profissional e as expectativas profissionais. Verificamos que os problemas relatados pelos docentes sobre condições de trabalho são, em maior parte, comuns a todos; mas o seu impacto individual está ligado às particularidades de cada entrevistado. Dessa forma, ao tentarmos buscar ações para melhorar as condições da prática docente profissional, consideramos as peculiaridades do ambiente laboral no contexto da educação tecnológica.

Outros fatores de reclamação evidenciados pelos professores entrevistados foram a falta de recursos específicos para o trabalho, a dificuldade para manusear novos equipamentos e as cobranças para o aligeiramento do ensino. De modo geral, relatam satisfação quanto ao investimento destinado às aulas expositivas com aquisição de lousas digitais e distribuição de computadores portáteis. No entanto, mostraram-se frustrados com a falta de cursos de capacitação para usar equipamentos tecnológicos. Além disso, enfrentam outro problema na instituição: a burocracia no setor de compras, alvo de queixa da maior parte dos entrevistados ligados aos projetos de extensão científica e a setores administrativos. Para essas reclamações em atendimento às expectativas da pesquisa acadêmica, existem poucas políticas governamentais que a promovam propiciando uma queda no estímulo para inovação tecnológica. Devido aos entraves burocráticos para comprar materiais mais específicos, alguns docentes retiram do próprio salário recursos financeiros para o funcionamento adequado dos projetos de pesquisas. Esses obstáculos influenciam negativamente a motivação docente e geram reclamações de falta de apoio para o desenvolvimento de pesquisas científicas na instituição.

Ao se tentar buscar sugestões viáveis a essas questões expostas, tentamos considerar as peculiaridades de acordo com o perfil desses profissionais e seu contexto. Em relação às melhorias nas condições de trabalho, destacamos ainda que várias soluções podem acontecer

em curto prazo, enquanto outras demandam prazo maior, porque dependem do aval e da liberação de recursos do governo federal. Destacamos, de início, que a informação sobre formas de preservação da saúde seria uma ação viável para a qualidade de vida dos docentes. Podemos incluir, também, como ação para as melhorias em curto prazo a participação em cursos de atualização profissional para uso dos equipamentos tecnológicos que favoreçam a redução de desgastes físicos e mentais. Para que tais iniciativas sejam bem-sucedidas, deve-se levar em consideração não apenas as doenças físicas desses docentes, mas também as possíveis doenças mentais atribuíveis à cronicidade do estresse, muitas vezes negligenciado até o aparecimento de sintomas mais comprometedores.

O compartilhamento de conhecimento entre os professores, seja sobre equipamentos voltados ao ensino ou sobre as burocracias institucionais, contribui para a superação de muitas dificuldades. Essa estratégia, porém, não consegue atender os docentes em relação às novas aquisições de aparelhos com o funcionamento mais complexo, pois poucos detêm o domínio necessário sobre esses novos aparelhos para promover a instrução dos demais colegas devido à falta de tempo para explorar-lhes o potencial. O resultado da desinformação pode gerar má utilização dos equipamentos, não aproveitamento de suas potencialidades ou simplesmente falta de uso. Uma possível ação para atenuar essa situação seria o incentivo para os docentes com interesse no aprofundamento do uso das aquisições recentes feitas pela instituição referentes aos recursos didáticos tecnológicos com o objetivo de que passem seu conhecimento aos demais. Ainda assim, nem todos estão envolvidos ou motivados para procurar sua capacitação profissional.

A maior divulgação de cursos de capacitação também é igualmente importante, pois poucos professores tiveram conhecimento de um curso relatado pelo entrevistado 10, relativo ao equipamento multifuncional chamado lousa digital. Ela pode ser usada como gravador de aulas, microfone, computador em conexão com a internet, *datashow*, substituindo o giz e a lousa tradicional. Embora tivesse conhecimento do curso, esse professor relatou que não o fez por falta de tempo. Outro fato revelado nas entrevistas referiu-se aos docentes substitutos: eles não têm as mesmas oportunidades de participação em cursos de capacitação que os efetivos, o que pode sugerir diferenças de status e oportunidades dentro da categoria.

Relativamente às dificuldades estruturais da instituição, embora faltem salas privativas para realizar atividades docentes, o horário flexível os atende em maioria; mas não satisfaz a quem, por exemplo, é pai ou mãe de criança pequena que subtrai a possibilidade de silêncio lidar com material correção de provas e trabalhos. As urgências relativas ao fator de espaço na instituição também são uma situação dependente de uma revisão das políticas de

ensino. Contudo, ante o número reduzido de professores com essas necessidades distintas, existiria a viabilidade em atendê-los com um espaço privativo dentro da instituição de ensino para realização dessas atividades.

Para a preservação da saúde no trabalho, várias sugestões de ações foram citadas pelos professores, a exemplo da ginástica laboral e de demais atividades recreativas. Mas os entrevistados com mais idade na instituição não fizeram muitas propostas; na maior parte, acreditam que o tempo livre das atividades docentes garante a autonomia pela procura por atividades que os agradem. Alguns destacaram existir cobertura particular em caso de doenças, não sendo necessárias intervenções de uma equipe de saúde. Esses mesmos professores relataram procurar informação ou assistência médica na presença de sintomas físicos desconfortáveis e dolorosos. Portanto, precisam de informação que promova a preocupação com a saúde preventiva. Entendemos que uma das formas de viabilização de informações sobre as consequências das inadequações no trabalho sobre a saúde seria disponibilizar conhecimentos confiáveis sobre o assunto em um *link* no *website* da instituição. Dessa forma, a ação imediata para as melhorias nas condições de trabalho docente ante o cenário atual tem como foco a informação.

Outra ação até proposta pela maioria dos entrevistados esta relacionada com a diminuição dos problemas relativos à defasagem do alunado, assinalado amplamente como fator desanimador na profissão docente. Seriam os cursos de nivelamento feitos antes do início do ano letivo. Relativamente aos recursos para a prática docente, o estímulo à participação política e à busca por conhecimentos administrativos referentes à burocracia institucional pelos entrevistados poderia ser promovida pelos gestores do CEFET de Araxá com intuito de uma participação mais abrangente sobre as possíveis soluções aos problemas encontrados nessas questões.

Destacamos, porém, que nem todos os professores dispõem de tempo ou estão envolvidos com atividades de gestão na instituição. Dessa forma, veículos informativos devem ser repensados, a exemplo do maior uso de informação pelo *website* institucional. Alguns docentes com interesses em projetos de pesquisa necessitam de atenção especial dos gestores quanto às burocracias institucionais referentes à aquisição de recursos mais específicos. Esse auxílio contribuiria para o planejamento prévio desses projetos.

Dito isso, podemos concluir que os cuidados com a saúde dos professores devem ser iniciados com ações que visem identificar e minimizar fatores desencadeadores dos transtornos físicos e mentais no trabalho. De forma especial, entretanto, deve-se considerar a

individualidade desses docentes para essas propostas de ações, resultando, por fim, em melhorias nas suas condições de trabalho de maneira mais satisfatória.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, V. M. B. **Vanguarda operária**: elite de classe? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; HIRAI, W. G. Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no sul do Brasil. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 30, p. 115–125, jan./jun. 2010.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANTUNES, A. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2013.
- AQUINO, R. S. L. et al. **História das sociedades americanas**. 11. ed. Rio do Janeiro: Record, 2007.
- ASSIS, M. A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 185–99.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERKOW, R. **Manual Merck de informação médica**: saúde para a família. Barueri: Manole, 2002, 1.595p.
- BORGES, M. C; AQUINO, O. F. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**, v. 22, n. 39, jan./abr. 2012.
- BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1973.
- BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática** — precedido de três estudos sobre Etnologia. Cabilia. Oeiras: Celta, 2002.
- BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968a. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13/12/1968, “Seção 1”, p. 10.801. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoin/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-norma-pe.html>>. Acesso em: 2 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Reforma universitária**: relatório do Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto n. 62.937/1968b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002099.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: fev.–maio 2015.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19.394.htm>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001a. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10/1/2001, “Seção 1”, p. 18. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=177&data=10/01/2001>>. Acesso em: 2 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**. Organização Pan-americana da Saúde/Brasil. Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114. Brasília: MS, 2001b. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/instrumento/arquivo/16_Doencas_Trabalho.pdf> Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL, Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31/12/2004, “Seção 1”, p. 6. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-11079-30-dezembro-2004-535279-publicacaooriginal-22998-pl.html>>. Acesso em: 2 maio 2015.

BRASIL. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25/6/2007, n. 79, “Seção 1”, p. 7. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=7&data=25/04/2007>>. Acesso em: 2 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Cai número de acidentes de trabalho e aumenta afastamentos por transtornos mentais. Brasília. **Previdência em Questão**, nº 59, 16 a 29 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/4_120326-105114-231.pdf> Acesso em: 3 out. 2014.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio do Janeiro: Zahar, 1987.

CÁ, L. O. **Estado**: políticas públicas e gestão educacional. Cuiabá: ed. UMTM, 2010, 180p.

CANESQUI, A. M. Temas e abordagens das ciências sociais e humanas em saúde na produção acadêmica de 1997 a 2007. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio do Janeiro, v. 15, n. 4, jul. 2010.

CANTOS, G. A.; SILVA, M. R.; NUNES, S. R. L. Estresse e seu reflexo na saúde do professor. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 7, n. 15, p. 1–73, jan./abr. 2005.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de *burnout* e o trabalho docente. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21–9, jan./jun. 2002.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS/CEFET–MG. **Cursos Oferecidos**. Disponível em.

<http://www.araxa.cefetmg.br/site/sobre/aux/academicos/cursos_oferecidos.html>. Acesso em: 22 jan. 2015.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**: edição compacta. 5. ed. São Paulo: Atlas.1998.

CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C.; HITOMI, A. H. **Indivíduo trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CODO, W. **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106–27, jan. 2013.

CRUZ, L. B.; PEDROZO E. A. Inovação tecnológica e vantagem competitiva no setor de telefonia móvel brasileiro: estudos de caso em filiais no Rio Grande do Sul. **RAC – Eletrônica**, v. 2, n. 1, art. 1, p. 1–19, jan./abr. 2008. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_682.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2014.

CUNHA, A. **Número de engenheiros precisa quadruplicar no Brasil**. 2014. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=212&id=8028&option=com_content&view=article>. Acesso em: 13 fev. 2014.

BRASIL. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social/DAPREV. **Lei 8.212 — de 24 de julho de 1991**. Lei Orgânica da Seguridade Social: Título I - Conceituação e Princípios Constitucionais. Publicação consolidada determinada pelo Art. 12, da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8212.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FARIAS, D. D. **Resolução 49**, de 26 de abril de 2012. O Conselho Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, no uso de suas atribuições legais resolve: aprovar o plano de capacitação e qualificação dos integrantes do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação da UFGD, parte integrante desta resolução. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados. 2012. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/soc/couni/normas-e-regulamentos/plano-de-capacitacao-e-qualificacao-dos-t.a-2012>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: ed. USP, 2005.

FÁVERO, M. L. A. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, M. C. (Org.) **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, p. 149–77, 1994.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba: ed. UFPR, n. 28, p. 17–36, 2006.

FERREIRA, D. P. **Dos conceitos**: vigilância em saúde do servidor. Artigo 4º - XI da seção I da portaria normativa 3 de 7 de maio de 2010. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/atoNormativo/atoNormativoVisualizarCorpoTexto.htm?jsessionid=27A43334651B321C8429C878777999BB?id=7771>>. Acesso em: 25 out. 2014.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2009.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189–99, maio/ago. 2005.

GAVA, R.; VIDAL, W. J. R. Sistema de inovação em nível de firma: evidências de uma iniciativa no mercado brasileiro de telecomunicações. **Raciocínio – Eletrônica**, Curitiba, v. 3, n. 1, art. 10, p. 180–201, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_820.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2014.

GOMES, C. M. et al. Gestão da inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável em empresas internacionalizadas. **Gestão & Regionalidade**, v. 25, n. 73, p. 35–47, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133417372004>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 124–38.

INFOESCOLA. Diferenças entre tecnólogo, bacharelado e licenciatura. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/diferencas-entre-tecnologo-bacharelado-e-licenciatura/>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Tecnologia em automação industrial**. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/cursos/tecnologo/1019-tecnologia-em-automacao-industrial.html>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

KILSZTAJN, S. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, out./dez. 1989.

KRONBERGER, N.; WAGNER, W. Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos, In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 416–41.

- KUENZER, A. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- LAZARRATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LIMA, L. F. F. A. **PL 06213/2005**. Institui a ginástica laboral como prática obrigatória em todas as empresas que desenvolvam atividades que gerem esforço físico repetitivo. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=306805>>. Acesso em: 9 fev. 2015.
- LIMA, M. F. E. M.; LIMA-FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciênc. cogn**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, nov. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212009000300006&lng=PT&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2014.
- LIMONCIC, F. **Os inventores do New Deal**. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. 2003. 289f. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MACHADO, L. R. S. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 165–84.
- MARÉS, Chico. Projeto de lei tenta proibir a importação de livros. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/projeto-de-lei-tenta-proibir-a-importacao-de-livros-8x7fyt9aqh8w1n3uluohu1ob2;jsessionid=FFDE20B214CF918B02B569C127177E39>>. Acesso em: 10 de jan. 2015.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).
- MATOS, A. G. Alienação no serviço público. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 14, n. 1–3, p. 28–33, 1994.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. ed. 4. São Paulo: Atlas, 1995.
- MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. UNED (Unidade de Ensino Descentralizada) (verbete). DICIONÁRIO Interativo da Educação Brasileira — Educa Brasil. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=418>> Acesso em: 2 dez. 2014.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MONACO, R. **Brasil ocupa penúltima posição em ranking de patentes válidas**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/04/1,35905/brasil-ocupa-penultima-posicao-em-ranking-de-patentes-validas.html>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

MORAES, R. J. S.; SILVA, G. L. R.; ROSSLER, J. H. A alienação e o sofrimento da classe trabalhadora: contribuições da psicologia histórico-cultural. **Revista Eletrônica arma da crítica**, ano 2, número especial, dez. 2010.

MORENO, A. C.; FAJARDO, V. **Número de matrículas no ensino superior cresce 81% em dez anos**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/10/numero-de-matriculas-no-ensino-superior-cresce-81-em-dez-anos.html>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

NASCIMENTO, C. G. **Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemônias em disputa**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, M. M. Autonomia x alienação: faces do trabalho docente em escolas públicas de Campina Grande, PB. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO/PE, 7.; SIMPÓSIO GESTÃO DA EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA, 2. Política, prática e gestão da educação, 2012. **Anais...** Recife, PE, 2012.

PADILHA, A. R. S. **Homologo a resolução CNS 466**, de 12 de dezembro de 2012 [Resolve: II – 22] nos termos do decreto de delegação de competência de 12 de novembro de 1991. Publicada no DOU 12, quinta-feira, 13 de junho de 2013, “Seção 1”, p. 59. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

PACHECO, L. et al. **Capacitação e desenvolvimento de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 144 p.

PEREIRA, S. A.; R. JÚNIOR, R. Seleção de projetos tecnológicos: um estudo comparativo. In: CONGRESSO LATINO IBEROAMERICANA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA/ALTEC, 15., 2013, Porto, Portugal. Disponível em: <http://www.altec2013.org/programme_pdf/222.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2014.

PINHO, J. A. Reflexões e ações de relações públicas. In: MOURA, C. P. (Org.). **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: ed. PUCRS, 2008, p. 20–42.

RAMOS, N. M. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006, p. 283–10.

REIS, E. A.; REIS, E. A. Os cursos superiores de tecnologia e o mundo do trabalho. **Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 5, n. 4, p. 100–15, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3193/319327517007.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. 2015

ROTHEN, J. C. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008.

SALERNO, M. S. Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 54–76.

SAMPAIO, J. J. C. Stress e alienação em saúde mental e trabalho. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE HUMANIZAÇÃO, 4., 2006, Fortaleza. **Anais...** p. 33–9, 2006.

SARMENTO, V. Toyotismo na gestão de obras industriais. **Ideias e Gestão**, Brasília, n. 2, p. 32–35. mar./jun./nov. 2010.

SAVIANI, D. Mudanças organizacionais, novas tecnologias e educação; o trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 145–64.

SCHULTZ, T. **Capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEVERINO, A. J. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 253–66, jul. 2009.

SGUISSARDI, V. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 66–77, 2000.

SILVA, A. O. Reflexões sobre a ideologia produtivista a partir da leitura de “Trabalho e intensificação nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico”. **Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 109, p. 139–54, jun. 2010.

SILVA, Vicente Paulo. **PL 7299/2014**, proíbe a aquisição de publicações gráficas de procedência estrangeira pelos órgãos públicos governamentais das esferas federal, estaduais e municipais. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=609467>>.

Acesso em: 9 fev. 2015

STROOBANTS, M. **A visibilidade das competências**. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Org.). **Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa**. Campinas: Papirus, p. 14–35, 1997.

TONDOLO R. R. P.; D. JÚNIOR, S. Competência organizacional: um estudo de caso na cadeia produtiva da Maçã no sul do Brasil. **Agroalimentaria**, v. 17, n. 33, p. 111–20, jan./dez, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199220006009>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

UNEDs. **Histórico**. 2014. Disponível em: <<http://www.araxa.cefetmg.br/site/sobre/historico.html>> Acesso em: 30 set. 2014.

UNEDs. **Perfil**. 2014. Disponível em: <<http://www.araxa.cefetmg.br/site/sobre/perfil.html>> Acesso em: 30 set. 2014.

VEDOVELLO, C.; FIGUEIREDO, P. N. Incubadora de inovação: que nova espécie é essa? **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 10, jan./jul. 2005. Disponível em:

<<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=2363&Secao=ARTIGOS&Volume=4&Numero=1&Ano=2005>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

W. JÚNIOR, T. Fordismo, toyotismo e volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 6–18, set./out. 1992.

■ FONTES ORAIS

ENTREVISTADO 1. Araxá, MG, 12 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (27 minutos).
Entrevista concedida a mim no Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 2. Araxá, MG, 15 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (36 minutos).
Entrevista concedida a mim no Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 3. Araxá, MG, 16 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (25 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 4. Araxá, MG, 20 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (17 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 5. Araxá, MG, 22 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (27 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 6. Araxá, MG, 23 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (25 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 7. Araxá, MG, 27 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (34 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 8. Araxá, MG, 28 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (22 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 9. Araxá, MG, 28 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (19 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

ENTREVISTADO 10. Araxá, MG, 30 de outubro de 2014. Arquivo de mp3 (37 minutos).
Entrevista concedida a mim Cefet de Araxá

■ BIBLIOGRAFIA CONSULTADA PARA AS TABELAS DO CAPÍTULO II

- ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427–49, maio/ago. 2009.
- ARAÚJO, T. M.; Fatores associados a alterações vocais em professoras. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 1.229–38, jun. 2008.
- ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis, Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263–84. 2013.
- ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349–72, maio/ago. 2009.
- BARCELOS, V.; TREVISAN, A. L. A universidade ontem e amanhã — da cópia acadêmica à invenção intercultural. **Utopía y Praxis Latino americana**, v. 14, n. 45, p. 127–39, abr./jun. 2009.
- BARROS, M. E. et al. Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 103–23, 2007.
- BATISTA, A. B. Desenvolvimento docente na área da saúde: uma análise. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, n. 2, p. 283–94, 2005.
- BATISTA, J. B. V.; CARLOTTO, M. S.; MOREIRA, A. M. Depressão como causa de afastamento do trabalho: um estudo com professores do ensino fundamental. **Psico, Porto Alegre**, v. 44, n. 2, p. 257–62, abr./jun. 2013.
- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOLZAN, D. P. V.; AUSTRIA, V. C.; LENZ, N. Pedagogia universitária: a aprendizagem docente como um desafio à professoralidade. **ActaScientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 119–26, 2010.
- BOTH, J. et al. Condições de vida do trabalhador docente: associação entre estilo de vida e qualidade de vida no trabalho de professores de Educação Física. **Motricidade**, v. 6, n. 3, p. 39–51, 2010.
- BRUM, L. M. **A qualidade de vida dos professores de ciências e a relação das suas disciplinas com o cotidiano dos alunos em uma escola pública no interior do Rio Grande do Sul**. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: química da vida e saúde) — Universidade Federal de Santa Maria Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria.
- BYDŁOWSKI, C. R.; LEFÈVRE, A. M. C.; PEREIRA, I. M. T. B. Promoção da saúde e a formação cidadã: a percepção do professor sobre cidadania. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1.771–780, 2011.
- CALADO, S. S. G. C. C. **Disfonia** — riscos na profissão docente. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Faro.

- CEBALLOS, A. G. C. et al. Avaliação perceptivo-auditiva e fatores associados à alteração vocal em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 2, p. 285–95, 2011.
- CHAVES, S. S. S.; FONSÊCA, P. N. Trabalho docente: que aspectos sociodemográficos e ocupacionais predizem o bem-estar subjetivo? **PSICO**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 75–81, jan./abr. 2006.
- CORRÊA, A. K. Metodologia problematizadora e suas implicações para a atuação docente: relato de experiência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 61–78, dez. 2011.
- COSTA, S. N. V. S. **Articulação entre terapeutas da fala e docentes na área da deficiência auditiva**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem na Criança) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa.
- DRAGONE, M. L. O. S. Programa de saúde vocal para educadores: ações e resultados. **CEFAC**, São Paulo, v. 13, n. 6, nov./dec. 2011.
- FERNANDES, Â. M. D. et al. Psicologia, educação e análise institucional: perspectivas no campo da formação de educadores. **Aletheia**, n. 29, p. 204–16, jan./jun. 2009.
- FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; OLIVEIRA, A. G. R. C. Fatores associados à prevalência de sintomas osteomusculares em professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 11, n. 2, p. 256–67, 2009.
- FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; SOUZA, D. B. de. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 283–91, maio/ago. 2005.
- GABRIEL, H. M. N. **Profissão: educador de saúde**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Educação para a Saúde) — Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa..
- GAMPEL, D. ; KARSCH, U. M.; FERREIRA, L. P. Percepção de voz e qualidade de vida em idosos professores e não professores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, p. 2.907–916, 2010.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189–99, maio/ago. 2005.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO A. Á. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, dez. 2006.
- GIANNINI, S. P. P.; LATORRE, M. R. D. O.; FERREIRA, L. P. Distúrbio de voz e estresse no trabalho docente: um estudo caso-controle. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 2.115–124, nov. 2012.
- GOMES, A. M. A. et al. Os saberes e o fazer pedagógico: uma integração entre teoria e prática. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 231–46, 2006.

GONÇALVES, B.; BRUNO, G. A diversidade na escola e as novas demandas para o trabalho docente. Educação. **Revista do Centro de Educação**, v. 38, n. 3, p. 565–75, set./dez. 2013.

GOUVEIA, C. J. B. **Burnout, ansiedade e depressão nos professores**. 2010. 34 f. Dissertação (Mestrado integrado em Psicologia, Secção de Psicologia Clínica e da Saúde) — Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.

GRILLO, M. H. M. M.; PENTEADO, R. Z. Impacto da voz na qualidade de vida de professore(a)s do ensino fundamental. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**. Barueri, v. 17, n. 3, p. 321–330, set./dez. 2005.

GROSSI, P. K. et al. Violência no meio escolar: a inclusão social através da educação para a paz. **Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/992/772>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

HINZ, J. R.; DI FANTI, M. G. C.; O trabalho do professor-estagiário de língua portuguesa: uma atividade direcionada a quem? **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 315–39, 2013.

IAOCHITE, R. T. et al. Autoeficácia docente, satisfação e disposição para continuar na Docência por professores de educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 825–39, out./dez. 2011.

JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2.439–461, out. 2007.

LOPES, E.L. et al. A violência no contexto escolar: visão de professores de uma escola pública da cidade de Montes Claros – MG. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 820–24, 2012.

LUCHESE, K. F. et al. Problemas vocais no trabalho: prevenção na prática docente sob a óptica do professor. *Saúde e Sociedade*. **São Paulo**, v. 18, n. 4, p. 673–81, 2009.

LUCHESE, K. F.; MOURÃO, L. F.; KITAMURA, S. Efetividade de um programa de aprimoramento vocal para professores. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 14, n. 3, maio/jun. 2012.

MACHADO, I. M. et al. Voz e disfunção temporomandibular em professores. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 630–43, out./dez. 2009.

MARTINS, J. M. M. T. Burnout na profissão docente. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) — Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

MERIGHI, M. A. B. et al. Ser docente de enfermagem, mulher e mãe: desvelando a vivência sob a luz da fenomenologia social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 1–8, fev. 2011.

- MORAIS, E. P. G.; AZEVEDO, R. R.; CHIARI, B. M. Correlação entre voz, autoavaliação vocal e qualidade de vida em voz de professoras. **Revista CEFAC**, v. 14, n. 5, p. 892–900, set./out. 2012.
- MUROFUSE, N. T. et al. Comportamento dos acadêmicos, docentes e técnicos administrativos da clínica odontológica da Unioeste: riscos ocupacionais e atividades desenvolvidas. **Acta Scientiarum. Health Science**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 81–7, 2008.
- NASCIMENTO, E. L. A.; VIEIRA, S. B.; ARAÚJO, A. J. S. Desafios da Gestão Coletiva da Atividade na Docência Universitária. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 4, p. 840–55. 2012
- NORONHA, M. M. B.; ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede Pública de Montes Claros, Minas Gerais. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6 n. 1, p. 65–85, mar./jun. 2008.
- OLIVEIRA, Â. M.; SILVA, I.; NOVAIS, E. S. Canais de informação dos pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. **Informação e informação**. Londrina, v. 10, n. 1–2, jan./dez. 2005.
- OLIVEIRA, E. R. A. et al. Gênero e qualidade de vida percebida — estudo com professores da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 741–47, 2012.
- PEDROSA, A. F. M. A percepção de esforço, como ferramenta na monitorização da intensidade na educação física. Coimbra, 2013, 68 f. Relatório (Estágio Pedagógico) — Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra.
- PENTEADO, R. Z. Relações entre saúde e trabalho docente: percepções de professores sobre saúde vocal. **Revista Sociedade Brasileira Fonoaudiologia**, v.12, n. 1, p. 18–22, 2007.
- PENTEADO, R. Z.; RIBAS, T. M. Processos educativos em saúde vocal do professor: análise da literatura da Fonoaudiologia brasileira. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 16, n. 2, p. 233–39, 2011.
- PEREIRA, J. G.; FRACOLLI, L. A. A contribuição da articulação ensino-serviço para a construção da vigilância da saúde: a perspectiva dos docentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 17, n. 2, p. 167–73, mar./abr. 2009.
- PINTO, I. C. M. et al. Trabalho e educação em saúde no Brasil: tendências da produção científica entre 1990–2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 6, p. 1.525–534, 2013.
- PROVENZANO, L. C. F. A; SAMPAIO, T. M. M. Prevalência de disfonia em professores do ensino público estadual afastados de sala de aula. **Revista CEFAC**, v. 12, n. 1, p. 97–108, jan./fev. 2010.
- REIS, E. J. F. B. et al. Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 229–53, jan./abr. 2006. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313712011>>. Acesso em: 16 ago. 2014.
- REMER, M. M. Z. A participação da mulher na sociedade — de rainha do lar ao Magistério. **Uniandrade**, v. 11, n. 1, p. 19–36, jan./jun. 2010.

- RICARTE, A.; BOMMARITO, S.; CHIARI, B. Impacto Vocal de Professores. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 13, n. 4, jul./ago. 2011.
- ROCHA, V. M.; FERNANDES, M. H. Qualidade de vida de professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a promoção da saúde do trabalhador. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 57, n. 1, p. 23–7, 2008.
- RODRIGUES, M. T. P.; SOBRINHO, J. A. C. M. Enfermeiro professor: um diálogo com a formação pedagógica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 4, p. 456–9, jul./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267020026021>>. Acesso em: 16 ago. 2014.
- RODRIGUES, S.D.; CASTRO, M. J. M. G.; CIASCA, S. M. Relação entre indícios de disgrafia funcional e desempenho acadêmico. **Revista CEFAC**, v. 11, n. 2, p. 221–7, abr./jun. 2009.
- RODRÍGUEZ, M. V. Reformas educacionais e proletarização do trabalho docente. **Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 45–6, 2008.
- ROSSI-BARBOSA, L. A. R.; BARBOSA, M. R.; CALDEIRA, A. P. Qualidade de vida e voz em professores do município de Montes Claros, MG, Brasil. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 909–15, 2012.
- ROWE, D. E. O.; BASTOS, A. V. B. Vínculos com a carreira e a produção acadêmica: comparando docentes de IES públicas e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 6, art. 2, p. 1.011–30, nov./dez. 2010.
- SANTOS, G. B. Os professores e seus mecanismos de fuga e enfrentamento. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 285–304, jul./out. 2009.
- SANTOS, L. M.; FRICHE, A. A. L.; LEMOS, S. M. A. Conhecimento e instrumentalização de professores sobre desenvolvimento de fala: ações de promoção da saúde. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 13, n. 4, jul./ago. 2011.
- SANTOS, M. N.; MARQUES, A. C. Condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho de professores de uma cidade do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 837–46, 2013.
- SERVILHA, E. A. M.; ROCCON, P. F. Relação entre voz e qualidade de vida em professores universitários. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 440–8, jul./set. 2009.
- SILVA, E. F. et al. A promoção da saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experiência com trabalhadores de escolas públicas. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 30, p. 107–19, jul./set. 2009.
- SIMPLÍCIO, S. D.; ANDRADE, M. S. Compreendendo a questão da saúde dos professores da Rede Pública Municipal de São Paulo. **Psico, Porto Alegre**, PUCRS, v. 42, n. 2, p. 159–167, abr./jun. 2011
- SIQUEIRA, M. M. de. O ensino Superior e a Universidade. **RAE – Eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 15, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3572&Secao=DEBATE&VolVol=4&Numero=1&Ano=2005>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SISTO, F. F. et al. Estudo preliminar para a construção de uma escala de agressividade para universitários. **Aletheia**, v. 28, p. 77–90, jul./dez. 2008.

TEIXEIRA, F. G.; SILVA, M. R. S.; MEDEIROS, G. L. Síndrome de Burnout — a interface entre o trabalho na área da educação e na enfermagem. **Revista de Enfermagem Referência**, III Série, n. 2, p. 101–09, dez. 2010.

V. JÚNIOR, P. R.; SANTOS, E. H. A atividade do trabalho como meio para manutenção da saúde docente: uma perspectiva ergológica. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 5, n. 2, p. 160–78, nov. 2011. Disponível em:

<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/249>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

WATANABE, M.; PEREZ, M. C. R. C. Organização e contextualização de dados como subsídio para a compreensão dos resultados das avaliações educacionais. **São Paulo Perspec**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 149–64, jan./jun. 2009.

XAVIER, I. A. L. N.; SANTOS, A. C. O.; SILVA, D. M. Saúde vocal do professor: intervenção fonoaudiológica na atenção primária à saúde. **Revista CEFAC**, v. 15 n. 4, p. 976–85, jul./ago. 2013.

ZIBETTI, M. L. T.; TAMBORIL, M. I. B.; SARTORO, E. R. L. Trabalho docente e saúde: um estudo a partir da perspectiva de gênero. **Revista de Ciências Humanas**, v. 12 n. 18 p. 57–75, jun. 2011.

ZULKE, M. I. U.; NARDI, H. C. As interfaces entre o público e o privado na produção do discurso da eficiência nas escolas de educação profissional. **Aletheia**, v. 29, p. 161–76, jan./jun. 2009.

APÊNCIDE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Uberaba, _____ de _____ 2014.

Prezado(a) Professor(a)

Você foi selecionado(a) aleatoriamente e está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado “TRABALHO E SAÚDE DE PROFESSORES DE UM CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL CEFET, MG: PECULIARIDADES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICO”, sob a coordenação da Profa. Dra. Sálua Cecílio. Esse estudo propõe-se a investigar a organização do trabalho docente em um curso superior em tecnologia, a forma como é desenvolvido e sua influência sobre a saúde dos professores.

Do estudo poderão advir contribuições que permitam uma melhor compreensão do processo e natureza do trabalho docente em suas inter-relações com a saúde de professores.

Essa pesquisa é qualitativa e quantitativa. O objetivo geral é compreender como os docentes de um curso de engenharia de automação industrial do CEFET–MG desenvolvem suas atividades profissionais e como se sentem em relação ao seu trabalho, buscando averiguar como lidam com as suas dificuldades diárias no ambiente profissional. Os objetivos específicos são: conhecer as relações possíveis entre saúde-doença no trabalho docente, analisar o trabalho docente à luz das políticas atuais de ensino, compreender como o contexto econômico influencia no destino de recursos para o ensino público, identificar as características do ambiente de trabalho docente, distinguir a existência de soluções relatadas para os problemas enfrentados pelos docentes no sistema atual de ensino superior, embasar futuras pesquisas que têm por finalidade programas profiláticos para a melhoria da saúde docente.

A parte empírica consiste em uma entrevista semipadronizada, do tipo narrativo-episódica, que busca recuperar as suas principais lembranças sobre as ocorrências em sala de aula, de modo a identificar aspectos relacionados à individualidade de cada sujeito participante. Isso poderá trazer algum desconforto ou constrangimento de ordem psíquica, quando da volta ao passado e elaboração de respostas de cada sujeito. Porém, antes de iniciar, o teor, os objetivos e os procedimentos relativos à entrevista, às categorias principais de interesse para a pesquisa e ao manejo das informações coletadas, serão explicados a cada participante. A justificativa para esse estudo se encontra no acréscimo de conhecimento das condições de trabalho dos professores no contexto atual, para que políticas de melhorias em seu ambiente de trabalho promovam o seu bem estar em proteção de sua saúde.

Essa pesquisa tem intenção científica e formativa. As questões foram elaboradas com o propósito de abordar os problemas relacionados ao trabalho e enfrentados pelos professores, de modo a contribuir para a sensibilização e conhecimento em relação a eles e melhoria ou encaminhamento de soluções para eles. Assim, os benefícios relacionados à participação nesse estudo poderão ser na forma individual e/ou coletiva, considerando a possibilidade de

melhor compreender a situação social atual e a forma como ela se reflete sobre as cobranças profissionais que repercutem sobre esses professores.

Desse modo, espera-se o aumento de informação sobre as condições de trabalho que afetam os docentes dessa instituição, tendo em vista a elaboração de propostas que visem à promoção de sua saúde e à facilitação do desenvolvimento do seu trabalho. Por isso, a sua participação é importante, porquanto dela poderão resultar informações e dados que contribuirão para uma melhor satisfação no trabalho e a prevenção de problemas de saúde de professores.

Caso se sinta devidamente esclarecido, tenha elucidadas suas dúvidas e queira participar dessa pesquisa, você responderá a perguntas de uma entrevista em que, a partir da narração de lembranças, trará à tona aspectos sobre a sua atuação enquanto docente universitário, na qualidade de sujeito entrevistado. Sua participação é voluntária e livre de qualquer dano, seja moral, físico ou psíquico. Você poderá desistir a qualquer instante ou se negar a dar alguma resposta que não desejar, não decorrendo daí nenhum prejuízo para você.

Destacamos que a sua identidade será preservada e as informações obtidas serão guardadas no acervo interno do projeto, disponíveis somente a pesquisadores responsáveis e a alunos da equipe, como pesquisadores participantes.

Elucidamos que as suas respostas e dados referentes a elas serão empregadas apenas para fins científicos, cuja finalidade principal esteja afeta à divulgação e socialização do conhecimento, na forma de artigos em periódicos e comunicação em eventos da área.

Desde já, agradecemos a sua participação.

Atenciosamente e disponíveis para qualquer informação que se fizer necessária.

Nome do participante

Assinatura do participante

Aline Ribeiro
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação
Pesquisadora Assistente

Orientadora: Profa. Dra. Sálua Cecílio
Pesquisadora responsável e Coordenadora do Projeto
RG: M194 542 – SSP-MG

APÊNDICE B – ENTREVISTA, 2014

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

Idade:

Sexo:

- 1) Há quanto tempo ministra aulas no CEFET-MG?
- 2) Quantas disciplinas você leciona nesse curso?
- 3) Qual o seu contrato de trabalho nesta instituição: (CLT) (Estatutário)?
- 4) Qual a sua formação inicial? (graduação)
- 5) Qual o maior grau de sua formação? (especialização, mestrado, etc.).
- 6) Há quantos anos você é professor(a)?
- 7) Em qual (quais) turno (ou turnos) você trabalha?
- 8) Se for efetivo(a), quanto tempo após a conclusão do seu curso concursou-se? Se for professor(a) admitido(a) em caráter temporário, há quanto tempo após a sua formação iniciou suas atividades?

Jornada de trabalho: do tempo de trabalho para ministrar o conteúdo em sala e de atividades extracurriculares.

- 1) Em média quantas horas-aulas semanais você trabalha?
- 2) Você trabalha em outros lugares? Onde? O que faz?
- 3) Quantas aulas você ministra durante a semana no curso de automação industrial?
- 4) Quais as atividades que compõem o seu trabalho?

Parte semipadronizada da entrevista.

Satisfação e expectativa de crescimento profissional: como o docente se sente em relação ao seu emprego, à sua carreira e à sua satisfação atual com ela.

- 1) Fale-me de três expectativas que tinha em relação a sua profissão quando você estava em formação. Elas se realizaram?
- 2) Apresente três motivos que fizeram você optar pelo magistério? Hoje ainda acredita nesses motivos?
- 3) Você se lembra das três últimas vezes que se sentiu desanimado(a) com sua profissão, poderia me citar os motivos do desânimo?
- 4) Quais foram os três últimos acontecimentos que fizeram você se sentir reconhecido(a) no trabalho, pode relatá-los?
- 5) Cite-me três benefícios que considera importante no seu trabalho?
- 6) Cite-me três desafios que enfrenta diariamente em seu trabalho, como os administra?

Inovação tecnológica no trabalho: como o docente lida com as inovações tecnológicas em seu ambiente profissional?

- 1) Cite-me três aparelhos tecnológicos que o(a) ajudaram a poupar recursos como a sua voz, ou o levantar do braço no quadro negro?
- 2) Cite-me três aparelhos ou instrumentos que ajudam você nas atividades extraclasse, como, por exemplo, elaborar provas, trabalhos e efetuar correções?
- 3) Qual foram as três últimas vezes que o CEFET-MG ofereceu alguma novidade tecnológica para uso em sala de aula? Foi relevante para você essa novidade? Conseguiu utilizá-la? No que ela ajudou?
- 4) Quais foram os três últimos cursos ou palestras que promoveram explicações dos recursos tecnológicos ofertados pelo CEFET-MG?
- 5) Cite-me três instrumentos que considera avançados e que usa diariamente em sala de aula? Como facilitam a sua vida?

Relacionamento com os colegas de trabalho: como o professor lida com as opiniões e se existe cooperação entre os colegas de trabalho.

- 1) Quais foram as três últimas vezes em que se lembra de ter tido uma discussão sobre as dificuldades pedagógicas e possíveis estratégias para superá-las?
- 2) Quais foram as três últimas vezes que pediu apoio à equipe administrativa do local em que trabalha? Você foi atendido(a)?
- 3) Quais foram às três últimas vezes em que pediu apoio ou perguntou algo a um colega professor para efetuar melhorias no seu trabalho? Como se sentiu em pedir ajuda?
- 4) Fale-me das suas três últimas sugestões dadas a seus colegas de trabalho sobre algo que poderia os ajudar? Foram bem aceitas?

Relação professor e aluno: como os professores se relacionam com os seus alunos

- 1) Quais os três acontecimentos que considera mais impactantes que ocorreram em sala de aula durante o tempo de permanência no CEFET, enquanto professor(a) do curso engenharia de automação industrial. Relate-me.
- 2) Cite três nomes de alunos de que você se lembra e o motivo que o faz se lembrar desses nomes.
- 3) Quais foram os três últimos conselhos ou palavras de incentivo que você prestou a um aluno o qual percebeu desmotivado?
- 4) Quais foram as três últimas recordações que tem sobre chamar a atenção dos seus alunos, você se lembra do motivo?
- 5) Você se lembra de três ocasiões em que foi interrompido(a) em aula? Como se sentiu? Você lembra o motivo dessas interrupções?

- 6) Você se lembra das três últimas vezes que acabou rindo em sala de aula? Quais foram os motivos, pode relatá-los?
- 7) Você se lembra das três últimas vezes que precisou conversar com os pais do aluno sobre o comportamento dele em aula? Como foi a reação desses pais? Caso tenha passado o caso para uma equipe pedagógica, o problema foi resolvido?

As condições de trabalho em sua instituição: como os materiais e as condições em sala estão?

- 1) Você se lembra das três últimas vezes que reclamou estar cansado(a) no final do dia de serviço? Consegue relatar as atividades que mais exigiram de você nesse dia de trabalho?
- 2) As três últimas vezes que precisou de material pedagógico em seu trabalho, ele esteve disponível, teve quem pudesse ajudá-lo(a) em caso de necessidade para seu uso ou instalação?
- 3) As três últimas vezes que utilizou a biblioteca conseguiu encontrar o livro que procurava?
- 4) Cite os três últimos lugares em que corrigiu prova ou fez alguma atividade intelectual, conte como se encontrava esse local, silencioso ou barulhento, cheio ou vazio, com ou sem acesso a internet, com ou sem privacidade?
- 5) Cite as três últimas lembranças que tem sobre uma situação que envolvesse ruído, espaço e ventilação em que efetuou queixas. Essas queixas foram resolvidas?

Participação na política da escola: qual é a interferência do professor nas decisões escolares.

- 1) Cite as suas três últimas participações na política do curso ou da instituição.
- 2) Cite os três últimos livros sugeridos por você para ser integrado ao conteúdo, qual foi a motivação de suas escolhas, foi atendido(a), teve dificuldades para realizar o pedido?
- 3) Cite três situações em que encontrou dificuldades para obter o que precisava para seu trabalho, devido à burocracia relacionada à instituição em que trabalha.

Mudanças no trabalho docente: como o professor vem sentindo as mudanças e suas finalidades para o seu trabalho

- 1) Cite em sua opinião três principais finalidades para o trabalho docente?
- 2) Poderia relatar três grandes transformações que aconteceram no curso de automação industrial no CEFET de Araxá que afetaram o cotidiano de seu trabalho? Em sua opinião, quais foram as finalidades dessas transformações?
- 3) Você percebe alguma mudança na finalidade da formação do aluno na atualidade?

Saúde docente: a interferência da profissão na saúde docente.

- 1) Consegue se lembrar das três últimas vezes em que obteve informações sobre o tema saúde, lembra o local ou o meio (revista, televisão, net, palestra) e o assunto de que se tratava, consegue se lembrar?
- 2) Quais as últimas três vezes em que se afastou por motivo de saúde? Lembra-se das queixas?
- 3) Nas três últimas vezes que discutiu em seu trabalho, conseguiu resolver a questão que o(a) levou a sua discussão? Como se comporta diante a uma discussão no local de trabalho? Como se sentiu?
- 4) Apresente três sugestões de mudanças para a melhoria de sua qualidade de vida onde trabalha.
- 5) Consegue distinguir três momentos em que sentiu o desejo de deixar a sua profissão?